

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade

**A GRAFIA EM PLACAS E LETREIROS:  
UMA DESCRIÇÃO DE PORTUGUÊS POPULAR ESCRITO CONTEMPORÂNEO**

**ALFREDINA ROSA OLIVEIRA DO VALE**

Campina Grande – Paraíba

1 9 9 9

Dedico  
à memória de **Duquinha**, minha tia-mãe.  
Tia/sobrinha – essa “era” a nossa relação de sangue.  
Mãe/filha – essa “é” a nossa relação de amor.  
Minha **saudade** eterna da fiel amiga,  
companheira e cúmplice de todas as horas.

“A lembrança é uma forma de encontro.”  
– K. Gibran –

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

A GRAFIA EM PLACAS E LETREIROS:  
UMA DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR ESCRITO CONTEMPORÂNEO

ALFREDINA ROSA OLIVEIRA DO VALE

Mestranda

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA AUXILIADORA BEZERRA

Orientadora

Campina Grande – Paraíba

1 9 9 9

“Não se firma o edifício se não estão bem ajustadas todas as suas partes. Cada pedra é reforço ao monumento. Todas as pedras participam do peso: as grandes suportam as menores”.

– Coelho Neto –

Quatro colunas-mestras sustentam (apóiam) o edifício, por isso elas são fundamentais.

Agradeço

📖 A **Deus**,

o substantivo concreto de minha existência.  
“Deus é o invisível evidente.”

📖 A **Auxiliadora**,

minha orientadora de ontem, de hoje, de sempre. Ela despertou em mim o interesse pela pesquisa, incentivando-me e ajudando-me a percorrer o caminho escolhido.

📖 A meu filho **Walter**,

meu menino-homem. Apoio técnico imprescindível, sem o qual, literalmente, eu não teria realizado esta caminhada.

📖 Aos meus **familiares**,

que procuram entender o valor da pesquisa em minha vida, convivendo comigo numa presença-ausente.

“Um tijolo sustenta outro e todos juntos formam a muralha que defende a cidade.”

– Coelho Neto –

Neste momento, não poderia deixar de agradecer também

📖 Aos mestres e amigos  
Auxiliadora Bezerra  
Marcos André  
Regina Zilberman  
Sébastien Joachim  
Socorro Oliveira

pelo exemplo de profissionalismo dado por ocasião dos cursos ministrados.

📖 Aos professores  
Dr. Hans Raj Gheyi  
Ms. Niely Maria Limeira de Souza  
pelo inestimável apoio técnico oferecido.

📖 Ao companheiro Augusto César, pela paciência, atenção e dedicação com que sempre nos atendeu.

📖 Às mestras  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Auxiliadora Bezerra – UFPB  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Marinalva Freire da Silva – UEPB  
Prof<sup>ª</sup> Ms. Cássia Lobão Assis – UEPB  
Prof<sup>ª</sup> Ms. Tânia Maria Augusto – UEPB  
pelas críticas construtivas e sugestões pertinentes externadas por ocasião da apresentação prévia desta Dissertação.

📖 Aos mestres  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Auxiliadora Bezerra – UFPB  
Prof<sup>º</sup> Dr. José Lemos Monteiro – UFC  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Marinalva Freire da Silva – UEPB  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Marluce Pereira da Silva – UEPB  
que, como participantes da comissão examinadora da apresentação pública desta Dissertação, só poderão conferir-lhe uma credibilidade inquestionável.

A amizade verdadeira é a única coisa preciosa da vida.  
Ela é quase impossível de ser encontrada, mas quem consegue  
descobre tudo.

Por fim, nesta ocasião, impossível esquecer e deixar de agradecer aos **amigos**, aos companheiros, aos incentivadores e até... aos adversários, porque todos, de uma maneira ou de outra, nos impulsionam a persistir na caminhada em busca da realização pessoal e profissional.

Cláudia  
Divanira  
Solange  
Fátima  
Geralda  
Wênio  
Dorotheia  
Goretti  
Emília  
Kilma  
Jara  
Jersêca

“São camaradas aqueles que amarrados pela mesma corda, se dirigem ao mesmo cimo.”

– Saint Exupéry –

Finalmente, agradeço às minhas companheiras de trabalho (SENAI) e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para tornar o meu sonho, realidade. A todos vocês, meus leais amigos, minha gratidão. Vocês, como a raiz escondida, não pedem prêmio algum para encher os ramos de frutos.

A GRAFIA EM PLACAS E LETREIROS:  
UMA DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR ESCRITO CONTEMPORÂNEO

Dissertação escrita e apresentada em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, área de concentração Letras, linha de pesquisa Produção Textual, elaborada após integralização curricular do Programa Interdisciplinar em Ciências da Sociedade promovido pela Universidade Estadual da Paraíba.

Alfredina Rosa Oliveira do Vale  
Mestranda

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Auxiliadora Bezerra  
Orientadora

Campina Grande, 20 de julho de 1999.

V142g Vale, Alfredina Rosa Oliveira  
A grafia em placas e letreiros: uma descrição do português popular escrito contemporâneo/Alfredina Rosa Oliveira Vale.— Campina Grande: UEPB, 1999.  
136p.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Centro de Pós-Graduação- Universidade Estadual da Paraíba.

1- Língua Portuguesa-Ortografia 2- Língua Portuguesa-Variante Padrão I- Título

18 ed. CDD 469.1

**A GRAFIA EM PLACAS E LETREIROS:  
UMA DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR ESCRITO CONTEMPORÂNEO**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

- **TITULARES**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Auxiliadora Bezerra (UFPB)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> José Lemos Monteiro (UFC)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marinalva Freire da Silva (UEPB)

- **SUPLENTE**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marluce Pereira da Silva (UEPB)

Data da apresentação pública: 20 de julho de 1999.

## RESUMO

Esta pesquisa, sob a perspectiva da produção textual, procura descrever os desvios como agentes determinadores de mudanças lingüísticas. Estes, localizados em porta-textos (o veículo condutor das mensagens coletadas), estão afixados em locais públicos de Campina Grande (PB). Identificar, a partir das incidências dos desvios, as possibilidades de mudanças no sistema ortográfico brasileiro, que poderão vir a ocorrer a médio e/ou longo prazo, é a meta principal deste trabalho. Para tal, apoiamos-nos em dois momentos teóricos: o primeiro, um estudo *diacrônico*, do Século XIII ao Século XX, distribuído em seis volumes – HAUY, PAIVA, SPINA, MOREL PINTO, MARTINS e PIMENTEL PINTO – intitulados *História da Língua Portuguesa*. O segundo, um estudo *sincrônico*, teve como ponto de partida duas obras de PIMENTEL PINTO: *A Língua escrita no Brasil* (1986) e *O português popular escrito* (1990). E, como ponto de chegada, a obra de BAGNO, intitulada *Preconceito lingüístico* (1999). Constatados os desvios (345 ocorrências), selecionados e categorizados, iniciamos a análise dividida em dois momentos: o desmembramento dos **diacríticos** e o exame das evidências **(orto)gráficas** em processo. Concluída a análise, foi feito um levantamento quantitativo dos desvios coletados, para observar-se a incidência das ocorrências. Os resultados obtidos acenam para uma breve acomodação fonética na língua portuguesa brasileira que, gradativamente, deverá abolir os diacríticos gerais. Quanto às evidências ortográficas, estas têm sua base nos **metaplasmos** de adição, subtração, assimilação e permuta. Este é o caso mais freqüente, destacando-se a substituição do grafema “s” pelo grafema “z”, quando aquele surge entre duas vogais. Os resultados ainda evidenciam o uso freqüente do anglicismo, ou da marca deste, através dos grafemas “k” e “y”. Assim, a análise conclui que sendo o ato de grafar uma situação rara para o homem comum, é esta realidade, possivelmente, que justifica o surgimento espontâneo do desvio, provocando alterações lingüísticas, execradas a princípio e aceitas posteriormente pela variante padrão.

**Palavras-chaves:** língua portuguesa, variante padrão, ortografia, desvio

## ABSTRACT

As far as textual production is concerned, this piece of research aims at describing the deviants as determinants of linguistic changes. Such deviants found in signs and notices (i.e. the conductive means of the collected messages), are exposed in public places in Campina Grande (PB). The main objective of this work is thus to identify, from the occurrences of these deviants, the possibilities to change the Brazilian spelling rules which may come to happen in the medium and/or long term. To carry out our research, we have based the study on two main theoretical moments: the first, a diachronic study from the 8<sup>th</sup> to the 10<sup>th</sup> century, divided in to six volumes – HAUL, PAIVA, SPINA, MOREL PINTO, MARTINS and PIMENTEL PINTO – entitled **História da Língua Portuguesa**. The second, a synchronic study, had two of PIMENTEL PINTO's works as a starting point: **A língua escrita no Brasil** (1986) and **O português popular escrito** (1990) and BAGNO's **Preconceito lingüístico** (1999). After detecting, selecting and categorizing the deviants (345 occurrences), we started the analysis, which we divided into two parts: the dismemberment of the diacritics and the examination of the orthographic evidences in these changes. The analysis being concluded, a quantitative survey of the collected deviants was made in order to observe the incidence of these occurrences. The results so far seem to lead to a brief phonetic accommodation in the Brazilian Portuguese which will gradually abolish the general diacritic marks. As to spelling evidences, they are based on the metaplams of addition, subtraction, assimilation, and exchange. The latter is the most frequent case, which highlights the substitution of the grapheme “s” for the grapheme “z”, when it comes between two vowels. The results still show the frequent use of anglicism, or of its presence through the graphemes “k” and “y”. Thus, the analysis concludes that by being the act of writing signs and notices an uncommon situation to the ordinary man, it is this very fact that may justify the spontaneous occurrence of the deviant, stimulating linguistic changes which are considered non-acceptable at first but are accepted by the standard variant after a certain period of time.

**Key-words:** portuguese language, standard variant, spelling, deviant

## 1 – INTRODUÇÃO

**São Paulo (SP).** *Comerciantes podem pagar até 300 reais de multa por placas que apresentem erros de português. As multas variam de 100 reais para faixas e placas e 300 reais para os “out-door”. Os mesmos terão 30 dias para corrigir.*

**Jornal HOJE, Rede GLOBO**

(13:15h, em 12.12.97)

Devemos aplaudir ou vaiar tal decisão? Trata-se de um bom exemplo que deve ser seguido por todos os Estados da federação? Quem sai lucrando com esta nova lei municipal: a língua portuguesa e seus usuários ou os cofres municipais?

O fato é que não são apenas os vereadores paulistanos que estão “preocupados” com os **desvios gráficos** da nossa língua. Outros grupos da nossa sociedade brasileira parecem estar imbuídos da mesma “preocupação”. Um exemplo é dado pela imprensa, como fica demonstrado na reportagem do **CORREIO DA PARAÍBA** (08.03.98, Anexo I), intitulada “**ERRÁ É HUMANO**”. Jãmarrí NOGUEIRA, jornalista responsável pela matéria, afirma que “a gramática é assassinada nas ruas de João Pessoa”. Segundo o mesmo, “os assassinatos gramaticais estão por toda a parte: em cartazes, placas e faixas, principalmente”. Para demonstrar a sua indignação, NOGUEIRA (id. ib.) cita alguns exemplos coletados nas diversas placas e letreiros expostos não somente na periferia da cidade, como também nas principais avenidas da nossa capital paraibana, dos quais apresentamos alguns: “*panela de preção*”, “*reifeição*”, “*vendese calvão*”, “*manicure e pe de cure*”, entre outros.

Outro exemplo possível de ser dado é aquele do grupo formado pelos “guardiães” da língua portuguesa, que conta, entre os seus “fiéis escudeiros”, com o professor de português mais conhecido do país – Pasquale CIPRO NETO – o qual fala, em entrevista concedida à VEJA (10.09.97, Anexo II), sobre “os maus-tratos cotidianos infligidos ao nosso idioma”. Entretanto, após uma série interminável de críticas a todos aqueles que cometem “infrações” lingüísticas, o renomado professor, forçado pela indagação oportuna do jornalista, confessa que “*até ele*” também comete os seus

deslizes, a exemplo da frase pelo mesmo proferida num estúdio de televisão, em recente gravação de um comercial: “*Portanto, você deve dizer para mim comer*”.

As escolas podem ser citadas como mais um exemplo, uma vez que muitas delas estão procurando trabalhar com esses vários desvios. É o caso da **Escola Degrau** de São Paulo (SP), como mostra a reportagem da **Nova ESCOLA** (março de 97:42, Anexo III), intitulada “**OS CAÇA-ERROS DE PORTUGUÊS**”. Textos de embalagens de produtos, faixas e “*out-door*” transformaram-se em material didático para as aulas de português. Os desvios mais constantes são utilizados para estudar regras de acentuação, ortografia, concordância e regência verbal e nominal.

Toda esta polêmica gerada em torno dos desvios gramaticais e ortográficos é bem compreensível. Afinal, é fundamental ter o domínio da linguagem escrita padrão, para que o indivíduo possa bem representar o seu papel na sociedade, que valoriza cada vez mais esta escrita em detrimento da oralidade, procurando assim obscurecer o papel desta – a oralidade – no processo interacional humano. Logo, de acordo com CAMARA<sup>1</sup> JR. ([1961]1997:12), “não se pode admitir que um instrumento tão essencial seja mal conhecido e mal manejado”. Afinal, “o homem é apenas metade de si mesmo; a outra metade é a sua expressão” (op. cit., p. 155).

Todavia, é oportuno lembrar STAUB (1987:18) quando afirma que “livros conhecidos por *gramáticas* (grifo nosso) contêm regras que, de acordo com seus autores, governam a fala e a escrita. Aqueles que não seguem as regras são criticados por uma determinada classe de pessoas. Entretanto, nem as gramáticas, nem as pessoas que ousam dirigir críticas as outras têm autoridade para tanto”. Desvios quotidianos nomeados de “erros” de pronúncia e de ortografia podem ser encontrados na fala e nos manuscritos de autores famosos. Segundo CATACH (1995a:27), tais usos às vezes são localizados muito longe das “*normas*”, logo, conforme a pesquisadora, estes – os autores famosos – não serão os censores os quais irão contradizê-la quando esta afirma que “a evolução das palavras ao longo dos anos, nas suas formas e nos seus sentidos, não se faz, como frequentemente se acredita, por supressões e criações, mortes brutais e nascimentos imediatos” (id. ib.). Portanto, uma forma, pronúncia ou grafia não é simplesmente substituída por outra, “elas coabitam juntamente”, e, na maioria das vezes, de “modo duradouro” (id. ib.).

---

<sup>1</sup> Em nenhuma das obras citadas na Bibliografia, “*Camara*” é acentuado. Assim, deduzimos que, certamente, no registro de nascimento do auto o acento se faz ausente.

Assim, os desvios lingüísticos são uma verdade inegável. E mais, eles não ocorrem ao acaso, mas refletem, na opinião de CARRAHER (1985, apud REGO, 1996:04) e com a qual concordamos, “um sujeito que pensa e gera hipóteses”. Logo, é preciso reconhecer esses desvios como um fenômeno lingüístico natural a todas as línguas (ou idiomas). Isto ocorre, de acordo com HONVAULT (1995:10), porque as línguas estão em permanente evolução, uma vez que “seus usuários pertencem aos ambientes mais diversificados, nos vários contextos sociais, políticos, culturais, situacionais, espaciais e temporais”. Podemos ainda acrescentar que os desvios podem ocorrer em quaisquer dos setores lingüísticos: léxico, sintático, morfológico, fonético e ortográfico.

Considerar o desvio como um “fenômeno lingüístico natural” não significa, necessariamente, a aceitação de todas as formas surgidas. A verdade é que só o consenso pode agir, e a longo prazo, no que diz respeito à língua. O que estamos querendo esclarecer é que reconhecemos que no Brasil o desvio lingüístico exerce um vasto domínio, maior, talvez, do que o esperado. Que o ideal seria que este fato não ocorresse em tão grande escala é uma afirmação, com a qual “todos” parecem concordar. Não, evidentemente, pelo purismo lingüístico obcecado e obsessivo, mas, principalmente, porque significaria oportunidades reais e iguais para “todos” os cidadãos brasileiros, uma vez que sabemos que a escrita padrão diminui as diferenças sociais. Porém, nos parece que a solução não está em aplicações de multas, a exemplo das sugeridas pelos nobres vereadores paulistas. Até, porque, quem teria o domínio da variante padrão para realizar a fiscalização nas ruas e avenidas de São Paulo e conseqüentes multas? Os fiscais da prefeitura? Ou os vereadores que aprovaram a lei? Quem sabe, os professores de língua portuguesa? Os gramáticos? Ou os imortais da Academia Brasileira de Letras? Ou os jornalistas? Afinal, estes são os mais autênticos comunicadores. Na nossa opinião, as tais multas deverão atender, certamente, outras reivindicações de grupos, os quais, evidentemente, nada têm a ver com a educação ou com a parte da população menos favorecida da nossa moderna, global e cruel sociedade.

Esta realidade lingüística é, de modo geral, acreditamos nós, um reflexo da realidade social brasileira. Por conseguinte, os vários segmentos da nossa sociedade, particularmente os políticos, antes de priorizarem os “erros ortográficos”, os quais preferimos interpretar como “desvios lingüísticos”, deveriam estar preocupados em realizar transformações sociais benéficas a toda população brasileira.

Na verdade, o que ocorre é a existência de um grande hiato entre a variante lingüística nomeada de “norma” padrão, prescrita pela escola (ainda usada como instrumento de poder, ou, simplesmente, como um instrumento “*separador de águas*”), e o uso real da língua, posto em prática pela grande maioria dos falantes (mais e/ou menos letrados) e refletido na escrita. A tentação de querer obscurecer o surgimento de novas variações ortográficas pode ser um vício imperdoável. Por uma razão essencial, esclarece GRUAZ (1995:18): “a língua evolui a cada dia, o que não lhe permite fixar-se em uma única forma”. Isto não significa dizer, obviamente, que todas as formas ortográficas devam ser consideradas. Esta, sem dúvida, é uma solução inaceitável. Entretanto, é inegável a noção de “plurisistema” defendida por CATCH (apud GRUAZ, 1995:18), ressaltando “o fato de que não existe um funcionamento, mas vários”. E isto conduz a várias contradições. Assim se o princípio fonográfico quisesse manter o vocábulo “record” [do fr. *record* < ingl. *record*], o princípio morfológico haveria de questionar defendendo a grafia “recorde”. Neste caso, no Brasil, o princípio fonológico, impulsionado pela maioria da população sugere que a palavra seja pronunciada como proparoxítona, esquecendo, entretanto, que se faz “obrigatório” o uso do acento. E surge a contradição: qual das três formas é a “correta” ou está conforme o sistema brasileiro: *record*, *recorde*<sup>2</sup> ou *récorde*? Trata-se de uma escolha individual?

Este exemplo, entre muitos outros, faz com que a variante padrão admita que no princípio fonográfico a correspondência com o oral far-se-á presente. Logo, as variações orais são inevitáveis, e, até indispensáveis, porque elas são “a marca da vida e da evolução dos usos”, afirma CATCH (1995b:04). Aceitas ou não, certamente, “as variações nunca deixarão de existir, porque delas dependem a renovação do idioma no futuro” (id. ib., p. 08).

Assim, a confirmação do **desvio lingüístico** como um fenômeno natural é precedido pelo reconhecimento de dois outros fenômenos: “o dinamismo evolutivo intrínseco das línguas naturais e a variação lingüística” (PERES, 1996:09). Na verdade aquilo que a princípio possa manifestar-se como “erro”, submetido a uma análise minuciosa poderá (ou não) revelar-se como mera variação, visto sob a ótica sincrônica, ou, numa aproximação diacrônica, como mero estado evolutivo. Mesmo que, em toda língua provida de escrita, a tendência seja fixar um sistema escrito de grafia, que passa a

---

<sup>2</sup> Forma registrada em Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA (1975:1199) e em Ruth ROCHA (1996:523).

ser **ortografia**, esta “fixação pode ser mais ou menos frouxa, admitindo variações de normas rígidas”, como afirma CAMARA JR. (1985a:128-9). Em português, “a ortografia tem variado conforme as épocas, embora sempre utilizando as letras do alfabeto latino”, continua CAMARA JR. (id. ib.). Isto quer dizer que se instaura uma luta surda entre a tradição e a modernidade, ou, entre o estrangeirismo (primeira versão) e a segunda versão, em língua materna. Quando começa a ficar documentada a variação nas grafias de um mesmo vocábulo, exemplo de: *barrer/varrer*, *bassoura/vassoura*, *barrear/barrar*, *assoviar/assobiar*; *xerox/xérox*; *xeroxar/xerocar*, se pode inferir que está ocorrendo um processo de mudança lingüística. O que surpreende é que pode sair vencedora dessa competição, qualquer uma das variações.

Conceber os desvios como agente determinante de mudança lingüística não significa que estejamos escamoteando a variante padrão. Até porque este trabalho não pretende defender pontos de vista do “certo” e do “errado”. O que defendemos, convictamente, é que à escrita padrão “todos” devem ter acesso.

Assim, esta pesquisa só vem comprovar a partir dos dados coletados que os **desvios lingüísticos**, revelados através de **porta-textos**<sup>3</sup>, fenômeno analisado, são comuns e semelhantes em todo o Brasil. Tal realidade leva-nos a conjecturar que qualquer mudança que venha ocorrer em nossa língua, a médio ou longo prazo, provocada por tais desvios, certamente, ocorrerá em todo o País.

Portanto, enfatizamos que em momento algum pretendemos negar o valor da variante padrão, necessária a toda a sociedade, por tratar-se de uma norma unificadora. A intenção é registrar este fenômeno – o **desvio** – como agente provocador de mudanças lingüísticas, acreditando que este trabalho será um importante subsídio para a comunidade lingüística futura realizar pesquisas de caráter diacrônico, selecionando dados, que permitam caracterizar o português popular escrito de nossa época (1997/1998).

Para isso, procuramos identificar, a partir das incidências dos casos, as possibilidades de mudanças que poderão ocorrer, a médio e/ou longo prazo, no sistema (orto)gráfico brasileiro. Observamos que muitas transformações são influenciadas pela oralidade (como em *vareijo*, *cabelereiro*, *pobrema*, *apartir*, *a vista*) e outras, pela

---

<sup>3</sup> **Porta-textos** ou veículo é o “elemento de natureza física utilizado para transportar ou conduzir a mensagem até o destinatário” (BLINKSTEIN, 1995:54), que, uma vez que são expostos em via pública, são detentores de grande poder de comunicação, apelo visual e leitura instantânea. Retomamos esse conceito, à página 27.

intuição lingüística do usuário (tais como em *dezimpenos*, *coquitel*, *tubolares*, *inperdiveis*, *min*)<sup>4</sup>. Essas observações nos possibilitaram identificar quantitativamente os desvios gráficos coletados, na tentativa de constatar a maior e/ou menor frequência da diversidade dessas ocorrências.

Além disso, sabe-se que a “fala é para aqui-e-agora, a escrita é para aqui-e-agora e para todos os tempos”, de acordo com LUFT (1981:08). Entretanto, este axioma não abrange os porta-textos em questão, que mesmo se tratando de língua escrita, na grande maioria das vezes, desaparecem sem deixar vestígios. Tal fato só vem confirmar o valor desta pesquisa, que poderá ser vista, também, como uma fonte de memórias da linguagem de rua da cidade de Campina Grande – Paraíba.

Fica esclarecido, portanto, que o nosso trabalho não é de caráter pedagógico, isto é, não se propõe apresentar nenhuma proposta de ensino ortográfico; tampouco, tem a pretensão de submeter à aprovação uma nova teoria, como, principalmente, também não se trata de uma proposta “*corruptiva*” da variante “padrão” tencionando “defender” (ou “acusar”) o “*desvio*” lingüístico.

Reconhecemos que o tema **ortografia** é sempre muito discutido em todas as épocas, tratando-se, portanto, de um assunto polêmico e, conseqüentemente, perigoso. Mesmo assim, ousamos registrar e expor a escrita popular brasileira, dentro do atual contexto social, comprovando, por conseguinte, através dos porta-textos, os desvios – presentes, inegáveis e de ocorrência lógica – consagrados pelo povo. Assim, nesse contexto, a variante “padrão” será vista como uma “*verdade provisória*”. Portanto, não será o “*purismo*” lingüístico que evitará a ocorrência dos desvios ortográficos, até mesmo porque esses são necessários como sinalização de mudança do idioma, fato presente em qualquer língua viva, que tem o dinamismo como principal característica. Não pretendemos, nesta ocasião, tecer uma discussão mais aprofundada das causas lingüísticas responsáveis pela ocorrência dos desvios. Este aprofundamento deixamos como sugestão para um futuro trabalho. No momento, limitamos-nos a documentar e analisar o atual processo histórico de transformação ortográfica do português popular escrito brasileiro.

Os capítulos que compõem este trabalho – introdução, metodologia, pressupostos teóricos, análise dos dados e considerações finais – estão alicerçados em três pilasstras: (a) uma breve exposição diacrônica das mudanças ortográficas da língua

---

<sup>4</sup> Exemplos selecionados do *corpus* da pesquisa e transcritos *ipsis litteris*.

portuguesa; (b) uma tentativa de revelar a variante padrão como um dos meios de opressão social e (c) uma apresentação do **porta-texto** como um veículo de divulgação do **desvio**. Este, registrado e constatado como um agente provocador de mudanças lingüísticas.

A abordagem diacrônica fez-se necessária para uma melhor compreensão das alterações lingüísticas ocorridas no presente, numa análise paralela com aquelas ocorridas no passado. O questionamento (mesmo que sutil) feito à maxivalorização concedida à variante padrão, pela sociedade de modo geral, foi uma tentativa de denunciar o distanciamento das classes sociais, ou seja, a supervalorização de uma (composta por aqueles que dominam a escrita) em detrimento da outra (composta por aqueles com pouco ou nenhum domínio da escrita, cognominados de *povão*). Assim, em todo o trabalho a variante padrão é reconhecida como necessária, porém não infalível. E o desvio, responsável pela evolução lingüística de qualquer idioma, é revelado como um fenômeno social, divulgado através de porta-textos.

Analisado o conteúdo das mensagens transmitidas (breves, possíveis de serem apreendidas de relance e dirigidas a um destinatário nem sempre interessado), os porta-textos foram enquadrados na classificação de texto publicitário, uma vez que a necessidade de ser notado e a tentativa de motivar o leitor a realizar a(s) ação(ões) sugerida(s) são duas de suas principais características.

Com essa perspectiva teórica procuramos analisar o desvio, buscando descrever o português popular escrito contemporâneo.

## 2 – METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS

Nossa pesquisa procurou verificar as transformações lingüísticas que estão ocorrendo no português contemporâneo brasileiro, mediante amostra de textos tipicamente populares. Esta análise exigiu não somente uma leitura de produções atualizadas, como também, uma fundamentação básica do aspecto diacrônico do português.

Foi esta assimetria teórica que nos permitiu reconhecer algumas situações simétricas, resultantes de possíveis coincidências históricas, nos oportunizando, assim, traçar o rumo que seguiríamos quando por ocasião da nossa análise. O *corpus* analisado está composto de cento e noventa fotografias que focalizam **desvios**, isto é, grafias que divergem da variante *padrão*, ocorridos em **porta-textos** como anúncios pintados em paredes, faixas, luminosos, cartazes, painéis, letreiros, placas, tabuletas etc., os quais transmitem mensagens destinadas a um público indeterminado, indiferenciado e ocasional. Destes, a grande maioria está afixada em locais públicos de Campina Grande (PB), e alguns estão circulando dentro (e fora) da cidade, uma vez que sua exposição tem como porta-textos, ônibus, caminhões ou veículos móveis, de modo geral.

Com o intuito de sistematizar a nossa coleta de dados, realizamos as sessões fotográficas em algumas das principais ruas da cidade. Consideramos como principais, as ruas comerciais, portanto, aquelas centrais e as mais movimentadas, não só por transportes rodoviários, particularmente os coletivos urbanos, como também pelos transeuntes.

Encerrada esta primeira etapa – fotografar os porta-textos – passamos para o processo de reconhecimento dos desvios coletados. Estes totalizaram trezentos e quarenta e cinco ocorrências. Destas desconsideramos cinco, tendo em vista a característica de singularidade de cada uma delas<sup>5</sup>. Vale acrescentar que não foram considerados os desvios observados em nome próprio de pessoas.

Constatados os desvios (ou ocorrências) selecionados e categorizados, iniciamos a etapa seguinte: a análise. Esta foi dividida em dois momentos: o desmembramento dos **diacríticos** e o exame das evidências **(orto)gráficas** em processo. Os registros exemplificados foram transcritos *ipsis litteris*, inclusive no que diz respeito a possíveis sinais de pontuação (explicitados, porém não considerados).

---

<sup>5</sup> Apesar de não analisadas as cinco fazem parte, juntamente com as demais, do Apêndice. São aquelas registras pelas F(otos) 021, 096, 170, 189 e 190.

Concluída a análise, foi feito um levantamento quantitativo dos desvios coletados, para observarmos a incidência das ocorrências. Observamos que, em vários casos, duas ou mais ocorrências foram detectadas em um mesmo vocábulo. Em outros casos, o mesmo vocábulo, apresentando o(s) mesmo(s) desvio(s), foi registrado em diferentes textos. Nesta ou naquela situação, todos foram considerados.

A frequência das ocorrências, repetidas ou não, é que nos possibilitou fazer sugestões de prováveis regras de mudanças na ortografia do português do Brasil. Algumas destas até já previstas no Acordo assinado em 16.12.1990, porém ainda não oficializado, e outras nem sequer foram mencionadas.

Por fim, agrupamos os dados selecionados em gráficos para uma melhor e mais rápida interpretação. Estes testemunham que o fenômeno denominado de **desvio** lingüístico é um fato inegável e onipresente.

### 3 – CENÁRIO PANORÂMICO DAS MUDANÇAS ORTOGRÁFICAS NA LÍNGUA PORTUGUESA

*“Não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua e não a língua aos homens.”*

– **Fernão de OLIVEIRA** (apud **BUESCU**, 1978:26) –

#### 3.1 – Considerações preliminares

Não temos o propósito de fazer uma retrospectiva pormenorizada da história da língua portuguesa. Estamos conscientes de que fazer a descrição diacrônica de qualquer língua requer tempo e, principalmente, profunda erudição. Todavia, precisamos admitir que o estudo sincrônico contemporâneo das variações lingüísticas de uma língua exige um recuo na história, mesmo que seja de forma abreviada. Assim, com esta rápida exposição procuramos construir uma ponte entre o passado e o presente, na expectativa de que este elo proporcione indícios que justifiquem os argumentos levantados, quando da análise do *corpus* desta pesquisa.

Acreditamos que fazer uma pesquisa descritiva de fenômenos lingüísticos contemporâneos ao pesquisador requer algum conhecimento diacrônico, uma vez que, de acordo com MATTOS E SILVA (1991:11 e 13), “o que era antes e o que veio depois são balizamentos para apreender-se aquele momento que se quer estudar”. É o momento de se procurar conhecer como se processavam as transformações na língua escrita, porque é na “observação do passado que se podem recuperar surpresas que o presente, com frequência, não faz” (ib. id.). Por conseguinte, através desse rastreamento, procuramos desvendar alguns recortes sinuosos da nossa língua portuguesa.

Temos conhecimento da existência de material lingüístico documental das Épocas *pré-histórica* (das origens até o século IX) e *proto-histórica* (do século IX ao século XII), entretanto esta retrospectiva da evolução da ortografia da língua portuguesa deter-se-á à Época histórica com início no século XIII e está subdividida em três fases, a *arcaica* (do século XIII à primeira metade do século XVI), a *moderna* (da segunda metade do século XVI ao século XVII) e a

*contemporânea* (do século XVIII aos dias atuais). Vale observar que o grande marco divisório de Épocas é o século XVI, período em que o trabalho dos gramáticos e teóricos da língua marca a fixação do português padrão (ver HAUY, 1994).

O nosso percurso, através do túnel do tempo, nos transporta ao período histórico da língua portuguesa situado entre os séculos XIII e XV que recebeu a denominação de **português arcaico**. O conhecimento desse período é por demais fragmentado, uma vez que o livro impresso só surge nos fins do século XV, provocando, conseqüentemente, transformações culturais e reflexos na língua portuguesa no seu processo de variação e mudança. Foi a partir de 1536, com a gramática de **Fernão de Oliveira** e, de 1540, com a gramática de **João de Barros** que começou a delinear-se uma normatização gramatical da língua portuguesa.

O fato é que o português arcaico escrito, representação do falado, como bem nos lembra MATTOS E SILVA (1991:13), “move-se independente dos gramáticos e do ensino do português padrão nas escolas, já que por toda a Idade Média européia é o latim a língua da escola”. Assim, tanto “gramáticas do português, como português língua de escola só entram na cena da nossa história no século XVI” (id. ib.).

### **3.2 – A Ortografia: Período Arcaico**

O espaço conquistado pela língua portuguesa não ocorreu a curto, nem mesmo a médio prazo. Na verdade, foi uma conquista que se deu a longo prazo, passando por um duradouro período de grande “*caos ortográfico*” vivenciado do século XII a XIV. Isto porque, de modo geral, “as palavras não teriam uma ortografia estabelecida”, fato que comprometia a escrita dos textos arcaicos, uma vez que “os escritores precisavam conjecturar qual seria a melhor grafia, a mais neutra e mais aceitável para o leitor e para os outros escritores”, conforme escreveu CAGLIARI (1994:104).

A ortografia arcaica, essencialmente fonética, dificilmente deixava transparecer o critério etimológico. Como conseqüência óbvia um mesmo fonema era grafado de diferentes maneiras, assim como da mesma maneira, diferentes fonemas, informa HAUY (1994:33).

Escrever, hoje, a forma abreviada do advérbio de negação (“ñ”) em um texto científico, certamente não só seria considerado deselegante, conseqüentemente de mau gosto, como, sem sombra de dúvida, seria considerado um “erro”. As pessoas de modo geral desconhecem, e os lingüistas esquecem, que essa forma de escrita do vocábulo “não”, é apenas uma, entre as demais formas existentes no Período Arcaico, quando a escrita era fundamentada na oralidade: ñ > nam > nã > nom > não. O mesmo acontecendo com tantas outras palavras de ocorrência nasal: *deru, levaru, Joham, pam, coração, coraçam, coraçom (...)*<sup>6</sup>.

Com base nesse inegável processo histórico, defendemos que as variações não devem ser declaradas, em primeira mão, como **erros**, mas como **desvios**, na tentativa de encontrar uma forma ortográfica para a palavra e a língua. A história das línguas comprova que as mudanças sempre encontram o seu espaço, admitindo, assim, como máxima que – **o acerto de hoje, pode ser o erro de amanhã; como o erro de hoje, pode ser o acerto de amanhã.**

Foi somente no século XVI, a partir de *Os Lusíadas*, obra apregoada como “modelo ortográfico simples e elegante” (CAGLIARI, 1994:103), que se deu a “consolidação” do sistema ortográfico português (de Portugal). Entretanto, tal oficialização do sistema ortográfico serviu tão somente para padronizar determinadas variações e, conseqüentemente, o sistema lingüístico. Todavia este não tinha (nem tem, nem terá) o poder de coibir o surgimento de variações não padronizadas.

Assim, um estudo aprofundado dos textos literários quatrocentistas, do início do século XV até meados do século XVI, permite a comprovação de uma ortografia “extremamente arbitrária, havendo palavras até com mais de quatro ou cinco formas”, assegura o professor Costa PIMPÃO (1947:440 apud PAIVA, 1988:39-40), a exemplo da palavra *inimigo*, que podia ser encontrada com uma variedade de formas: *ymigo, imygo, jmigo, jmiguo, emmigo, inmiigo, ynmyguo*. Este era um comportamento comum. Logo, o período quatrocentista é considerado como o período fonético da ortografia, em vista da rica oscilação ortográfica ocorrida na época.

---

<sup>6</sup> De acordo com CAGLIARI (1994:104), os exemplos citados foram retirados da obra de José de Leite de VASCONCELOS, *Textos Arcaicos*.

Entretanto, segundo CAGLIARI ([1992], 1994:110) a ortografia do português permaneceu em “meio ao maior caos” desde os documentos mais antigos até a primeira metade deste século. Após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), através de leis, estabeleceu-se uma ortografia para a língua portuguesa. O fato é que muitas vezes a aparente estabilidade num dado período não passa de modismo, que, mais cedo ou mais tarde, termina sendo substituído por *novas* formas, as quais podem ou não virar tradição, ou passar por mais transformações.

Portanto, concordamos plenamente com esse autor (1994:109) quando afirma que “nenhuma escrita de uso comum numa sociedade pode ser fonética, porque a variação lingüística tenderia a torná-la insuportável”, inaceitável. Isto porque a ortografia tem como objetivo principal a neutralização das variações lingüísticas de maneira a tornar universal e única a grafia de uma mesma sociedade. Entretanto, essa verdade inegável e inelutável não impede a ocorrência de transformações lingüísticas.

### 3.3 – A Ortografia: Período Moderno

As grandes transformações na língua portuguesa começam a ocorrer nos meados do século XVI. O enriquecimento do acervo lexical, a disciplina gramatical, a competição com o espanhol e a expansão da língua (principalmente a falada) para os povos conquistados é o perfil do português da época. O fascínio pela cultura clássica é responsável pelo surgimento de uma elite de eruditos, que culminou no surgimento das primeiras gramáticas da língua portuguesa. Foi o momento apoteótico do latinismo, das formas importadas aportuguesadas e da reestruturação das formas arcaicas.

Em *Os Lusíadas*, por exemplo, é possível serem encontrados todos os tipos de latinismos: **gráficos** (*octavo/oitavo, doctor/doutor, nunca/nunca*); **fonéticos** (*defensa/defesa, insula/ilha, nido/ninho*); **morfológicos**, a exemplo dos casos de superlativos eruditos em *-érrimo (misérrimo), -ílimo (humílimo)* e *-íssimo (belacíssimo)* etc.; **sintáticos** (*mas porém, mas contudo > sed tamem; qual... tal > qualis... talis*); **léxicos**: *flama (chama), plaga, sumo (supremo), áureo, funéreo, lácteo, mortífero, odorífero, pudico, diáfano, pálido, celeuma,*

*inerte* e muitos e muitos outros; **semânticos**: *idade (vida)*, *partes (regiões)*, *levar as âncoras (levantar)* etc. (v. SPINA, 1987:08-13).

### 3.3.1 – As primeiras gramáticas

A atração pela cultura clássica e o desejo de aperfeiçoar a língua portuguesa a partir do latim, como língua modelo, favoreceu o surgimento das primeiras gramáticas e dos primeiros dicionários. A gramática de **Fernão de Oliveira** (1536), considerada por ele meros apontamentos, e a de **João de Barros** (1540), bem mais desenvolvida, registraram um grande número de fatos lingüísticos que começavam a ser catalogados e organizados.

A obra de Fernão de Oliveira, singularmente original, apresenta, segundo BUESCU (1975:18-30), “uma indisciplina de plano, uma ocasionalidade de reflexões, que lhe retiram a feição de uma gramática no sentido exato do termo”. Todavia, é inegável o seu valor e a sua riqueza informativa.

Tratando-se de uma obra de feição inacabada, em vista das breves reflexões sobre morfologia e sintaxe, Fernão de Oliveira dedica extensa parte à descrição fonética e à **ortografia**. Esta parece ser o eterno *calcanhar-de-aquiles* da língua portuguesa (v. BUESCU, 1975:22 e 1978:54).

A doutrina ortográfica do nosso primeiro gramático prioriza três questões fundamentais: a perda da noção de quantidade vocálica, substituída pela de qualidade e, em consequência, necessidade de representar graficamente os graus de abertura vocálica. Abolição de “*k*” e tentativa de abolição de “*qu*”, substituídos por “*c*”. Distinção de “*i*” e de “*u*”, semivogais e consoantes; persistência da utilização de “*y*”.

### 3.3.2 – Grafia fonética × grafia etimológica

Os italianos, considerados inovadores, defendiam a aproximação da grafia o mais possível da fonética da língua – **ortografia fonética** –, enquanto que os franceses inclinavam-se mais para a **ortografia**

**etimológica**, como sinal de latinidade. Eis aqui o ponto central de divergência entre Fernão de Oliveira e João de Barros. Enquanto este deixa-se influenciar pelas duas correntes – a italiana e a francesa –, aquele, pelo contrário, mantém-se mais próximo da doutrina italiana, de acordo com BUESCU (1975:28-9).

Assim, no que diz respeito à supressão de “*qu*” e de “*k*” e, em consequência, a atribuição do seu valor gráfico a “*c*” em todas as posições provoca, como resultado, a necessidade de utilizar “*ç*” antes de “*e*” e de “*i*”. Neste caso, por exemplo, a doutrina de Oliveira é bem menos clara e explícita do que a de Barros, afirma a pesquisadora (op. cit.). Para este, “*c*” terá sempre a função de “*qu*” (=“*k*”); a cedilha, em qualquer posição, assinalará o som “*ceceado*” que é próprio do falar cigano de Sevilha (v. BUESCU, 1978:36-7).

Por outro lado, a distinção de “*i*” e de “*u*” semivogais, de “*j*” e de “*v*” consoantes, assim como a conservação de “*y*” é, do ponto de vista de Oliveira, perfeitamente definida e lúcida, tendo em conta o valor de semivogal, como segundo elemento de um ditongo. Enquanto a opinião de Barros é ambígua e vacilante: Diz: “(*y*) serve no meio das dições às vezes (...); (*i*) serve no fim das dições sempre” (op. cit.).

### **3.3.3 – OLIVEIRA & BARROS: nossos gramáticos precursores**

Na opinião de BUESCU (1978:53-5 e 71-2), a obra de Fernão de Oliveira é um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico. Uma miscelânea lingüística e cultural. Sua obra é altamente expressiva de um espírito aberto e atento à realidade circundante – uma obra do Renascimento.

Admitindo sua vaidade, Barros encara com orgulho o fato de os povos africanos e orientais aprenderem o português e com ele, a lei e os costumes. Mas também verifica, com humildade e singular abertura de espírito, que o português é alterado e influenciado pelas linguagens estranhas e exóticas desses povos.

Assim, a nossa “*orthographia*”, tratado da **correta escrita** dos vocábulos, desde Fernão de Oliveira e João de Barros – nossos primeiros gramáticos –, já era um ponto de *convergência e divergência* – de opiniões particulares. E a nós parece que a ortografia, como de resto toda a gramática, não deve ser estudada como uma obra de opiniões particulares, porém como o encontro coerente da opinião coletiva. Caso contrário, como considerar suas regras como “*padrão*” único?

### 3.4 – A Ortografia: Período Contemporâneo

No século XVIII, entre os estudos gramaticais, o valor dado aos estudos ortográficos é um dos pontos mais polêmicos da história da língua portuguesa.

Os desvios ortográficos – fenômeno que ousamos estudar –, vistos como “*erros*”, não constituem um fato moderno. Na verdade os *desvios* são uma realidade presente todo o tempo na evolução das línguas.

Assim, no século XVIII, por exemplo, Luís Antônio VERNEY<sup>7</sup> lamentava a escrita de muitos, justificando a presença das *falhas* ocorridas à ausência do ensino da *Orthographia*<sup>8</sup> Portuguesa (justificativa atual dos “*defensores*” da língua vernácula), vista por ele como doutrina. Entretanto, apesar de defender a ortografia tradicional e elitizada, VERNEY propunha a escrita das palavras com base na pronúncia, sugerindo, assim, consciente ou inconscientemente, “uma verdadeira reforma ortográfica, baseada principalmente numa empírica doutrina fonética, visando à simplificação e uniformização da escrita”, como MOREL PINTO (1988:16-7) explicita. Todavia, o poder da tradição não permitiu a VERNEY vivenciar as mudanças ortográficas ocorridas e por ele propostas. Tais sugestões

---

<sup>7</sup> O **Verdadeiro Método de Estudar** é a obra mais conhecida de VERNEY, sob o pseudônimo de Pe. Barbadinho (v. MOREL PINTO, 1988:10).

<sup>8</sup> Observar a arcaica grafia do vocábulo – **ortografia** –, que hoje, certamente, é considerada *errada*.

– a fixação do alfabeto, no qual as letras **k**, **w** e **y** eram usadas só em casos especiais; restrição do uso do **h**; eliminação do **c**, no grupo inicial **sc** (*sector, secção*); corte das consoantes que não se pronunciam (*Magdalena/Madalena, officina/oficina, optimo/ótimo, sabbado/sábado etc.*); estabelecimento da diferença entre **i** e **j**, e entre **u** e **v** –

só se realizaram há poucas décadas. Estas sugestões, certamente, criticadas no passado, é a norma de hoje. Daí, CAMARA JR. (1985b:16) afirmar categoricamente que o gramático normativo ou o professor de língua desobedecem três preceitos:

*Impõe as suas regras praxistas como sendo lingüísticas. Corrige às cegas, sem tocar no ponto nevrálgico do procedimento lingüístico que quer corrigir e com isso só cria confusão e distúrbio. Parte do princípio insustentável de que **a norma tem de ser sempre a mesma** (grifo nosso), e fixa um padrão social altamente formalizado com sendo o que convém sempre dizer.*

Ora, se a língua existe essencialmente como meio de interação entre os homens e se o nosso procedimento lingüístico dá-se de acordo com a situação que vivenciamos no espaço e na hierarquia social, “a norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica”, defende CAMARA JR. (ib. id.). Por conseguinte, concordamos plenamente com Roman JAKOBSON (apud CAMARA JR., 1985b:19) quando reconhece: “Em matéria de língua não há propriedade privada; *tudo* (grifo nosso) está socializado”. Portanto, “prestígio e estigma não têm referentes fixos: as palavras ou frases que têm prestígio hoje podem ser estigmatizadas amanhã (e vice-versa), como a lingüística histórica tem mostrado com clareza, o que ajuda-nos a entender a plasticidade da linguagem”, de acordo com MORAES (1992:16).

É esta plasticidade que permite a adoção do empréstimo por parte dos escritores do século XIX, como consequência inevitável da influência cultural de

outros povos. Por conseguinte, o uso de estrangeirismos e neologismos torna-se uma prática comum no século XX, quase não causando nenhuma reação por parte dos puristas. Já no processo de absorção da oralidade, os escritores, além de livrar-se de preconceitos em relação às palavras, tentam aproximar-se da realidade sonora, recorrendo à grafia prosódica, sobretudo em casos de alterações já consagradas nacionalmente, como em: *pra, que-dê, cadê, prati, tá, tô, tava, canaviá, caboco* e outros” (v. PIMENTEL PINTO, 1988:23).

### 3.5 – O Sonho: o Acordo Lusofônico

O acalentado sonho é a unificação da língua portuguesa, falada e escrita nos sete países que formam a CLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), a saber: Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Tomé e Príncipe. A concretização do Acordo Ortográfico Lusofônico beneficiará as relações culturais entre os sete, facilitando o acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Se o Acordo é benéfico para todos, por que o insucesso dessa discussão, há pelo menos meio século? A resposta é óbvia. Dos sete países é, verdadeiramente, Portugal aquele que se mantém mais inflexível. Até “compreendemos”, uma vez que ele é o país colonizador. E o Acordo desejado traria muito mais modificações para Portugal do que para o Brasil, por exemplo.

Na disputa “busca-se determinar quais os legisladores por direito da língua portuguesa; se os brasileiros com um maior número de falantes, ou se os portugueses, por habitarem o espaço geográfico onde a língua nasceu”. Percebe-se claramente que o que está em jogo não é “o interesse por uma boa ortografia em relação a uma má ortografia”, assevera LOBO (1995:29). A questão não é de carácter lingüístico, tratando-se bem mais de uma questão política.

Outra questão a ser observada é aquela que diz respeito à língua falada e escrita. “A idéia de que a existência de um Acordo Ortográfico deverá favorecer a unidade da língua” poderá ser uma falsa idéia. Acordos ortográficos não promovem unidades lingüísticas, por uma razão muito simples: “a pronúncia pode determinar a escolha dos caracteres gráficos, mas não de os caracteres gráficos produzirem conseqüências fônicas ou prosódicas”, ou seja, “as

convenções gráficas adotadas, ainda que fossem absolutamente homogêneas para todos os casos, não levariam a que todos passássemos a ter uma pronúncia uniforme” (LOBO, op. cit.).

Acordos ortográficos não ajustam em definitivo mudanças lingüísticas. Variações no plano lexical, no plano morfológico e no plano sintático continuarão a diferenciar uma língua da outra: brasileira ≠ lusitana.

Quanto a nós, os brasileiros, precisamos defender a nossa língua, porque ela, na opinião de OLIVEIRA (1989)<sup>9</sup> é a principal “arma da nossa cultura, da nossa soberania, da nossa história e da nossa originalidade”.

De qualquer maneira, de acordo em acordo, esta unificação, no plano da escrita, vem ocorrendo, paulatinamente. A exemplo da reforma ortográfica de 1911, quando saudosamente despediu-se o “*ph*”, cedendo o seu lugar de honra à elegância esbelta do “*f*”.

Em 1934/1937 fatos históricos brasileiros<sup>10</sup> influenciaram diretamente o nosso sistema ortográfico. Promulgada em 16.07.34, a “nova” Constituição Brasileira ampliou os poderes da União, limitou os poderes do Senado, criou o Conselho de Segurança Nacional, previu a criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, deu direito de voto às mulheres e forçou a volta do antigo sistema ortográfico, denominado usual ou misto (governo Getúlio Vargas). O golpe de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo, sepultou esta Constituição, recuperando o sistema ortográfico de 31, porém com o acréscimo e novas regras de acentuação gráfica. Este momento marcou o ponto de partida das divergências, entre Portugal e o Brasil, no que se refere às normas ortográficas. Novo entendimento fez-se necessário, entre os dois países, que culminou na Convenção Luso-Brasileira de 1943, fortalecendo o Acordo de 31. Entretanto, este Acordo não eliminou as polêmicas intermináveis, uma vez que não recebeu total aprovação do Congresso Nacional, na ocasião. E foi somente em 21.10.1955 que o Congresso Nacional, através do Decreto-lei nº 2623, oficializou o Acordo Ortográfico, já em uso. Lei assinada pelo então presidente da república, Café Filho. Dezesseis regras e dezessete observações foram oficializadas pelo Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro.

---

<sup>9</sup> Não dispomos da indicação da página. V. Anexo IV.

<sup>10</sup> Almanaque Abril 88. São Paulo: Abril, 1988:64.

Em 18 de setembro de 1971 foi assinada a Lei 5.765, que eliminou duas regras (a do acento diferencial de timbre e a do acento grave e circunflexo nas sílabas subtônicas) e duas observações (v. FREIRE DA SILVA, 1995:113).

O mais recente Acordo Ortográfico da língua portuguesa está estruturado sobre XXI Bases<sup>11</sup>, aprovadas na Academia das Ciências de Lisboa a 12 de outubro de 1990. Elaborado a partir de ortografias oficiais distintas, o Acordo deverá ser adotado pelos sete países de língua portuguesa, não se tratando assim de uma mera reforma do sistema ortográfico brasileiro ou lusitano, isoladamente. Assim, reavaliado e aprovado no dia 18 de abril de 1995 pelo Senado brasileiro, corroborando idêntica decisão tomada pela Câmara dos Deputados em 14 de junho de 1994, o Acordo não recebeu a aprovação das cinco nações africanas (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), que juntamente com o Brasil e Portugal compõem o chamado mundo lusófono.

Desta maneira, o Acordo discutido e aprovado, porém não por unanimidade e, portanto, ainda não homologado, consta de duas leituras possíveis, conforme afirmação de LOBO (1995:31).

Na primeira, a mais geral de **caráter contrastivo** os dois antigos sistemas ortográficos (o lusitano e o brasileiro) e o que vigorará se confrontam, destacando-se:

- a) “*as concessões*” feitas por ambos os sistemas; e
- b) “*as situações de facultatividade*”, para os casos em que se admite a dupla grafia, por serem contempladas diferenças nacionais de pronúncia.

Uma segunda leitura, também “*contrastiva*”, é de **natureza** mais **pragmática**, porque, no que diz respeito à ortografia, seremos *realfabetizados* basicamente em quatro esferas: **as seqüências consonânticas, a acentuação gráfica, a hifenação e o trema.**

O que observa-se é um jogo de interesses e disputas que “parecem girar sempre em torno do estigma das relações de colonização”, conforme assegura LOBO (op. cit. P. 29). Acordos ortográficos não irão deter a etimologia popular de cada uma das sete nações lusofônicas. Este deveria ser o único Acordo com aprovação unânime.

---

<sup>11</sup> V. Anexo V.

## 4 – A VARIANTE PADRÃO: DEMOCRATIZAÇÃO OU AUTORITARISMO

*“A primeira lição elementar de todas as ciências é que não pode haver um fenômeno bom e outro mau ou ruim. Todos os fenômenos são essencialmente legítimos.”*

**J. RIBEIRO** (1933 apud CALLOU, 1996:164).

### 4.1 – O alfabeto: o ponto de partida

A escrita pode ser estudada sob dois aspectos: aquele que evoca o *sistema acrofonético* e aquele que evidencia o *sistema ortográfico*. No sistema acrofonético a escrita funciona como transcrição fonética. Neste caso, fica estabelecido que, no *nome* das letras, já se encontra o som que elas representam, ou seja, para cada letra corresponde um e somente um som e vice-versa. A exemplo do sistema acrofonético, o sistema ortográfico tem o *alfabeto* como ponto de partida. Todavia, no sistema ortográfico a relação entre letras e sons não fica limitada ao princípio acrofônico, isto é, as relações estabelecidas entre letras e sons não são iguais às relações entre sons e letras. Portanto, em um sistema ortográfico, os sons, necessariamente, não precisam ser transcritos foneticamente, bastam ser transcritos de modo que se permita a decodificação da palavra, enquanto unidade da escrita portadora de significação externa (v. MASSINI-CAGLIARI, 1996:35-45). Por conseguinte, uma mesma palavra pode ser pronunciada de maneira variada, todavia, só pode ser grafada de uma maneira, de acordo com a *variante padrão*.

Esta característica confere ao sistema ortográfico um caráter híbrido: é de base *fonográfica*, entretanto é portador de características *ideográficas*. O princípio fonográfico procura aproximar a escrita de uma pronúncia ideal; o princípio ideográfico procura manter os traços etimológicos das palavras (v. MORAIS, 1997:61-83). Desta maneira, são os elementos ideográficos de um código escrito que possibilitam o surgimento do desvio. Assim, a escrita alicerçada no sistema ortográfico exige, obviamente, memorização e, quando esta não funciona, faz-se necessária a cumplicidade de um dicionário. Por conseguinte, o uso ideal deste sistema oferece uma dose (maior ou menor) de permanente dificuldade para todos os usuários da escrita.

#### 4.2 – A escrita: um símbolo de ascensão social

O alfabeto, primeiro sistema de escrita, foi, segundo HAVELOCK (apud OLSON, 1997:63) “capaz de registrar enunciações completamente novas que podiam ser lidas e relidas muitas vezes sem ambigüidade e por ser simples e fácil de aprender, foi, portanto, democratizado”.

Embora seja um argumento atraente, ele não é verdadeiro, uma vez que a idéia de democratização do sistema de escrita transformou-se em privilégio de alguns e não um direito de todos. Certamente, a escrita é um fenômeno de valor inestimável, entretanto, a importância a ela atribuída não seria uma forma de arrogância, de espírito de superioridade e um meio de favorecer uma minoria privilegiada da população?

Pesquisa realizada por W. HARRIS (apud OLSON, op. cit.) revela que “nas sociedades grega e romana não havia alfabetização em massa, embora por volta do ano 70 da era cristã talvez vinte por cento dos homens que moravam nas áreas urbanas possivelmente soubessem ler e escrever”. Hoje, os dados estatísticos certamente são outros, mas o problema do analfabetismo ainda constitui uma realidade monstruosa que nos esmaga e nos envergonha. A elite – ontem e hoje (e, provavelmente, amanhã) – passou a usar a escrita como instrumento de “opressão” e “poder” sobre as outras classes. Assim, a escrita tem contribuído muito mais para a escravização da humanidade do que para a sua democratização, para a sua libertação. É, portanto, a escrita um meio de controle social.

Considerando-se detentora da **verdade dos fatos**, a escrita conquistou, pelo menos de princípio, a confiança de todos: alfabetizados e/ou não alfabetizados. Possível de ser realizada em espaços e tempos diferentes, a escrita tornou-se prioritária como meio de comunicação. Por conseguinte, a necessidade de associar significados a uma forma gráfica tornou indispensável a codificação das formas e a estabilização das mesmas, uma vez que, quando da exposição pelo escritor, deveria ser reconhecida e compreendida pelo seu leitor. Esta necessidade fundamental – associar significados às formas escritas – exige tempo indeterminado na escolha da forma “fixa”, possibilitando, conseqüentemente, a ampliação do léxico de cada língua. Em conseqüência, passou-se a dar uma atenção especial à escolha das palavras de um enunciado e à **correção** das citações.

Assim, nossa consciência comum ficou de tal forma dominada pela crença na importância da escrita que, ao lado da questão gramatical, a ortográfica coloca-se como primordial. Logo, de acordo com OLSON (1997:22-3), “até mesmo um pequeno declínio nos resultados de testes de ortografia é visto como uma ameaça ao bem-estar da sociedade”. Tal afirmação pode parecer exagero... mas, não o é. Daí, nos perguntamos: por que essa busca obcecada de escritos perfeitos? Se “escrever é muito mais do que grafar corretamente”, podemos concluir que *a priori* “não adianta escrever textos corretos”, conforme REGO (1996:03), se estes estão vazios de conteúdo e das características básicas do gênero de texto escolhido. Afinal, não é a correção lingüística de um texto que o transformará numa grande obra. Inegavelmente a correção é necessária, porém, não é tudo, até porque os autênticos deslizos (os problemas de incoerência) estão menos presentes do que se imagina. Portanto, vale lembrar a informação que nos foi passada por M. BOAS (1962:53 apud OLSON, 1997:74) a respeito de Gaio Plínio Segundo, evocado por Plínio o Velho. Segundo afirmação do pesquisador, o escritor renascentista BARBARO teria encontrado cinco mil erros em cópias do texto latino do historiador Dioscorides ou Plínio.

O fato é que da Antigüidade à Idade Moderna o homem tem considerado a escrita como um atividade fundamental, feito que tem se refletido sobre a forma como nos vemos: *gente instruída e civilizada*. Logo, considerar a escrita, no curso de sua história, como um instrumento em função do poder e não em função da razão, do social não surpreende ninguém. Portanto, é oportuno lembrar BORTONI (1989 apud MORAES, 1992:38) quando esta afirma que “a questão da insegurança lingüística está ligada às pressões lingüísticas”, principalmente, nos casos das classes menos favorecidas da nossa sociedade, contexto no qual os indivíduos usam uma linguagem desprestigiada e, conseqüentemente, a insegurança vivenciada a nível social, reflete na linguagem oral e agrava-se mais ainda na escrita. Isto quando o indivíduo tem a “*oportunidade*” de ser alfabetizado, obviamente.

Assim, podemos assimilar a escrita como um símbolo de ascensão social, porém com a consciência de que não se trata de um fato isolado. O que pretendemos dizer é que por trás do *não* domínio da variante padrão existe toda uma questão política-econômica-social. Portanto, é preciso que o Estado ofereça ao cidadão o

direito à saúde, à moradia, à alimentação, ao lazer, ao transporte de qualidade, aos bens culturais, à segurança, à escrita formal etc., etc.

Por conseguinte, a **competência gramatical** que alguns estudiosos, a exemplo de CHOMSKY e PINKER (1980 e 1989 apud OLSON, 1997:139), acreditam ser inata ao homem, só tende a se fortalecer com a experiência escolar. Todavia, só acreditamos que esta competência tornar-se-á uma realidade se o contato com a língua(gem) escrita permanecer como uma constante na vida do indivíduo. Caso contrário, pouco, ou quase nada, restará dessa experiência escolar. Tal afirmação é coerente, uma vez que o ensino do Português nas escolas brasileiras dá-se com base na Gramática Normativa de Portugal, longe, portanto, de refletir a realidade: o padrão nacional falado e escrito. Entretanto, parece que ninguém se dá conta desta realidade, acreditando apenas em uma única hipótese, que os desvios são marcas de baixa escolaridade.

Assim, de acordo com a tese de HEATH (apud MORAES, 1992:16-7) na escola, quando o indivíduo *fala certo*, demonstra que *entendeu certo* e, por conseguinte *escreverá certo*. A conseqüência desse circuito fechado é que o próprio indivíduo estará *certo*. Portanto, o aprendizado da linguagem gira em torno do eixo denominado de *certo/errado*. O resultado secular dessa postura religiosa familiar e educacional é, para MORAES (op. cit.), uma obsessão social e escolar pelo erro da palavra: o *fonético*, no caso da fala; e o *ortográfico*, no caso da escrita. A tradição escolar é detentora da **variante**<sup>12</sup> *padrão*, a qual os puristas optam por denominar de *modelo*, por ser, por eles, o *único* considerado certo, por conseguinte, todos os demais sistemas lingüísticos são *rotulados de errados*, ainda que legitimamente cumpram seu principal papel: o de comunicar. A escola, portanto, reflete na sociedade essa postura histórica do *certo* e do *errado*. E este é o mal maior: eleger como *única e verdadeira* a variante da classe dominante, negando a existência de outras variantes lingüísticas, “alijando grupos sociais que não dominam a variante padrão”, convencendo-os de que “não sabem falar” (v. BARBOSA SILVA, 1996:136-141).

Entretanto, o tempo passa e com ele também passam ou modificam-se até as idéias e posturas milenares. O dito *certo* e *errado* atraiu o olhar do pesquisador lingüista. Todavia, estudos realizados por MORAES (1992:16) alertaram para o

---

<sup>12</sup> Preferimos substituir o vocábulo “*norma*” pelo termo **variante** em vista da neutralidade semântica deste em relação àquele, rico de conotações semânticas (v. TARALLO, 1887:11-12).

moralismo implícito no tratamento ao erro de linguagem. A literatura acadêmica estaria recorrendo a eufemismo, tais como *distorções*, *inadequações*, *falhas*, *imperfeições*, *desvio* (da norma) e outras. Contudo, ao fazermos uso do vocábulo desvio para denominar o fenômeno que nos propomos estudar, não o fazemos como um eufemismo. Na verdade, tentaremos demonstrar a viabilidade deste deixar de ocupar “sua” condição de desprestígio, para ocupar uma posição de prestígio. Portanto, a utilização do vocábulo desvio não deverá ser assimilada como despistamento e/ou atenuação do vocábulo *erro*, mas sim, como uma “*vereda*”, para encurtar a distância a ser percorrida entre a variante *não-padrão* e a variante *padrão*, ou seja, entre a forma estigmatizada e a forma de prestígio.

#### 4.3 – O desvio: de vilão a herói

Na variante padrão, *a priori*, não há lugar para o diferente, para o desvio. Esta é uma realidade que decorre das próprias características do sistema ortográfico.

Entretanto, o português, como qualquer outra língua, é um fenômeno em permanente estado de evolução. Isto ocorre em decorrência do estado dinâmico da língua(gem). Conseqüentemente, a evolução da escrita não deve ser encarada como uma transgressão, uma vez que, em qualquer época, encontraremos sempre um sistema em pleno funcionamento, apresentando formas residuais de um passado remoto (como *irman*, forma arcaica) em perfeita e harmoniosa convivência com formas mais inovadoras (como *disk*, neologismo).

O fato é que o **desvio**, com ou sem conotação eufemística, é um fenômeno lingüístico inegável e de uma “dimensão estatística muito significativa” conforme afirma PERES (1996:09). É bem verdade que ele surge marginalizado, podendo ou não receber a aprovação da comunidade. Em caso positivo, expande-se e transforma-se em inovação ou neologismo, passando, posteriormente, a integrar o sistema lingüístico vigente denominado de *variante padrão*. Um bom exemplo é o surgimento do vocábulo “*imexível*”, escrito pela primeira vez na imprensa, após ser proferido em um depoimento do então Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antonio Rogério Magri, o primeiro *operário* brasileiro a se tornar ministro, por ocasião do governo Collor (1990/1992). Vocábulo gerador de inúmeras

polêmicas, teve a sua formação “defendida” pelo renomado gramático Evanildo BECHARA, fato que, na época, calou o falatório de muito retrógrados, a exemplo de alguns jornalistas que, na sua grande maioria, são inexperientes no que diz respeito às regras gramaticais, no caso específico a regra de derivação por prefixação e sufixação.

Assim, o vocábulo “*imexível*” que ontem foi fonte geradora de tanta polêmica, merecedor de destaque na imprensa falada, escrita e televisada, hoje está na língua oral e escrita da maioria, inclusive daqueles críticos mais arrebatadores, restando apenas sua lexicalização, o que, com certeza, acreditamos ocorrerá dentro em breve. Tal evolução não ocorre de forma instantânea, mas ao longo dos anos, numa retenção paulatina, não apenas da forma, como também do significado.

Quanto à variante padrão, esta costuma travestir-se de única, verdadeira e permanente. Todavia, só o adjetivo “*vigente*” a caracteriza seguramente, uma vez que ela – a **variante padrão** – é uma norma “*definitiva*”, até que não ocorra um Acordo para alterá-la. Até porque o *definitivo* é “eterno enquanto dura” (nos permita o poeta Vinicius de Moraes), isto é, enquanto está em vigor, em uso.

Os defensores da variante padrão, como norma, modelo único e permanente, condenam os desvios lingüísticos, sem se dar conta (talvez) de que estão condenando pessoas que ocupam determinada classe social, marginalizada, esquecida, execrada. Isto ocorre porque a variante padrão, absorvida como possibilidade única, está sendo freqüentemente usada como instrumento de dominação. Ensinada nas escolas, seu uso traz, normalmente, prestígio e acesso a privilégios sociais. O fato é que não podemos ficar limitados à norma. Se assim o fizermos, estaremos tolhendo a nossa liberdade lingüística. Podemos até admitir que o desvio é uma mudança de percurso em relação à variante padrão, entretanto é preciso reconhecer que ele não é contrário à lógica, exigida pela gramaticidade. É preciso ter sempre em mente que o desvio “tem uma explicação lógica, científica, perfeitamente demonstrável”, assegura BAGNO (1999:121). Afinal, ele surge da lógica popular e as línguas existem na medida em que se acham associadas a grupos humanos. Logo, “nem a sociedade, nem as línguas se modificam automaticamente. São os atos dos homens que as vão transformando”, assegura ORLANDI (1981:90). Assim, os desvios são um fator inerente à vida social de uma comunidade, como portadores que são da vida da língua, de sua evolução permanente.

## 5 – OS PORTA-TEXTOS: UM MEIO DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

*“Os portugueses estão começando a compreender que a vitalidade de uma língua vive de sua corrupção, caso contrário estaríamos todos falando latim.”*

**Antonio Alçada Batista** (escritor português)

Consideramos o porta-texto como um meio de interação entre o destinatador e o destinatário. Isto ocorre porque o pintor-letrista, fazendo uso de recursos lingüísticos, procura interagir com a população, buscando convencê-la da veracidade da informação anunciada. Logo, todas as estratégias usadas na confecção dos porta-textos (como grafias exóticas: *disk, korpo, motokar, skina*; o jogo com os vocábulos: ART LUZ, ÓTICA SOLAR; lugar-comum: *lavagem rápida grátis, os melhores (...) do mundo*; personificação: *Pedrinho veículos*<sup>13</sup>, aspectos gráficos: seleção de cores e dimensão das letras, uso de ícones etc.) estão relacionadas à intenção do letrista (e/ou do seu cliente), que é interagir com a população, convencendo-a a interessar-se pelo produto e/ou serviço anunciado.

Assim, os textos analisados, à primeira vista, podem parecer uma **comunicação unilateral** e, algumas vezes, aceitamos que tal hipótese seja confirmada, uma vez que as informações transmitidas pelos porta-textos, em alguns casos, não recebem respostas, ou seja, não recebem *feedback* por parte dos seus leitores. No entanto, arriscamos a afirmar que, na grande maioria das vezes, trata-se de uma **comunicação bilateral**, não, obviamente, no sentido face-a-face; porém, no sentido de que o leitor não só corresponde, como responde às expectativas do autor.

Outra característica dos textos, ora analisados, é que eles são lidos por muitos e diferentes leitores e, para cada um deles, pode provocar diferentes reações, de acordo com suas respectivas situações. Assim, procurando influenciar o maior número possível de pessoas, os porta-textos tendem a atingir todas as camadas sociais e culturais da comunidade. Dessa maneira, por tratar-se de **um meio de comunicação de massa**, os porta-textos são portadores de uma característica bem particular, no mínimo original, qual seja: “quanto mais pobre e banal for o texto, mais facilmente será recebido”. Trata-se de “dizer pouca coisa a muita gente” (VANOYE, 1985:198). Por conseguinte, tais

---

<sup>13</sup> Todos os exemplos foram selecionados do *corpus* da pesquisa.

textos não permitem um vocabulário exuberante ou requintado. É preciso dizer tudo o que se deseja informar, com o mínimo de palavras, até mesmo corriqueiras, se necessário for. O que é preciso é ter imaginação para realizar associações de idéias (GARCIA, 1986:231).

### 5.1 – Os porta-textos: em busca de sua tipologia

Se o próprio contexto de texto já é uma fonte geradora de controvérsias, não poderia ser diferente na distinção da tipologia textual. E, quando os textos são aqueles que têm como meio de difusão os porta-textos, parece que tudo só tende a ficar mais conflitante.

Assim, a nossa dificuldade em definir a tipologia dos porta-textos é bem colocada por BRAGA (1980:152), quando explicita o núcleo da questão. Será que a organização textual dividida em três blocos – DESCRIÇÃO, NARRAÇÃO, DISSERTAÇÃO – “é capaz de dar margem à classificação das inúmeras possibilidades de atualização da linguagem verbal? Dos diferenciados matizes que a expressão verbal pode assumir?”

Na verdade, os porta-textos apresentam características do texto publicitário, tais como: (1) a necessidade de ser notado e (2) a tentativa de motivar o leitor a realizar a(s) ação(ões) sugerida(s). Assim, marcados pela *persuasão*, isto é, pela intenção de seduzir o receptor, os porta-textos são marcados pelas funções *referencial* e *conativa*.

### 5.2 – A mixagem das funções REFERENCIAL e CONATIVA nos porta-textos

Escrever é *organizar e dar forma* a um certo número de “dados”. Esses dois processos, segundo VANOYE (1985:68), manifestam a finalidade do texto e seus objetivos. Por conseguinte, torna-se possível identificar as funções representadas nos porta-textos: referencial e conativa.

Os elementos referenciais, como propõe VANOYE (op. cit.), são aqueles que definem as informações de base do texto – informações *brutas* ou *objetivas* – em função do propósito almejado pelo autor: o **cliente**, no caso dos porta-textos. É oportuno lembrar que a **função referencial** está centrada no **referente**, e que este

“é constituído pelo contexto, pela situação e pelos objetos reais aos quais o texto remete” (op. cit., p. 17).

Tendo como objetivo primeiro a **informação**, a mensagem referencial busca inteirar os leitores de informações “*puras*”, que lhes possam ser úteis de algum modo (op. cit., p. 74).

Assim, os textos centrados no referente não são fáceis de desenvolver, uma vez que exige que o autor se coloque em segundo plano<sup>14</sup>, e se concentre sobre o objeto do texto no “intuito de criar uma síntese coerente e compreensível”, de acordo com SERAFINI (1994:85). Portanto, reduzir o número de informações disponíveis, selecionar palavras significativas – as “palavras chaves” – e apresentar o texto de maneira precisa, sem ambigüidades, são algumas das dificuldades enfrentadas pelo autor (op. cit., p. 176-8). Por conseguinte, tais textos exigem do seu autor a escolha de um **ponto de vista**, a partir do qual fará a seleção dos elementos textuais.

Elemento importante da *descrição*, o ponto de vista “não consiste apenas na *posição física* do observador, mas também na sua *atitude* em face do objeto a ser descrito”, de acordo com GARCIA (1986:232).

Ora, se o *ponto de vista* é um elemento da *descrição*, nos aventuramos a afirmar que boa parte dos textos coletados – objeto de estudo desta pesquisa – pode ser classificada como tal, uma vez que, segundo SERAFINI (1994:59), “o texto descritivo é constituído geralmente só pela **afirmação** e pela **informação** (grifo nosso), dispensando a garantia”.

Quanto à **função conativa** tem como meta principal o envolvimento do receptor, visando sensibilizá-lo. Daí a persuasão ser a sua marca registrada.

A centralização da mensagem no receptor é acompanhada de “uma vontade de orientar a opinião” deste e de “induzi-lo a uma ação” defende VANOYE (1985:108). Não foi por acaso que esta função foi denominada por Roman JAKOBSON de **conativa** (do latim “*conatum*”), que “significa tentar influenciar alguém através de um esforço”, conforme CHALHUB (1989:22).

---

<sup>14</sup> É a função referencial que justifica, em algumas construções o SE não mais como apassivador, mas como indeterminador do sujeito (conf. Está descrito nas páginas 91-95, deste trabalho).

### 5.3 – Os porta-textos: produto de um trabalho artesanal<sup>15</sup>

Buscando refazer o caminho percorrido pelos porta-textos – da primeira versão (o **texto-rascunho**) à última versão (o **texto-mensagem**) exposta ao público – descobrimos que a sua autoria, na maioria dos casos, é de responsabilidade dupla: do **cliente** (o *autor*) e do **pintor-letrista** (o *co-autor*).

A exemplo dos artesãos da Idade Média, os atuais artesãos – o pintor-letrista – trabalham em pequenas oficinas as quais eles denominam de “*ateliê*”, o que é muito justo, uma vez que são artistas das letras. Com paciência e precisão o *artesão das letras* vai passando para o porta-texto a mensagem escrita que será lida pela comunidade.

Na relação autor (cliente)/leitor (pintor-letrista), tendo este o papel não só de leitor (em primeira mão), como também de revisor e co-autor, é imprescindível que ambos tenham a consciência de que a **escritura**, a **revisão** e conseqüente **reescritura** são processos que abrangem ou encerram várias etapas que se sobrepõem no momento da produção. Portanto, escrever e revisar, objetivando um processo de reescritura são atos que, no mínimo, exigem uma boa dose de competência.

---

<sup>15</sup> Uma versão modificada, deste item, foi apresentada na XVI Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste – GELNE. Fortaleza: UFC, 1998.

Logo, escrever é antes de tudo um ato de pensar, encontrar idéias e concatená-las, porque *escrever bem* significa *escolher* entre várias possibilidades, logo, necessário se faz que haja um ato de **planejamento**. Portanto, por mais experiente que seja um escritor, escrever não é um ato simples; escrever é uma tarefa muito complexa. Não se trata de uma “fórmula mágica **pensar-escrever**”, envolve “uma fase de *pré-escritura* e também uma de *pós-escritura*”, conforme afirma KATO (1987:86).

Assim, durante a escritura pressupõe-se o *texto inacabado*; já a reescritura objetiva o *texto acabado*, os quais denominamos de texto-rascunho e de texto-mensagem, concomitantemente. O texto-rascunho, de autoria do cliente, é reescrito pelo pintor-letrista e alcança o público na forma de texto-mensagem: os porta-textos. Estes são organizados a partir dos objetivos do pintor-letrista – as mudanças espaciais e de formatação, tamanho e cor adequada das letras – e dos conhecimentos da escrita de que dispõe a partir de sua experiência profissional. Entre o cliente e o pintor-letrista não parece existir um processo de simbiose e a consequência disto é que a primeira versão – o *texto-rascunho* –, quase sempre é a última. Talvez seja esta a razão porque os porta-textos são objetos de tantas críticas. Repletos de desvios, quase sempre formas irrelevantes em si mesmas, entretanto, terminam por ganhar vulto e importância, porque são pré-concebidos como índices da cultura geral, revelando pouco manuseio de leituras e pouca sedimentação do ensino escolar por parte do autor (o cliente) e do co-autor (o pintor-letrista).

## 6 – ANÁLISE

“A ortografia é um problema marginal da língua escrita.”

CAMARA JR. ([1961], 1997)

Passamos, agora, à análise do desvio, considerando-o como uma projeção provável de transformações na escrita, não como formas lingüísticas a serem abominadas, pois, assim sendo, estaríamos desprezando o sistema alfabético, que é resultado de transformações, de mudanças, de desvios.

O conceito de **ortografia** implica o reconhecimento de formas corretas e incorretas; enquanto que o termo **grafia** indica toda a representação escrita de um vocábulo ou de um enunciado, por meio de grafemas, diacríticos e sinais de pontuação (dos quais não nos ocupamos). A análise realiza-se em dois momentos: no primeiro (6.1) tratamos dos diacríticos – gerais e específicos – e no segundo (6.2) comentamos a respeito da grafia envolvendo os grafemas.

### 6.1 – Os diacríticos

O diacrítico é sinal gráfico que, adjunto a um grafema, confere a este um valor fonético *diferente*. Assim o “c” antes do “a”, com ou sem cedilha, por exemplo (*facal/faça, louca/louça, mouca/moça*), apresenta diferentes articulações, conseqüentemente, sons diferentes. Portanto, “os diacríticos são usados como **sinal de quebra de uma regra**” (grifo nosso), conforme determina BARBOSA DA SILVA (1981:96). Assim aceito, podemos afirmar que o diacrítico é a solução admitida pela variante padrão para oficializar o diferente, ou seja, o **desvio**.

Na nossa análise, os diacríticos foram classificados em *gerais* e *específicos*. Destes constam a **cedilha**, o **hífen**, o **trema** e o **til**. Daqueles constam os acentos **grave**, **agudo** e **circunflexo**. O acento evidencia uma sílaba dentro do vocábulo. Esta sílaba é definida como *tônica* ou acentuada, ou seja, aquela sobre a qual incide a maior intensidade ou a maior altura. As demais sílabas, não-acentuadas, são denominadas de *átonas*. Assim, o acento tônico pode, em português, ocupar três posições, recaindo ou na última, ou na penúltima, ou na antepenúltima sílaba.

Segundo esses três casos, classificam-se os vocábulos em: oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos, respectivamente.

### 6.1.1 – Os diacríticos gerais: agudo e circunflexo

Levando-se em consideração que as vogais – letras que se pronunciam sem o auxílio de outra letra – centralizam o ápice da sílaba, e, assim sendo, não são suficientes para representar os diversos fonemas vocálicos, percebeu-se a necessidade dos acentos **agudo** e/ou **circunflexo** para indicar a tonalidade *aberta* e/ou *fechada* de uma vogal. Logo, a necessidade sentida pela variante padrão de fazer uso de artifícios – os *diacríticos* – na tentativa de conferir um valor sonoro especial a determinados grafemas ou a um conjunto deles, procurando representar os variados sons da fala, é o reconhecimento de que o alfabeto não é suficiente para a realização desta representação. Entretanto, o pintor-letrista, não percebendo a necessidade dessa representação, provoca o desvio, numa demonstração de desconhecimento, esquecimento ou, às vezes, até mesmo distração no que diz respeito às normas de fundamentação do acento.

Por tratar-se de um processo legítimo de qualquer língua, o desvio surge inesperadamente, de forma tão espontânea e permanece na comunidade de maneira tão desprezenciosa, que se faz presente em todos os espaços, até mesmo em nossas Universidades, onde transitam os mais exigentes críticos do desvio. Constatamos esta realidade e registramos a seguir nas ilustrações (I01)<sup>16</sup> e (I02). Esclarecemos que os exemplos dados, em todo o processo da análise, só é mencionado caso a caso analisado, a cada nova ocasião, deixando de ser citados outros desvios, por ventura, existentes no mesmo porta-texto.

---

<sup>16</sup> A letra **I** corresponde ao vocábulo *ilustração* e a numeração que se segue identifica a ordem dos exemplos apresentados: (I01) – Ilustração **01**.

**(I01) QUIMÍCA ANALÍTICA<sup>17</sup> APLICADA I****F083<sup>18</sup> – Universidade Estadual da Paraíba – Campus Universitário – Bodocongó**

Vale informar que neste local, na sala ao lado, o mesmo desvio volta a se manifestar: **QUIMÍCA ANALÍTICA APLICADA II**.

Sabemos que os proparoxítonos da língua portuguesa são registrados em número tão reduzido, que os gramáticos, para resguardar os usuários de possíveis silabadas, instituíram uma regra geral, e por isso mesmo a mais fácil de ser apreendida: *acentuar “todas” as palavras proparoxítonas*. Entretanto, a partir desse registro (I01) e de mais cento e vinte e três ocorrências<sup>19</sup> coletadas nesta pesquisa, das quais cento e dezesseis de ausência do acento em vocábulos proparoxítonos (os sete outros, acentuados em desacordo com a variante padrão), observamos que a hegemonia da mais simplificada regra de acentuação da língua portuguesa está em declínio.

A regularidade do acento, prevista pela variante padrão para os vocábulos proparoxítonos, já não ocorre entre os paroxítonos, os quais, sendo de grande ocorrência na língua portuguesa, confirmam o caráter paroxitônico desta. Como também, está demonstrado que em regra os paroxítonos não são acentuados. Todavia, quando estes o são, sua caótica sistematização confunde qualquer usuário, como fica perceptível na exposição das regras e exceções registradas por HAUY (1989:23-32). Fica assim justificada a rejeição que muitos dos usuários do português

---

<sup>17</sup> Transcrição *ipsis litteris* dos porta-textos, registrados em **negrito** os desvios analisados.

<sup>18</sup> A letra **F** corresponde ao vocábulo *foto* e a numeração que se segue indica a sua localização no Apêndice composto por 190 fotografias.

<sup>19</sup> Foram aqui considerados os proparoxítonos reais (83) e os eventuais (40).

brasileiro manifestam pelo item *acentuação* determinado pela variante padrão.

Assim, para evitar dúvidas, quanto à sílaba tônica, alguns dicionaristas costumam indicar, entre parênteses, a vogal tônica e o timbre desta. Portanto, justifica-se o acento registrado em (I02)<sup>20</sup>, aliás, forma adotada pela variante padrão de acordo com a escrita regular ainda em 1964, assim como em *coco /ô/*, conforme em (I03) (v. ALMEIDA, 1964:99). Observemos:

(I02) – **FLÔRES** E FRUTOS PARA LYNALDO

**F183 – Universidade Federal da Paraíba – Bloco AB – Campus II – Bodocongó**

(I03) – **CÔCO** GELAD

**F142 – Rua João Melo Leitão – Centro**

---

<sup>20</sup> Este porta-texto está exposto, há quase uma década, na lateral do Bloco AB, entrada principal de veículos da UFPB, Campus II.

Paroxítonos há, assim como *água* (I04), *móvel* (I05) e *táxi* (I06), por exemplo, que, por terminarem em ditongo oral átono /wa/, em “l” e em “i”, respectivamente, devem ser acentuados, segundo a variante padrão. Todavia, quarenta e três casos de paroxítonos foram coletados por esta pesquisa, dos quais trinta e três<sup>21</sup> que, segundo a variante padrão, deveriam estar acentuados, foram grafados sem o acento gráfico exigido, conforme os três exemplos abaixo:

(I04) – **AGUA** MINERAL

**F103 – Av. Floriano Peixoto – Centenário**

(I05) – UNIDADE **MOVEL** ODONTOMEDICA

**F112 – Av. Severino Bezerra Cabral (estacionamento de um bar)**

---

<sup>21</sup> As dez outras ocorrências foram de casos acentuados em desacordo com a variante padrão.

**(I06) – MOTO RÁPIDO TAXI****F087 – Rua Rio Branco – Prata**

Dois casos particulares merecem ser comentados. Dos trinta e três, já citados, onze ocorrências foram do vocábulo *móvel* (*móveis*) e seus derivados como, *akimóveis*, *automóvel*. Todos, ratificamos, grafados sem acento. O outro caso diz respeito ao vocábulo *táxi*. Deste decidimos fazer apenas três registros fotográficos, entretanto, inúmeras são as ocorrências deste vocábulo, forma reduzida de *taxímetro* (do fr. *taximètre*), registradas em placas de trânsito ou no próprio táxi (o automóvel), em suas portas, pára-choque (I07) ou capelinha<sup>22</sup>.

Particularizamos a ocorrência não acentuada do vocábulo *táxi*, porque este, através do seu porta-texto móvel, percorre os mais variados espaços nacionais, deixando registrada esta forma na memória visual dos brasileiros. Forma que, inconscientemente, vai sendo reproduzida pelos usuários. Acreditamos, portanto, que ninguém saberá afirmar, por quanto tempo, ainda, sobreviverá a forma acentuada.

---

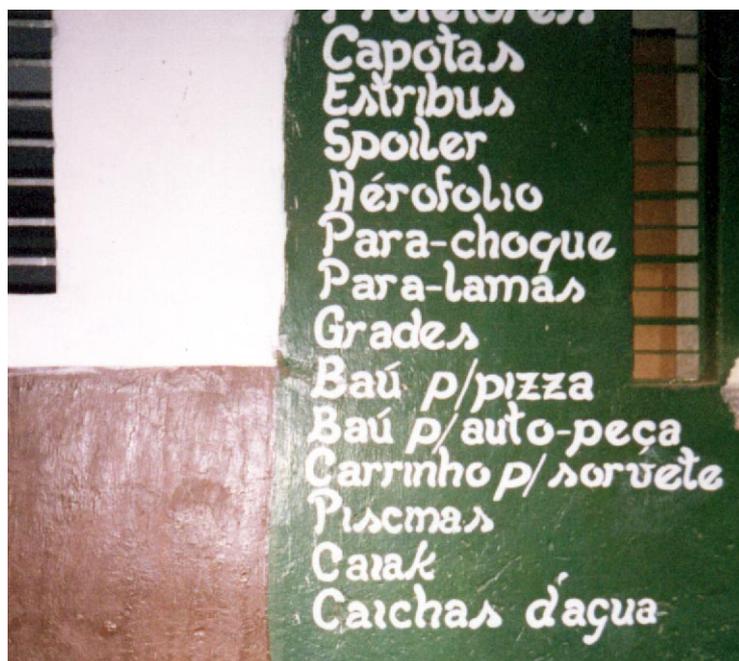
<sup>22</sup> Sinaleira móvel colocada sobre o táxi.

(I07) – BORBOREMA RÁDIO TAXI

**F156 – Rua Conde D’Eu – Monte Santo (garagem – residencial)**

Outra questão que muito confunde o usuário diz respeito ao denominado **acento diferencial**, abolido dos vocábulos *homógrafos heterófonos*, em 18 de dezembro de 1971, de acordo com a Lei 5.765, permanecendo nos *homógrafos homófonos* (por exemplo, *para/pára/Pará*). No entanto, nos dados analisados, verificamos que em nenhuma ocasião a forma verbal *pára*, como elemento de formação de compostos, recebeu o acento exigido pela variante padrão, conforme (I08), a seguir:

(I08) – **PARA-CHOQUE / PARA-LAMAS**



**F115 – Rua Veleneuve Maia – Centro**

Sabemos que o acento gráfico diferencial tem um papel a interpretar, quando um mesmo vocábulo pode ser acentuado tonicamente em duas ou três sílabas, o que sem dúvida, acarreta modificação de sentido (a exemplo de *coco/cocó/cocô*, ou o clássico *sábia/sabia/sabiá*). Todavia, a ausência do acento diferencial, cujo objetivo único é distinguir homônimos, ocorre sem prejuízo algum, uma vez que o contexto situacional e os indicadores sintagmáticos da mensagem são suficientes para proporcionar uma leitura coerente.

Uma situação excêntrica é registrada pelos porta-textos que exibem mensagens contendo vocábulos terminados em “i” ou “u” + (a, e, o) átonos, seguidos, ou não, de “s”, classificados como paroxítonos, quer como proparoxítonos (eventuais), de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), assim como em:

(I09) – COPIADORA UNIVERSITARIA

COPIAS COLORIDA      TRANSPARENCIA

#### F095 – Rua Rodrigues Alves – Bodocongó

Verificamos, também, que a variante padrão do português brasileiro considera viável a *convivência* harmoniosa das duas variações<sup>23</sup> (*universitária* ou *universitá-ri-a*, *có-pias* ou *có-pi-as*, *transparên-cia* ou *transparên-ci-a*, *indús-tria* ou *indús-tri-a*, *comér-cio* ou *comér-ci-o*), ou seja, da forma oficializada e da forma desvio, classificando-os de *ditongos crescentes* ou *hiatos*, uma vez que as duas emissões são possíveis. Logo, ambas as formas são influenciadas pela oralidade.

<sup>23</sup> Variações de registros (ditongo/hiato) de acordo com as diversas regiões brasileiras.

**(I10) – INDUSTRIA E COMERCIO****F131 – Av. Floriano Peixoto – Centenário**

Assim, a língua portuguesa brasileira justifica o ditongo crescente (*assistên-cia*) com base na gramática portuguesa e o hiato (*assistên-ci-a*) com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira. E como este, inúmeros outros casos. Logo, tais vocábulos têm contagem ambígua de sílabas: como ditongo afirma-se através da variante padrão e como hiato, através do desvio, legalizado pela NGB. Esta ou aquela escolha dependerá da pronúncia. Esta sinalização para a fragilidade dos princípios estruturais da língua abre um precedente favorável à convivência pacífica entre as duas formas. Isto, certamente, por um certo período, de limitação imprevisível, uma vez que ambas as formas estão, na verdade, vivenciando um estado de concorrência, até que, em algum momento, uma delas prevalecerá.

Por conseguinte, o dinamismo de uma língua sempre dependerá desta competição lingüística entre a variante padrão e o desvio. A decisão desta luta é definida pelos usuários da língua, aqueles verdadeiramente responsáveis pela flexibilidade e mudanças ocorridas em todos os tempos. A variante padrão opõe-se ao dinamismo da língua falada, que exerce forte influência sobre a língua escrita. Mas, quase sempre, é uma luta vã, porque a evolução incessante da língua exige ajustes periódicos conforme as conveniências e as necessidades dos usuários.

O desvio, portanto, nasce execrado e sobrevive marginalizado, até que, absorvido pela maioria dos usuários, adquire novos valores, rompe com a cerca de proteção da variante padrão e é aceito por esta. Nasce *marginal*, desenvolve-se *polêmico* e firma-se como *herói*.

Esta pesquisa constata este momento de concorrência entre formas aceitas e não-aceitas (o desvio) pela variante padrão, no momento atual (1998/1999). Daí verificamos que os proparoxítonos *reais* e/ou *eventuais*, não acentuados, são a grande revelação da nossa pesquisa. Vocábulos como *elétrico(a)*, *alumínio*, *máquina(s)*, *indústria*, *fábrica*, *comércio*, *clínica*, *laboratório*, *doméstico*, *vídeo*, entre muitos outros, marcam presença constante nos porta-textos sem a presença dos “seus” respectivos acentos. Casos há em que a queda do acento já é praticamente uma regra, assim como em *assistência técnica* (I11), *domicílio* (I12) e *distância* (I13), exemplificados a seguir:

**(I11) – ASSISTENCIA TECNICA**

**F085 – Av. Getúlio Vargas – Centro**

**(I12) – ENTREGA A DOMICILIO**

**F032 – Av. Getúlio Vargas – Centro**

**(I13) – MANTENHA DISTANCIA****F063 – Rua Antenor Navarro – Prata – (estacionamento da escola SENAI)**

A exemplo do vocábulo *táxi*, a expressão de advertência *mantenha distância* tem o veículo rodoviário como o seu principal porta-texto e, como aquele, é divulgada, registrada e copiada em todo o País. Por conseguinte, a simultaneidade com que aparecem em todas as regiões brasileiras está a provocar na escrita, por parte do usuário, uma transformação a princípio inconsciente, depois gradual e constante (v. COUTINHO, 1976:137), tornando-se, num futuro bem próximo, vocábulos consagrados e reconhecidos graficamente. O mesmo ocorrendo com tantos outros, dos quais alguns suceder-se-ão na seqüência desta análise, a exemplo do vocábulo *álcool*, observado na ilustração (I14), um outro caso de proparoxítono real, quase não mais acentuado, bastante divulgado, visto a sua presença obrigatória em postos de combustíveis, ficando, por conseguinte, o seu desvio registrado pelas inúmeras pessoas que diariamente trafegam nas proximidades daqueles estabelecimentos, ou que deles são clientes.

Um fato curioso diz respeito ao vocábulo *família*, proparoxítono eventual, quase não mais acentuado. Ele é muito comum em dois contextos particulares: indicando a responsabilidade e/ou propriedade de muitos estabelecimentos comerciais (I15) ou em jazigos (I16). Nesta situação, presença quase obrigatória.

(I14) – ALCOOL COMUM  
ALCOOL ADITIVADO

F092 – Av. Getúlio Vargas – Centro

(I15) – ORG. FAMILIA



F093 – Rua Montevidéo – Prata

Sabe-se que casas comerciais e campos-santos são freqüentados diariamente por incalculável número de pessoas. Logo, o vocábulo *família* (não-acentuado) é mais um daqueles que vai ficando registrado na memória ortográfica da população.

**(I16) – JAZIGO DA FAMILIA SODRÈ****F188 – Cemitério do Monte Santo – Monte Santo**

Outras ocorrências de proparoxítonos reais e/ou eventuais não acentuados, desta feita casos (por nós) classificados de pitorescos, visto a incoerência da sua localização, diz respeito às escolas de ensino fundamental e médio, principais divulgadoras da variante padrão. Todavia, estas, a exemplo das universidades, já citadas, não fogem à regra de convivência com o desvio, comprovando, assim, a realidade permanente da sua presença, conforme exibimos nas ilustrações (I17) e (I18), a seguir:

**(I17) – MATRICULAS ABERTAS****F022 – Rua Nereu Pereira dos Santos – Monte Santo**

(I18) – **COLEGIO** GERAÇÃO 2000

**F148 – Av. Getúlio Vargas – Centro**

Examinamos agora os vocábulos oxítonos, bem menos confuso do que o caso dos paroxítonos. Desta feita observamos que o vocábulo *armazém(éns)* é um exemplo clássico, visto ser um dos mais citados pelos gramáticos da língua portuguesa. Entretanto, confirmamos que, paradoxalmente, este vocábulo faz-se presente nos porta-textos, com uma frequência marcante e, quase sempre, não acentuado, tal como mostramos em (I19):

(I19) – **ARMAZEM** 219

**F047 – Rua João Pessoa – Centro**

Dos dez registros coletados de oxítonos, não acentuados, quatro casos dizem respeito àqueles terminado em *ém(éns)*: três registros do vocábulo *armazém*, em diferentes contextos, e um registro do vocábulo *ninguém*. A rejeição popular desta regra faz sentido, uma vez que o acento agudo, empregado nesses vocábulos, é um diacrítico que indica a vogal tônica aberta. E nos casos citados o que temos é a vogal tônica nasal, marcada pela presença posposta do grafema “m”. Logo, um comportamento lingüístico convincente, por parte da população.

Outro caso de quebra das regras dos oxítonos diz respeito aquele que determina que os ditongos abertos *ói(s)* e *éi(s)* devem ser acentuados. O primeiro obstáculo é que a maioria dos vocábulos com terminação *ói(s)* não faz parte da linguagem do homem comum. Seleccionamos<sup>24</sup> dez: cinco em *ói(s)* e cinco em *éi(s)*. Vejamos:

1º grupo: ditongo aberto em *ói(s)*.

atol (do maldivense *atolu*) – atóis

rol (do francês *rôle*) – róis

cachecol (do francês *cache-col*) – cachecóis

urinol (de urina + ol [do latim *urinare*]) – urinóis

tersol (de terso + ol [do latim *tersu*]) ou terçol – tersóis ou terçóis

2º grupo: ditongo aberto em *éi(s)*.

carrossel (do francês *carroussel*) – carrosséis

pastel (do francês ant. *pastel*, atual *pâté*) – pastéis

pastel (do italiano *pastello*) – pastéis

painel (do espanhol *painel*) – painéis

quartel (do catalão *quarter*, através do espanhol *cuartel*) – quartéis

quartel; (do francês *quartier*) – quartéis

aluguel (de alugar [do latim *allocare*], por infl. de *alquilel*) – alugéus

Este segundo grupo apresenta vocábulos do dia-a-dia da fala do povo, principalmente o último dos vocábulos citados: *aluguel(éis)*. Entretanto, nem

<sup>24</sup> Pesquisa realizada em FERREIRA (1975).

mesmo este tem sua forma acentuada registrada na memória do usuário, conforme (I20):

(I20) – ALUGUEIS

**F106 – Av. Getúlio Vargas – Centro**

O segundo obstáculo é que a variante padrão não oferece nenhuma fundamentação que justifique o acento na forma plural, quando a forma singular, também oxítona, não é acentuada. Nós inferimos que a justificativa poderia estar na origem francesa de grande parte desses vocábulos. Portanto, oxítonos por natureza. Seria, neste caso, uma justificativa etimológica. Ou, mais provavelmente, o acento estaria marcando a presença do ditongo de timbre aberto (justificativa fonética), porém, como tal, desnecessário, uma vez que nenhum falante haverá de pronunciar qualquer desses vocábulos com timbre fechado. Entretanto, para o povo nenhuma dessas informações auxilia-o, no momento decisivo de grafar. Até porque o povo desconhece.

Admitimos que sugerir, neste momento, a queda total da acentuação nos vocábulos oxítonos, talvez não seja, ainda, a proposta mais adequada, o inverso do que ocorre com os proparoxítonos reais e/ou eventuais. Entretanto, alvitrar uma regra que determine a queda do acento em oxítonos terminados por *-ém (-éns)*, *-óis* ou *-éis*, já se trata de uma proposta possível de ser feita, visto a forte incidência com que tal fato já ocorre.

Tal regra, a médio ou a longo prazo, haveria de ser ampliada aos vocábulos terminados por vogal baixa ou média *-a* (I21), *-e* (I22) e *-o* (I23), seguida ou não de *-s*, uma vez que esta ocorrência já se faz usual, ainda que timidamente, nos porta-textos analisados. Vejamos:

(I21) – NADA MIN **FALTARA**

**F111 – Av. Severino Bezerra Cabral – José Pinheiro**

(I22) – VENDES – **PICOLE** – SÓVETE

**F140 – Rua Rio Branco – Prata**

(I23)<sup>25</sup> – BARRACA PA. CICERO  
 CAFÉ – ALMOÇO – JAN-  
 TAR CARDAPIO  
 MOCOTO – FEIJÃO VERDE  
 GALINHA – CARNE DE VACA



F124 – Rua Montevideó – Mercado Público da Prata

Quanto ao acento, os vocábulos de uma só sílaba são classificados de *monossílabos átonos* e *tônicos*. De acordo com a variante padrão são **átonos** os monossílabos sem acentuação própria, isto é, sem individualidade fonética, que se subordinam a outro vocábulo, anterior ou posterior, a exemplo dos artigos (definidos e/ou indefinidos), os pronomes pessoais oblíquos, o pronome relativo *que*, as conjunções, as preposições, as combinações de preposição e artigo. São **tônicos** os monossílabos com acentuação própria, ou seja, aqueles que possuem autonomia fonética, como: *cá* (advérbio de lugar), *flor* (substantivo), *mau* (adjetivo), *pôr* (verbo).

Assim, em alguns casos, a variante padrão tenta nos fazer aceitar o inaceitável. É o caso, por exemplo, em que o artigo “a” é átono e que o verbo “há” é tônico, com base na maior ou menor intensidade com que são emitidos estes monossílabos. Entretanto, para o fato acima descrito, foneticamente, é impossível fazer-se este tipo de distinção. Todavia, se deixarmos de lado a questão de *sem* (átono) ou *com* (tônico) individualidade fonética e partirmos para *sem* (átono) ou *com* (tônico) individualidade semântica, observaremos

<sup>25</sup> Transcrevemos *ipsis litteris* todo o texto, visto a ilegibilidade da foto, provocada pelo reflexo da luz solar no porta-texto.

que nenhuma confusão ocorrerá, nem mesmo na linguagem oral, no momento de classificar os monossílabos. É o caso, por exemplo da (I24) a seguir:

(I24) – SO DEUS E MAIS NINGUEM

**F158 – Rua Arrojado Lisboa – Bela Vista**

À luz da variante padrão o vocábulo “só” é um monossílabo tônico, porque possui autonomia fonética. Discordamos desta afirmação, uma vez que fica muito clara na oralidade a dependência fonética deste monossílabo ao vocábulo seguinte (*Deus*). À luz da semântica observamos o equívoco que ocorre de princípio, quando se pressupõe tratar-se o vocábulo em questão de um adjetivo, significando “sozinho/desacompanhado”, por conseguinte, um monossílabo tônico, com independência semântica. Entretanto, numa análise mais atenta observamos que, na verdade, se trata do advérbio de modo “*somente*” (unicamente/exclusivamente), ou melhor, da sua forma sintetizada. Como tal, justifica-se a sua dependência semântica e fonética do vocábulo posterior *Deus* (substantivo). Logo, a ausência do acento é não apenas justificável, como coerente, uma vez tratar-se de um monossílabo átono e não tônico, como pareceu a princípio.

Casos há de vocábulos homônimos homófonos, a exemplo de *gás/gaz*, *trás/traz* – conforme (I25) e (I26) –, ambos os monossílabos tônicos, e que, vista a semelhança fonética, confunde o pintor-letrista, menos proficiente, no momento de decidir-se pela forma ideal, de acordo com o contexto.

(I25) – POR **TRAS**<sup>26</sup> DA GARAGEM

**F151 – Av. Getúlio Vargas – Centro**

(I26) – POR **TRAZ** DA GARAGEM

**F152 – Av. Getúlio Vargas – Centro**

---

<sup>26</sup> A preposição *trás* arcaizou-se, sendo, hoje, substituída pelas locuções *atrás de*, *detrás de*.

Constatamos, mais uma vez, que o diacrítico (acento agudo) poderia ser, perfeitamente, dispensado, sem causar transtorno algum de coerência textual, uma vez que a escrita realizada com diferentes grafemas *s/z* (aliás, este é o verdadeiro equívoco do pintor-letrista) é suficiente para definir o vocábulo adequado à situação. Estes casos (I25) e (I26) (*por trás > atrás/detrás* – prep. e adv. – e *traz* – verbo trazer), a exemplo do anterior (I24), ratifica a idéia de que a definição na classificação dos monossílabos – *átonos* ou *tônicos* – é uma questão (principalmente) de solução semântica e não fonética.

### 6.1.2 – O traiçoeiro acento grave: marca registrada da crase

A hiper-valorização dada à crase pela variante padrão é um fato comprovado, visto que a sua presença é de uma permanência constante, praticamente, em todos os concursos nacionais. Tal perseverança talvez seja fruto da dificuldade, comprovada por *todos*, do uso “satisfatório” do acento **grave**, justificando-se, assim, a máxima do filólogo mineiro, professor Aires da Mata Machado Filho (apud RAMOS, 1991:07): “*A crase é casca de banana em que tem escorregado muito cavalheiro ilustre*”.

As sucessivas reformas ortográficas fixaram, no começo de 1911, o acento grave como representante da crase (gr. *Krâsis*), cujo sentido é *mistura*. Limitamo-nos, nesta ocasião, a analisar este fenômeno como a fusão de dois sons vocálicos iguais: a preposição “*a*” e o artigo feminino.

Sem, contudo, esquecer que diante de tantas regras, exceções, casos opinativos e controvertidos, em geral, instala-se uma grande confusão e, conseqüentemente, a enorme dificuldade do seu uso, por boa parte da população, mais ou menos proficiente, até mesmo quando a ocorrência dessa provável fusão dá-se nas situações mais conhecidas da maioria, a exemplo de:

(I27) – 149.00 A VISTA

**F001 – Rua João Pessoa – Centro**

(I28) – PROMOÇÃO A VISTA

**F108 – Av. Getúlio Vargas – Centro**

(I29) – COPIA A VISTA

**F096 – Rua Rodrigues Alves – Bodocongó**

Neste momento, é oportuno lembrar TERRA (1995:281), quando afirma que “muitas vezes ocorre o acento grave, em expressões adverbiais femininas, sem que haja ocorrido a crase”, a exemplo de *Vendi à vista o relógio que ganhei.* ou *Aqui só se vende à vista.* E tantas outras ocorrências. Neste item, BECHARA (1999:308) é bem mais convincente, ao afirmar, categoricamente, que “emprega-se o acento grave no “a” para indicar que soa como vogal aberta quando representa a *pura preposição a* que rege um substantivo feminino singular, formando uma locução adverbial”, tal como em (I30), indicando direção, lugar:

(I30) – 2<sup>o</sup> RUA ADIREITA

**F189 – Av. Getúlio Vargas – Centro**

Confirma-se, numa análise diacrônica, que nas citadas locuções adverbiais, até o século XVII, não havia o acento grave, e o fonema era representado pela grafia de dois “aa” juntos. Sabe-se que nas locuções adverbiais “nunca houve dois “aa” contraídos, mas sim, a intensificação da pronúncia, ora para ressaltar a clareza na frase, ora para que simplesmente o “a” tivesse timbre mais aberto” (v. RAMOS, 1991:07). Logo, ratificando-se que nestes casos o diacrítico não significa a fusão dos dois “aa” (prep. + art.) e que, quando da sua emissão, não convém ressaltar a sua pronúncia, fica óbvio que *nada* condena a sua ausência: o desvio.

Convém, ainda, registrar a ocorrência da crase na indicação do número de horas, fenômeno que, entre tantos outros, se nos apresenta como mero estereótipo, justificada a sua presença por TERRA (1995:281), quando possível trocar-se o numeral pela expressão *meio-dia*, obtendo-se *ao meio-dia* (das 08 ao meio-dia), conforme em (I31):

(I31) – 08:00 AS 12:00 – 14:00 AS 18:00



F019 – Av. Getúlio Vargas – Centro

Porém, não seria coerente aplicar esse mesmo artifício no horário seguinte (das 14 ao meio-dia) propagado no mesmo porta-texto. O artifício parece só ser coerentemente aplicável nos casos ocorridos de uma ao meio-dia. Ficando, assim, injustificáveis os casos ocorridos no período das 13 às 24

horas. Aliás, como já afirmamos, a justificativa não passa de um artifício e, como tal, não deixa de ser uma atitude dissimulada, na tentativa de evitar-se a comprovação de que esta regra, a exemplo de tantas e tantas outras, não passa de uma exigência arbitrária proclamada pela variante padrão.

### 6.1.3 – O hiato: um efeito acústico especial

Consagrada está a vogal como o grafema básico que, numa sílaba, se destaca dos demais, visto que é a vogal que está no ápice da sílaba na língua portuguesa. A sucessão de duas vogais que se pronunciam distintamente, em duas diferentes emissões, ambas com a mesma intensidade fonética é denominada de *hiato*. Este fenômeno, resultante da *síncope* das consoantes intervocálicas (*l, n, b, d, g, v*) nas palavras latinas, era bastante observado no período arcaico da língua portuguesa.

Assim, corrente na 1ª fase do português arcaico, passou por um acentuado processo de transformação da 2ª fase arcaica para o início do português moderno. Portanto, quando as duas vogais eram iguais, dava-se a *crase*: *aviolu > avoo > avô*; *dolore > door > dor*; *pede > pee > pé*. Estes hiatos, que a princípio constituíram duas sílabas, foram desaparecendo progressivamente, a exemplo do que, atualmente, vislumbramos que acontecerá com o vocábulo *álcool* (hoje) > *álcol* (futuro). Quando as vogais eram diferentes, “*eo*” e “*ea*”, dava-se a *ditongação*: 1ª fase – *arena > are-a*, *credo > cre-o*, *cena > ce-a*; 2ª fase – *arei-a*, *crei-o*, *cei-a*. Em certos hiatos em que uma das vogais era nasal, desenvolveu-se um novo fonema: *vi-o > vinho*, *vizio > vizinho*, *ua > hua > uma*.

Portanto, a tendência de evitar o hiato faz parte da história da língua portuguesa. Em nosso *corpus* registramos ocorrências como “*veículos*”, “*miudo*”. Todavia, observamos que esses casos foram as exceções, a regra da ausência do acento como indicador do hiato deu-se com maior incidência quando as vogais “*ai*” (em quatorze ocorrências registradas, sete envolvem o encontro vocálico “*ai*”), encontraram-se, como em:

(I32) – (...) INSTRUMENTOS QUE PRODUZAM **FAISCAS**

**F010 Rua João da Silva Pimentel – Centro**

(I33) – **PARAISO**

**F055 – Rua João Suassuna - Centro**

(I34) – SAIDA

F099 – Rua Abel Costa – Bodocongó

(I35) – COLIGAÇÃO PARAIBA UNIDA

F125 – Rua Antenor Navarro – Centro

#### 6.1.4 – Os diacríticos específicos: a cedilha, o hífen, o til e o trema

Ratificamos a idéia de que os diacríticos conferem um valor sonoro especial ao grafema ou ao conjunto destes. Trata-se, portanto, de sinais distintivos, porque servem para estabelecer diferentes valores fonéticos ou prosódicos dos grafemas. Assim, os *diacríticos específicos* cedilha, til e trema (posteriormente, trataremos do hífen) conferem aos vocábulos um valor fonológico particular. A **cedilha** é usada sob o grafema “c”, antes de “a”, “o” e “u” na representação do fonema /s/. O **til** usado sobre “a” e “o” para

indicar a nasalização destas vogais. E o **trema** usado sobre o grafema “u”, quando pronunciado nos grupos *gue, gui, que, qui*.

#### 6.1.4.1 – A cedilha: um desvio do fonema /s/

A cedilha constitui-se de um pequeno “c” virado para trás que se subpõe ao grafema “c” que, então, se denomina “c” *cedilhado*. Proveniente do espanhol *zedilha*, diminutivo de *zeda* (nome da letra “z”), o *zezinho* dava ao grafema “c” o valor de “ts” (*çapato*) e se usava em qualquer posição, antes de qualquer vogal. Mais tarde, confundido com o grafema “s” ou “ss”, passou a ser usado antes de “a”, “o” e “u”, já que antes de “e” e “i” o simples “c” tinha o mesmo valor fonológico de /s/. Por convenção, foi banido seu emprego em início de vocábulos<sup>27</sup>.

Assim, o “c” sem cedilha diante da vogal “a” representa o fonema /k/ (*louca*) e com cedilha, o fonema /s/ (*louça*). Provavelmente, este artifício surgiu da necessidade citada pela escrita popular. Hoje, entretanto, esta mesma escrita parece não sentir a necessidade de fazer a distinção entre os fonemas /k/ ou /s/, tornando corriqueiros os tipos de registros abaixo reproduzidos:

(I36) – TUDO EM MADEIRA **MACICA**

---

<sup>27</sup> V. JOTA, 1981:62.

(I37) – **PROMOCÃO DE CORTES**

**F077 – Rua Prefeito Ernani Lauritzem – Centro**

(I38) – **PECAS PARA LIQUIDIFICADOR E  
CADACOS DE TODOS OS TIPOS**

**F101 – Rua Prefeito Ernani Lauritzem – Centro**

#### **6.1.4.2 – O til: a mais vulgar representação do som nasal**

Sinal diacrítico (~) com o qual no português atual se assinala o caráter nasal de uma vogal, no português arcaico assinalava também uma abreviação: *q* = que, *ñ* = não. O *til* é, assim, reminiscência de um pequeno *n*, bem aberto, colocado sobre a vogal, no período arcaico, quando da perda do elemento final, isto é, da *apócope*, a exemplo de: *orpham* > *órfão*, *orphan* > *orfã*, *coratione* > *coraçon* > *coração*. Vale acrescentar que, no período arcaico, a

representação na nasalidade não ficava limitada ao til, esta também se faz representar pelos grafemas “*m*” e “*n*” (*huum* > *uu* > *um*, *mj* > *my* > *mi* > *mim*) e pelo sinal duplo ( ) colocados sobre as vogais: *mááos* > *mãos*, *onéés* > *homens*. Deste passado, abolimos apenas o sinal duplo, permanecendo, portanto, o diacrítico (~) e os grafemas “*m*” e “*n*”, como indicadores de nasalização. Estes perdem o seu valor literal e funcional como mero nasalizadores, quando os precedem a vogal que eles modificam, assim como em *errmanas* > *hirmana* > *irmana* > *irman* (conf. I39) > *irmáá* > *irmã*.

(I39) – SALÃO DUAS **IRMAN**

**F184 – Rua Ceará – Monte Santo**

O desaparecimento do “*n*” nasalizador não é total, uma vez que, como já foi comentado, é dele que resulta o til. Este diacrítico, diferentemente dos demais, não está em processo de decadência. Muito pelo contrário, sua ausência, a exemplo do que ocorre em (I40) é uma raridade. O que está ocorrendo freqüentemente é a mudança de sua localização: o til é sobreposto a semi-vogal, (*-aõ*, *-oes*), ou de maneira tal a abranger a vogal e a semi-vogal, conforme (I41).

(I40) – **PORTOES JANELAS DIVISÓRIAS**<sup>28</sup>

**F155 – Rua Sinhazinha de Oliveira – Monte Santo**

(I41) – **INSTALAÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES**

**F030 – Rua Monte Santo – Monte Santo**

#### **6.1.4.3 – O trema: o duelo fatal**

O *trema* é sobreposto ao “*u*”, quando pronunciado, vem depois de “*g*” ou “*q*” e antes de “*e*” ou “*i*”. Seu emprego indica que as duas vogais se pronunciam separadamente: *frequente* (observe que não se põe em *quente*).

---

<sup>28</sup> Observar a dúvida do pintor-letrista, explicitada por um toque leve do pincel que, muito mal, marcou a presença do diacrítico no vocábulo *divisórias*: proparoxítono eventual.

Adotado durante vários anos (1576 – 1911), foi personagem de verdadeiro debate, quando alguns gramáticos defendiam o seu uso, como o fez Jerônimo Soares Barbosa, na *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, na edição de 1822. Outros preconizavam o emprego do acento grave em vez do trema, como Gonçalves Viana no texto *Ortografia Nacional* (1904). Deste primeiro duelo, em 1938, o *acento grave* saiu vencedor. Foi eliminado o trema pelo Decreto-lei 292, de 23/02 daquele ano. Todavia, como o acento grave estava aplicado a outras funções e como o trema já estava aceito para desfazer o ditongo, este – o trema – pediu revanche e, travado o segundo duelo, desta feita, ele foi o vencedor. Foi então oficializado pelo Decreto 14.533, de 19.01.1944, através da *Convenção Ortográfica* entre o Brasil e Portugal, assinada em Lisboa. Todavia, em Portugal, ele foi definitivamente eliminado em 1945 (v. RAMOS, 1991:10).

Oficialmente, ainda em vigor no Brasil, seu registro, na verdade, é uma raridade, estando, por conseguinte, travando, certamente, o seu duelo fatal. O fato é que o anteprojeto proposto em 1990 pretende abolir totalmente o trema da ortografia portuguesa, oficializando, assim, o que já ocorre espontaneamente, conforme registramos em (I42):

(I42) – DURMA TRANQUILO



F046 – Rua João Pessoa – Centro

Apesar desta pesquisa ter registrado apenas uma ocorrência do não uso do trema, isto não desfaz a realidade: o seu apagamento por parte da maioria dos usuários e a oficialização desta regra no último Acordo (este, ainda em discussão).

### **6.1.5 – O hífen: o símbolo da aliança**

Até o momento, a nossa análise traçou o seu percurso através da *fonética descritiva*, sem contudo afastar-se da trilha deixada pela *fonética histórica*. Entretanto, a partir de agora, ao fazer a abordagem do **hífen**, o nosso itinerário toma um novo rumo: a *morfologia*, procurando descrever os desvios ocorridos na estrutura interna dos vocábulos sugeridos através dos portatextos.

Ao *hífen*, palavra de origem grega (*híphen*) significando *em um só corpo*, a variante padrão tem dedicado uma maior atenção do que dedicou aos demais diacríticos específicos, talvez porque, como o *símbolo da aliança* entre vocábulo/vocábulo ou prefixo/vocábulo, dê uma maior contribuição à questão ortográfica da língua portuguesa.

Assim, das dez funções indicadas pela variante padrão para o emprego do hífen, de acordo com LUFT (1985, apud KEHDI, 1992:37-9), registramos apenas uma: os vocábulos compostos em que o primeiro elemento é forma *apocopada* ou *verbal*. Entretanto, o que está ocorrendo, e com uma frequência bastante considerável, é o apagamento do hífen, tal como em:

(I43) – **AUTO ELETRICA**

A forma apocopada *auto + vocábulo* apresenta-se com o hífen apagado na grande maioria dos casos. O mesmo ocorrendo com a forma *verbo + substantivo* em situações bastante comuns nos porta-textos, assim como em:

(I44) – **TIRA GOSTO**<sup>29</sup>

#### **F126 – Rua Marques do Herval – Centro**

Entretanto, embora em menor proporção, também é possível ser encontrada a forma “*tira-gosto*” não apenas com o apagamento do hífen, como também, grafada com a fusão dos dois vocábulos, provocando, involuntariamente, a situação morfológica denominada pela variante padrão de composição do vocábulo por *aglutinação*, isto é, a reunião numa única unidade, de dois vocábulos distintos.

---

<sup>29</sup> Observar a ambigüidade ocasionada pelo número do estabelecimento comercial (77) deixado, distraidamente, no contexto da mensagem.

**(I45) – TIRAGOSTO****F150 – Rua Nilo Peçanha - Prata**

Pode-se observa que o grande problema do usuário é perceber o princípio que determina o uso ou não do hífen, numa possibilidade combinatória mórfica que culmina numa única realização. Assim, suspeitado o processo combinatório de dois elementos, ao usuário ainda resta outra questão – decidir-se entre duas possibilidades: justaposição ou aglutinação. Do ponto de vista semântico, a fusão dos elementos constituirá um novo vocábulo, com significação própria, sem contudo perder a significação das partes e guardando cada uma delas a sua característica fônica, principalmente se a nova forma tiver ocorrido por justaposição.

Desta maneira, mesmo que a composição, na escrita, seja por justaposição, na pronúncia, muitas vezes, os dois elementos formam uma unidade fonética conseqüentemente com um só acento dominante. Daí, justifica-se o desvio da escrita aglutinada de *pára-brisa* (I46).

**(I46) – PARABRISE****F171 – Rua Conde D’Eu – Monte Santo**

Como forma aglutinada, teríamos uma unidade morfológica. E, como tal, o novo vocábulo, provocado pelo desvio, apresenta-se como um paroxítono. Logo, torna-se dispensável o diacrítico do verbo (*pára*), até porque pressupondo-se como unidade morfológica já não haverá mais verbo, porém, simplesmente um vocábulo substantivo. Fato semelhante ocorre em *tele-sena* (I47), a seguir:

**(I47) – TELESENA****F181 – Praça da Bandeira – Centro**

Porém, é preciso observar que o contexto aqui é outro. A ausência do diacrítico provoca uma mudança fonética: a conversão da convexa surda [S] para a convexa sonora [Z], visto que o grafema “s” fica situado entre duas

vogais. O mesmo ocorrendo com *mega-sena* (I48) se a opção for pela aproximação dos dois elementos.

**(I48) – SUPER SENA e MEGA SENA**

**F089 – Rua Duque de Caxias - Prata**

Visto que a dispensa do hífen já foi sugerida pelo anteprojeto do Acordo de 1990, as prováveis formas a serem registradas serão *telessena* e *megassena*. É oportuno esclarecer que, assim grafados (com a ausência do hífen), os vocábulos não passam a ser de composição aglutinada, mas justaposta, a exemplo do que já ocorre com *girassol*. O que será feito é dobrar o “s” para uma acomodação fonética.

Vale acrescentar que na composição envolvendo o substantivo *sena*, ainda registramos outra forma (*super-sena*) que, a exemplo de *tele-sena* e *mega-sena*, também é grafada com o apagamento do hífen, tal como em (I48) acima reproduzido. Observamos, ainda neste exemplo, um novo caso de apagamento do hífen, envolvendo, desta feita, a forma composta verbo + pronome: *papa-tudo*.

Assim, a questão do uso ou não uso do hífen parece tão confusa, ou talvez se apresente com tanta clareza, que a etimologia popular, com ou sem Acordo (aquele de 1990), já resolveu apagá-lo. Nem mesmo ocorrências tradicionais são exceções na regra popular (aliás, sábia em criar regras sem as

malfadadas exceções). Isto se confirma no apagamento do hífen do vocábulo *bem-vindo(s)*<sup>30</sup> (advérbio *bem* + verbo), conforme exemplo (I49), abaixo:

(I49) – **SEJA BEM VINDO**

**F069 – Rua Afonso Campos – Centro**

Dos casos registrados de apagamento do hífen, o mais freqüente trata-se de uma nova unidade lexical da língua portuguesa brasileira composta do verbo *discar*, representado pelo vocábulo inglês *disk* + *substantivo*, tais como em: *disk cestas*, *disk vidros*, *disk pizza*, *disk gás*, *disk modas* (I50) etc., etc., etc.

(I50) – **DISK MODAS**

**F130 – Rua Santa Clara – Centro**

---

<sup>30</sup> Observamos na fase final dessa Dissertação (razão porque não mais fotografamos), o vocábulo *bem-vindo* grafado sem o hífen em uma placa gigantesca colocada na entrada principal do Campus da UEPB (Bodocongó).

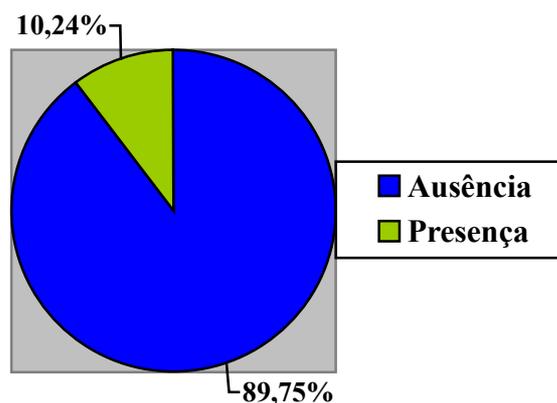
Autores, a exemplo de JOTA (1981:76), CAMARA JR. (1985a:76 e 165) e RAMOS(1991:10), afirmam, categoricamente, que caracterizar os compostos pela presença do *hífen* não é tarefa simples. A variante padrão ao exigir o seu uso, não o faz com a clareza necessária, ou seja, não oferece meios seguros que possibilitem reconhecer-se quando um grupo de vocábulos deve ou não ser hifenizado, provocando, assim, a dúvida no usuário ao precisar escrever determinados “possíveis” compostos. A variante padrão, por exemplo, não explica a inexistência do hífen em *estrada de ferro*, quando exige em *amigo-da-onça*. Até porque no primeiro caso, apesar de não estar grafado com hífen, o vocábulo não perdeu o caráter de composto.

Logo, justifica-se perfeitamente a insegurança, as divergências, as contradições com as quais nos deparamos quando do uso ou não-uso do hífen. Portanto, fazemos as palavras de MONTEIRO (1980:05) nossas: *a hifenização é uma infernização*.

#### **6.1.6 – A instabilidade dos diacríticos**

Nesta primeira parte da análise do nosso *corpus*, examinamos exclusivamente os diacríticos – gerais e específicos – verificando a frequência com que se fizeram *ausentes* ou *presentes*, desviando-se, em ambos os casos, das normas indicadas pela variante padrão.

Das duzentas e cinco ocorrências envolvendo os **diacríticos gerais** – aqueles indicadores da sílaba tônica (os acentos agudo ou circunflexo) e o indicador de crase (o acento grave) –, vinte e um casos foram de presença (em desacordo com a variante padrão) e cento e oitenta e quatro casos de apagamentos dos diacríticos, conforme fica demonstrado na Figura I a seguir:



**Figura I - Distribuição total da ausência e presença dos diacríticos gerais**

Observando-se caso a caso, registrou-se as seguintes ocorrências:

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>AUSÊNCIA</b>	<b>PRESENÇA</b>	<b>TOTAL</b>
Proparoxítonos reais	78	05	83
Proparoxítonos eventuais	38	02	40
Paroxítonos	33	10	43
Oxítonos	09	01	10
Monossílabos tônicos	03	00	03
Hiatos	13	01	14
Crases	10	02	12
<b>TOTAL</b>	<b>184</b>	<b>21</b>	<b>205</b>

Como verificamos, o português popular brasileiro sugere uma emergente alteração do sistema de acentuação em vigor. Se as regras não são cumpridas e, mesmo assim, a comunicação ocorre, satisfatoriamente, podemos deduzir que estas regras são dispensáveis, particularmente, aquela que diz respeito aos proparoxítonos (reais ou eventuais), casos observados na Figura II<sup>31</sup> a seguir, no conjunto dos dados coletados:

<sup>31</sup> A numeração à esquerda do gráfico, corresponde aos dados coletados.

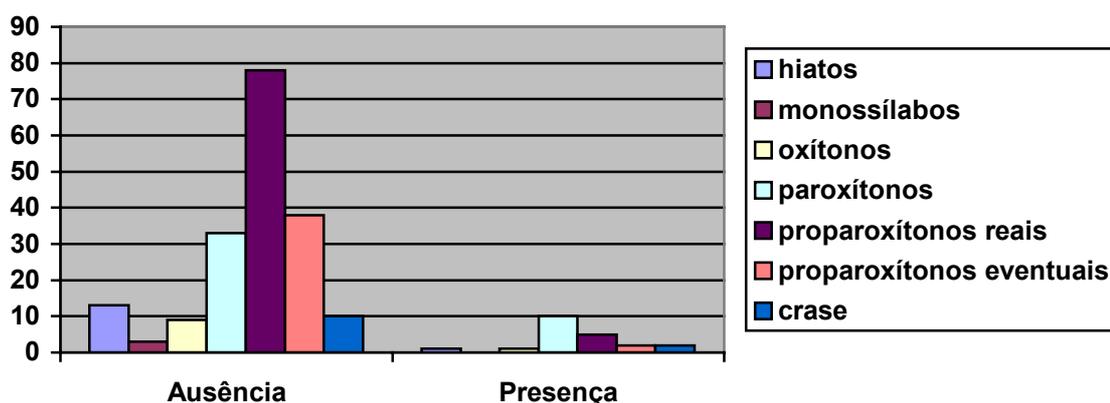


Figura II – Os diacríticos gerais

Quanto aos trinta e seis casos de desvios envolvendo os **diacríticos específicos** – a cedilha, o hífen, o trema e o til –, estes, a exemplo dos outros (os gerais), também registram suas *presenças* (onze casos) ou *ausências* (vinte e cinco casos), como se pode observar na Figura III abaixo:

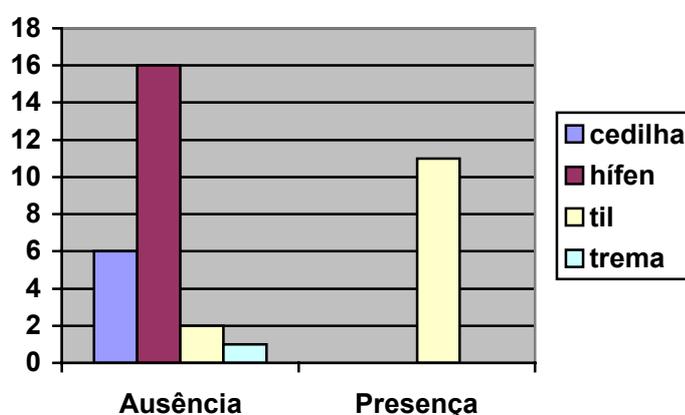


Figura III – Os diacríticos específicos

Podemos assim confirmar a cristalina tendência da fixação do apagamento dos diacríticos gerais (a exemplo do que já ocorre nas línguas inglesa e alemã) e, em alguns casos particulares, o apagamento dos diacríticos específicos, a exemplo do *hífen* em: *tira-gosto* > *tiragosto*, *pára-brisa* > *parabrisa*, *tele-sena* > *telessena*, *mega-sena* > *megassena* etc. Quanto ao trema, indiscutivelmente, já se trata de um apagamento consumado,

praticamente já em vigor, conforme registro documental do Acordo de 1990. Já a ocorrência do apagamento do til, dos casos estudados, nos parece o mais improvável, visto que, com este diacrítico ocorre o inverso do que foi registrado com os demais. Ou seja, enquanto os outros rumam em busca de um possível desaparecimento (mesmo que não em sua totalidade), este – o *til* – permanece numa presença quase que absoluta, com uma ressalva: a sua localização é, quase sempre sobre a semivogal, ou entre esta e a vogal. Entretanto, quando ocorre o apagamento, observamos que as ocorrências são mais freqüentes com o sufixo *-ão* e, como esta forma faz parte da competência lingüística do usuário, com ou sem til, ela será sempre (*a priori*) nasalizada, assim como em: *plastificação, encadernação, fabricação, industrialização* etc. Verificamos, portanto, que não se trata de um processo de desnasalação, fato perfeitamente viável e comprovável na história da língua portuguesa, tais como em: *corona > coroã > coroa, bona > boã > boa*.

Por fim, neste rápido comentário sobre os diacríticos específicos, acreditamos que a explicação mais pertinente para o apagamento da *cedilha*, não se encontra nas prováveis causas que poderiam determinar o desaparecimento deste diacrítico, mas na constatação de que no sistema ortográfico a relação fone/letra não é biunívoca. Por conseguinte, deparamo-nos com mais de um representação gráfica para um mesmo fone: a exemplo de [S] encontrado em *cinema, caça, sala, pássaro*.

Logo, é previsível e admissível que qualquer usuário da língua, mais ou menos proficiente, sinta-se numa encruzilhada no momento da escolha deste ou daquele diacrítico, fazendo uso, muitas vezes, do *desvio* (o apagamento) em detrimento do *caminho* (a norma) indicado pela variante padrão. Isto é confirmado na Figura IV, a seguir, onde se pode observar a situação geral dos diacríticos (gerais e específicos) na língua portuguesa popular brasileira.

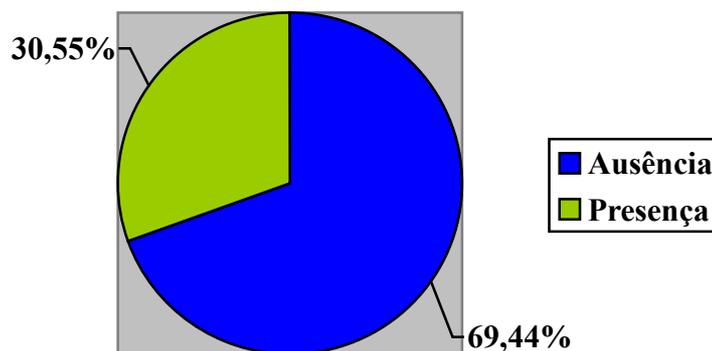


Figura IV – Distribuição total dos diacríticos: gerais e específicos

## 6.2 – Ortografia ou, simplesmente, grafia

Reconhecemos que a ortografia eterniza as mensagens através de décadas (ou séculos), entretanto ela própria, como sistema, não se tornou eterna. Assim, mesmo fazendo das normas ortográficas escudo, a grafia portuguesa, ao longo da sua história, vem sendo alterada, simplificada e, conseqüentemente, aperfeiçoada à medida que as conveniências dos usuários exigem. Lembramos que se denomina de grafia a *tentativa* de representação visual dos fonemas. A grafia normatizada constitui a ortografia (gr. *Orthós* = correto, *graphia* = escrita), ou seja, a *correta* escrita do vocábulo. Entretanto, “correta” escrita não significa escrita definitiva ou eterna.

Assim, a mudança na forma dos vocábulos é um processo comum, espontâneo e inevitável, em todas as épocas, comprovando que a escrita é um fenômeno dinâmico e não estático. Até porque é esta característica dinâmica a principal responsável pela vida (ou morte, em sua ausência) de uma língua. A língua, portanto, viverá enquanto permanecer em processo contínuo de transformações as quais são influenciadas por fatores comunicacionais, culturais e institucionais.

Logo, se o sistema ortográfico de hoje é o resultado das evoluções lingüísticas ocorridas ontem; sem dúvida alguma, o sistema ortográfico de amanhã será o resultado das transformações lingüísticas ocorridas hoje. **Metaplasmo** é, pois, o nome que se dá as várias espécies de transformações ou alterações que os

vocábulos sofrem sem que se altere o sentido. Essas alterações ou desvios, observados ao longo do tempo, pelo uso generalizado e contínuo, terminam deixando sua condição marginal, passando a enquadrar-se numa condição oficial, segundo a variante padrão.

Em CAMARA JR. (1985a:167) lemos que a gramática normativa, numa visão sincrônica, usou este termo – metaplasmo – desde a época greco-latina, quando surge uma forma diferente de um vocábulo (o desvio), em contraste com outra considerada correta de acordo com o sistema vigente. Portanto, o desvio, mesmo marginalizado, por fugir dos padrões da época em que surge, não somente é objeto de estudo da gramática, como muitas vezes, mesmo não recomendado, passa a conviver oficialmente, quando dicionarizado, com o vocábulo alterado, reconhecido ao ser visualizado pela associação à forma admitida pela variante padrão, a exemplo de: *vagamundear* (forma arcaica), *vagabundear* (forma elitizada ou padrão) e *vagabundar* (forma popular – o desvio – dicionarizada, porém, ainda marginalizada pelos puristas da língua). Assim, nesse processo de transformação o desfecho pode ser surpreendente. Ora a forma que recebe avaliação negativa, como *molher* > *mulher*; ora aquela que recebe avaliação de prestígio, como *frol* > *flor*; ora ambas as formas sobrevivem numa situação de variação em que uma não é mais prestigiada que outra, como *abraçadeira/braçadeira*, *cotidiano/quotidiano*.

Desta convivência surge um processo de competição entre as duas formas, a exemplo do que está ocorrendo entre *xérox* e *xerox*, terminando, quase sempre, com a vitória do desvio, uma vez que este surge, na maioria das vezes, da necessidade popular, caindo a forma anterior no esquecimento geral denominado arcaísmo. Assim, numa visão diacrônica, a gramática histórica passou a usar o termo – metaplasmo – como equivalente de mudanças fonéticas.

Portanto, é nos **metaplasmos** (do grego *metá* = além + *plasmós* = forma(ção) = mudança de forma ou transformação) que buscamos o embasamento necessário para a realização deste momento, quando procuramos analisar algumas das mudanças, envolvendo os grafemas, que estão a ocorrer.

### 6.2.1 – Metaplasmo por permuta

Consideramos metaplasmo por permuta os casos em que, mesmo havendo a substituição ou troca de um grafema por outro, não ocorreu alteração fonética, vista a aproximação ( $o > u$  (I51),  $u > o$  (I52),  $e > i$  (I53) ou perfeita identidade ( $s > z$  (I54) dos dois fonemas:

(I51) – ESTUFA-SE

#### F014 – Rua Pres. Costa e Silva – Santa Rosa

Este (I51) é um caso típico de cruzamento léxico, em que o pintor-letrista faz a associação entre os verbos *estufar* (aquecer em estufa) e *estofar* (guarnecer ou cobrir de estofa), verificando-se, assim, por contaminação o desvio: a forma de um (*estufar*) com a significação do outro (*estofar*). O mesmo ocorre no caso (I71 – p. 67) onde se pode observar mais uma ocorrência de cruzamento léxico, desta feita dois substantivos: *capô* e *capuz*, o primeiro (do fr. *capot*) indicando a cobertura metálica móvel que serve para proteger o motor; o segundo, a cobertura para a cabeça geralmente presa à capa, ao hábito ou a um casaco.

Já no caso seguinte (I52), observamos que a associação é feita do adjetivo *tubulares* (no caso, móveis que têm tubuladuras) com o substantivo *tubo* ([do latim *tubu*] canal cilíndrico), provocando, por conseguinte, mais um caso de cruzamento lexical e conseqüente formação do desvio: “*tubulares*”.

**(I52) – MOVEIS TUBOLARES****F154 – Rua Sinhazinha de Oliveira – Monte Santo**

Casos há de ambigüidade fonética, circunstância esta na qual o desvio ocorre em vista da possibilidade do grafema “e” apresentar-se com valor fonético [i] assim como em:

**(I53) – BANHO DE PETRÓLIO****F078 – Pres. Ernani Lauritzem - Centro**

A provável explicação deste fenômeno é possível de ser encontrada no século XIII, quando /i/ e /e/ finais se fundiram num único fonema. “O fonema resultante passou a admitir diferentes realizações fonéticas, ora [e], ora [i], ora timbres intermediários”, conforme afirma MATA (apud MATOS e SILVA, 1991:56).

Assim, uma vez que a nossa ortografia não corresponde a uma escrita biunívoca (perfeita correspondência entre grafemas e fonemas), fato responsável por grande parte dos desvios, é preciso identificar o ambiente (orto)gráfico das ocorrências o que possibilitaria a construção de algumas regras. Neste caso específico ( $e > i$ ), observamos que o fato ocorre quando a vogal “e” realiza-se em **posição átona** do vocábulo, como em *coquitel* (I54) e *dezimpenos* (I55), ocasionando a neutralização dos traços distintivos e provocando, conseqüentemente, o obscurecimento das fronteiras fonêmicas entre *e/i*.

(I54) – **COQUITEL**

**(I55) – DEZIMPENOS****F119 – Av. Canal - Centro**

Em razão da escrita não ser um reflexo da fala – esta é representada por um sistema fonológico (sonoro) e aquela por um sistema ortográfico (visual) –, podemos afirmar categoricamente que grafema(s) existe(m) com diversos valores fônicos e fone(s) realiza(m)-se com múltiplas representações gráficas, a exemplo do fone [z]. Este é possível de ser representado pelos grafemas “z” (*zebra, azedo*), “x” (*exílio, exame*) e “s” (*artesanato, francesa*), conforme os porta-textos reproduzidos em (I56) e (I57), quando se verificamos a troca na seleção do grafema ( $s > z$ ) em “arte**Z**anato” e “france**Z**a”.

**(I56) – CENTRO DE ARTEZANATO****F128 – Parque do Povo – Centro**

## (157) – TÉCNICA FRANCEZA

## F159 – Rua Hermes Ferreira – Bela Vista

Confirma-se, portanto, a realização do fone [z], representado pelo grafema “s”, entre duas vogais. Este desvio, acima descrito, faz-se presente nos porta-textos, com uma frequência bastante significativa (32,25%), o que já permitiria a alteração da regra padrão.

A história da língua portuguesa nos lembrar que do latim para o português resultam as sibilantes /s/ e /z/, justificando-se, segundo a variante padrão, as realizações de *coser* (costurar) e *cozer* (cozinhar). É este cruzamento fonético que justifica o uso do grafema “z” pelo pintor-letrista (e outros usuários da língua), provocando o desvio perfeitamente de acordo com as possibilidades do sistema e, sem dúvida alguma, bem mais coerente, visto a tentativa, possivelmente inconsciente, de fazer a relação biunívoca.

Admitida a regra sugerida pelo desvio, aqueles que presumem defender a “pureza” da língua poderiam questionar o fato de haver dois vocábulos de grafias iguais e sentidos diferentes, que seriam, dando seqüência ao exemplo já citado, *cozer* (cozinhar) e *cozer* (costurar). Ora, como tantos outros casos previstos e aprovados pela variante padrão, esta seria apenas mais uma ocorrência homônima/homógrafa, como muitas e muitas outras já existentes.

A citação de ocorrência homônima nos oportuniza citar um dos desvios clássicos da língua portuguesa: *conserto* x *concerto*. A forma *concerto*

é a preferida não apenas pela maioria dos pintores-letristas, como também por grande parte dos demais usuários da língua, tal como em (I58), a seguir:

(I58) – BORRACHARIA SÓ CONCERTOS

**F114 – Rua Vileneuve Maia - Centro**

Desde sempre, a variante padrão, na tentativa de fugir da idéia de homonímia, procura mudar um (ou mais) grafema(s), fazendo, assim, uso consciente do desvio, tal como o fez em: *consertare* > *consertar* (reunir partes desconjuntadas), na tentativa de opor a *concertare* > *concertar* (combinar, ajustar, fazer soar com harmonia). Observamos a pronúncia idêntica, porém formas divergentes e campo semântico definido. Assim, para o pintor-letrista escolher entre as formas *conserto* ou *concerto*, teria que considerar de antemão o contexto situacional, ou seja, as circunstâncias extralingüísticas decisivas na seleção deste ou daquele vocábulo.

**6.2.2 – Metaplasmo por adição**

São considerados aqueles que adicionam fonemas e/ou grafemas no início, no interior e/ou no fim do vocábulo: daí as três classes – prótese, epêntese e epítese. Dessas, registramos, em nosso *corpus*, apenas uma: a **epêntese** (gr. *epénthesis* = inserção) que consiste no acréscimo de um fonema e/ou grafema no interior do vocábulo. Assim, ocorreu em *justiça* > *justicia* (I59); *varejo* > *vareijo* (I60), por exemplos:

(I59) – JUSTICIA JÁ

**F021 – Rua Lino Gomes Silva – Centro**

Levantamos a hipótese de uma lembrança popular remanescente da forma latina *justitia*. Portanto, em estudo mais aprofundado, comprovada esta hipótese, o desvio de hoje estaria fundamentado na forma padronizada de ontem.

Quanto ao segundo caso,

(I60) – GROSSO E VAREIJO

**F145 – Rua Almirante Barroso - Liberdade**

sugerimos a possibilidade do cruzamento fônico entre *vario* (desvio popular, dicionarizado, extremamente usado para indicar *desvario*) e *varejo* (venda por miúdo, a retalho), forma padronizada. Oportuniza-se, assim, o surgimento do desvio *vareijo*.

### 6.2.3 – Metaplasmos por subtração

Estes, da mesma maneira que os anteriores, podem operar-se no princípio, no meio e no fim do vocábulo, definidos, assim, mais três espécies de metaplasmos: aférese, síncope e apócope.

A exemplo do registro anterior, o fenômeno mais usual, nesta pesquisa, é a **síncope** (gr. *syncope* = corte), que consiste na queda do fonema e/ou grafema no interior da palavra, como podemos observar em (I61), a seguir:

(I61) – **SUFATO DE ALUMINIO**

#### F144 – Rua Almirante Barroso - Liberdade

Uma vez que o grafema “l” apresenta-se, também, com o valor fonológico /w/, a exemplo de *alto* /awto/, fato semelhante acontece em *sulfato* /suwfato/. O prolongamento do som possibilita o que foneticamente poderíamos denominar de **crase** (a fusão dos dois fones iguais), trazendo como consequência a **síncope** de um dos grafemas. A prioridade dada ao grafema “u” em detrimento do grafema “l”, por ocasião da síncope, ratifica a vogal como elemento essencial da sílaba. Ocorrências semelhantes a esta faz parte da história da língua portuguesa, a exemplo de: *colore* > *coor* > *cor*; *pedem* > *pede* > *pee* > *pé*. Portanto, o que a princípio pode causar estranheza

e até mesmo ser considerado como “erro”, muitas vezes não passa de uma sucessão de fenômenos (os desvios) que culmina numa forma oficializada pela variante padrão.

Um outro caso bastante comum, pode ser observado em (I62):

(I62) – CABELEREIRA UNISSEX

**F013 – Rua Melo Leitão – São José**

A **eufonia** explicaria satisfatoriamente o desvio ocorrido (*cabeleireira* > *cabelereira*), com base na influência mútua dos fonemas contíguos /ei/ e /ei/, procurando evitar, através da *lei do menor esforço*, a repetição incômoda destes.

Estudos lingüísticos, a partir do século XIX, ocupam-se por desvendar a lei fonética popular que tem por prioridade o *menor esforço*, tratando-se, portanto, de um fenômeno fisiológico decorrente de uma necessidade, muitas vezes, pessoal, logo, natural. A origem de tais transformações fonéticas está, quase sempre, inter-relacionada com as condições lingüísticas e sociais dos usuários, em dado momento e região. Essa economia fonética (em nossa opinião) é compensada por uma melhor nitidez na pronúncia do vocábulo ora analisado.

Casos há em que podemos observar a ocorrência múltipla de metaplasmos em um só vocábulo, a exemplo de (I63) e (I64), analisados a seguir:

## (I63) – FRANDILEIRO E SERRALHEIRO

## F118 – Avenida Canal – José Pinheiro

O percurso histórico da variante padrão registra as transformações seguintes: *flandre* > *flande* [flãdi] e *flandre+eiro* = *flandreiro* > *flandeiro* > *frandileiro* (este o desvio ora analisado). Aparentemente, parece ter ocorrido mais um caso de síncope (no caso, a queda do grafema “e” na segunda sílaba), todavia, numa análise mais cautelosa, observamos que duas das ocorrências são justificadas através do metaplasmo por adição, ou seja, o que ocorreu não foi a subtração do fonema /e/, mas a adição de dois, o /i/ e o //l/. Adição esta verificada pela necessidade, sentida pelo pintor-letrista, de aproximação sufixal entre os dois vocábulos: *frandileiro* (o desvio) e *serralheiro* (forma padrão registrada no mesmo porta-texto), observando-se, por conseguinte, a identificação de sons no final dos dois vocábulos, provocando a **rima**, processo bastante solicitado em propaganda, uma vez que facilita a memorização, exigida no mundo dos negócios.

Neste mesmo vocábulo – *frandileiro* – surge um fato novo (no que diz respeito à nossa pesquisa) identificado como **rotacismo**. Este processo consiste na substituição do “l” pelo “r”, fato explicado com base na aproximação dos pontos da articulação (línguo-alveolares) dos fonemas //l/ e /r/. Este, entre os desvios coletados, certamente, é o mais *condenado* pelos puristas defensores obstinados da variante padrão. Tal procedimento não é simplesmente uma questão lingüística, porém uma questão de preconceito sócio-cultural, visto tratar-se de um processo de transformação lingüística bastante comum entre os usuários mais desfavorecidos da sociedade brasileira. Talvez, em conseqüência deste desprestígio social, o vocábulo *problema* é um

dos mais freqüentes na fala destes brasileiros. E tanto na articulação, como na escrita (obviamente, quando alfabetizados), observamos a presença constante do processo de rotacismo, tal como está explicitado em (I64):

(I64) – VENHA RESOLVER SEUS **POBREMAS**

#### **F028 – Rua Epitácio Pessoa – Centro**

Observamos, não somente, a presença de rotacismo (a troca de “l” pelo “r”, na 2ª sílaba) como também, a presença da síncope, neste caso, a queda do grafema “r”, na 1ª sílaba.

#### **6.2.4 – Metaplasmo por assimilação**

Consiste este metaplasmo na influência que um fonema exerce sobre outro, vista a condição contígua de ambos.

Verificamos no item 6.1.2 (p. 52) a indeterminação entre “à” (fusão da preposição “a” + o artigo “a”) e “a” (simplesmente preposição). Neste item (6.2.4) verifica-se mais um caso de indistinção, desta feita entre “a” (preposição) e “a” (artigo definido), conforme os registros (I65) e (I66).

**(I65) – ENTREGA A DOMICILIO****F017 – Rua Pres. Costa e Silva – Santa Rosa****(I66) – APARTIR****F186 – Av. Getúlio Vargas - Centro**

Neste caso (I65) confirma-se a presença da locução adverbial, regida pela preposição “a”, indicando lugar. Todavia, o desvio faz-se presente não apenas em vista do metaplasmo de assimilação, mas também devido à seleção da preposição, que alguns estudiosos, a exemplo de TERRA & NICOLA (1997:97), preferem rejeitar, justificando o uso da preposição “a” só em casos que indicam movimento, como em: *levar a domicilio, enviar a domicilio* etc. No caso ora analisado a regência, segundo os gramáticos acima citados, deve ocorrer através da preposição *em*: *entrega em domicilio*. Entretanto, só constatamos a preposição “a”, não havendo, por conseguinte, em nosso *corpus* registro algum com a preposição *em*. Quanto ao exemplo (I66),

justifica-se a presença da preposição “a” junto ao verbo no infinitivo (*partir*), formando oração reduzida e expressando a circunstância de modo: *venda* (dos planos de assistência odontológica) *a partir de / a começar de*.

Investigar a possível razão da ocorrência do desvio nos faz lembrar que as preposições, quando monossilábicas, dividem-se em fortes (ou tônicas) e fracas (ou átonas). Assim, enfraquecida em sua individualidade fonética a preposição “a” encosta-se ao vocábulo seguinte (*domicílio* e *partir*), formando com este um todo fonético, culminando, portanto, em um processo de **assimilação regressiva**. Esta transformação ocorre quando o vocábulo anterior é que se acomoda ao vocábulo posterior, sendo este, por conseguinte, o assimilador, aquele responsável pela fusão fonética explicitada na escrita, através do desvio, aliás, muito freqüente, principalmente aquele previsto pelo porta-texto (I66). Ratificamos, assim, cada vez mais na língua portuguesa brasileira a tendência para colocar a preposição “a” em grande número das expressões prepositivas, a exemplo do que sempre ocorreu em Portugal.

Ainda, quando da análise do acento grave (6.1.2, p. 52), observamos que nos exemplos apresentados (p. 53-5), a presença da crase não é justificada pela fusão da preposição com o artigo (como já ficou esclarecido no item citado), uma vez que só o primeiro (a preposição) se faz presente. Logo, o “a” puramente como preposição, a exemplo de (I67) abaixo, enquadrar-se-ia na provável justificativa levantada para os exemplos (I65) e (I66): assimilação regressiva com base na idéia de monossílabo átono.

(I67) – PREÇO DE AVISTA

Assim, um retorno no túnel do tempo (v. TARALLO, 1990:21-3) permite confirmar que na primeira metade do século XVIII, a estrutura da língua portuguesa previa o fenômeno da **próclise**: subordinação fonética de um vocábulo ao seguinte, com ele formando um grupo de intensidade, explicitado na escrita, tais como em: *dehum* (> *de hum* > *de um*), *avaler* (> *a valer*), *asua* (> *a sua*), *auniaó* (> *a uniaó* > *a união*), *apartir* (> *a partir*). Tais registros, uma pequena amostra entre muitos, realizados, de acordo com a variante padrão da época, hoje, certamente, seriam considerados como desvios. Porque, a exemplo dos desvios provocados por rotacismo, estes também são estigmatizados e discriminados pela sociedade letrada brasileira.

#### **6.2.5 – Relações sintagmáticas: o fenômeno de discordância nominal**

Até aqui tecemos comentários sobre as figuras de palavras ou metaplasmos, isto é, os desvios realizados em vocábulos isolados, aumentando, diminuindo ou transpondo fonemas e/ou grafemas. Semelhantemente, as figuras de sintaxe são alterações realizadas na oração, aumentando, diminuindo ou transpondo palavras, a exemplo da sintaxe regular de concordância nominal, quando observamos o comportamento de um vocábulo em relação a outro dentro do contexto.

Em português, há a concordância do adjetivo com o substantivo em gênero e número, porém, só este último foi detectado em nossa pesquisa, ou melhor, deixou de ser registrado, uma vez que o fenômeno comprovado foi a ausência do processo de pluralização com base no conceito de concordância nominal, como fica exemplificado em (I68) e (I69) a seguir:

**(I68) – CARROS NOVOS E USADO****F057 – Rua João Suassuna - Centro**

Verificamos que o determinante próximo ao determinado recebe deste a flexão de número, entretanto, o determinante seguinte (*usado*), por ter o seu determinado implícito (*carros*), não apresenta marca de plural, provavelmente porque o pintor-letrista já não dá conta da “exigência” da pluralização.

Casos há que nem mesmo a aproximação entre determinado e determinante alerta o profissional das letras para o processo de concordância nominal, como mostra o porta-texto (I69), a seguir:

**(I69) – COLCHÕES ORTOPEDICO****F061 – Rua Quintino Bocaiúva – Monte Santo**

Outras vezes, a concordância se faz com um provável elemento que o profissional das letras deve ter em mente e não com o determinado explicitado, tal como podemos observar em (I70). É a denominada construção *ad sensum*, ou, apenas, **silepse**.

(I70) – **TÉCNICO RESPONSÁVEL**  
**MARCONE E FABIANO**  
**ESPECIALIZADO**

**F066 – Rua Arrojado Lisboa – Centro**

Aparentemente, parece que a concordância nominal ocorreu dentro das normas exigidas pela variante padrão. Contudo, se assim tivesse acontecido, o pintor-letrista teria observado que o núcleo do sintagma é *Marcone e Fabiano*, logo, este são os *técnicos responsáveis especializados*. Esta, entretanto, é uma ocorrência rara.

Na verdade, na maioria dos casos, parece que para o pintor-letrista a presença da pluralização dos determinantes não é prioritária, visto que a marca de plural já se faz presente no determinado ou núcleo do sintagma nominal.

#### **6.2.6 – O SE indeterminador: um desvio brasileiríssimo**

O latim, ao contrário do sânscrito e grego, perdeu a primitiva voz média e procurou, por conseguinte, outro modo de formação. Recorreu,

então, ao processo de juntar às formas do ativo o pronome reflexivo “*se*”. No percurso da história da língua portuguesa, verifica-se que esta renova o modo apassivador latino do “*se*” reflexivo, que aquela língua – o latim – só usava na terceira pessoa. Surge o “*se*” como *partícula apassivadora* que, quando ligada ao verbo que pede objeto direto, torna a oração passiva. Assim, exercendo a função apassivadora, o “*se*” não se apresenta com função sintática, sendo parte integrante do verbo. Por conseguinte, a oração passiva seria uma transformação ou desvio da oração ativa:

- Voz ativa: João e José vendem redes.

João e José	– sujeito agente (aquele que pratica a ação verbal)
vendem	– verbo transitivo direto
redes	– objeto direto (recebe a ação verbal)

É a presença do objeto direto que oportuniza a transformação dessa estrutura em voz passiva:

- Voz Passiva analítica: Redes são vendidas (por José e João).

Portugal ainda defende essa proposição: o sujeito da oração passiva é ao mesmo tempo o objeto da ação indicada pelo verbo. Um elemento oracional ocupando dupla função – *sujeito* e *objeto* – na mesma oração, ao mesmo tempo. Isto, sim, é algo de se estranhar.

- Voz passiva sintética: Vendem-se redes.

Neste caso, podemos deduzir que a indeterminação do agente (ou sujeito está na partícula apassivadora “SE”.

Daí porque estudiosos não convencidos buscaram o verdadeiro agente da ação verbal, fazendo o seguinte percurso: se *redes* existem, e se estas estão sendo *vendidas*, esta ação é praticada *por alguém*. Logo:

- João e José vendem redes.
- Eles vendem redes.
- ∅ vendem-se redes.
- João vende redes.
- Ele vende redes.
- ∅ vende-se redes.

Na terceira construção, conforme (I71), observamos que o sujeito da ação verbal, fica indeterminado pelo clítico “se”.

(I71) – **VENDE-SE RÊDES**

**CONSERTA-SE PUNHOS DE REDE**

**F176 – Av. Floriano Peixoto – Centenário**

O que se cogitava, em construções desse tipo, era o “se” *apassivador*, entretanto, o que a linguagem popular escrita (e falada) revela é o **SE indeterminador** do sujeito: uma construção inovadora do português brasileiro. Enfim, o desvio. Neste contexto, o “se” *apassivador* tenta sobreviver na escrita reconhecida pela variante padrão.

Todavia, este tempo de sobrevivência já está bem limitado, uma vez que, em 1972, LABOV (apud NUNES, 1991:36), fazendo referência à língua portuguesa brasileira já preconizava que “a concordância em construções com “se” (...) reflete mais um fenômeno de monitoração da escrita (...) que propriamente algo do domínio do vernáculo”. Esta afirmação confirma a idéia fixa, defendida pela variante padrão, em manter uma concordância verbal que é rejeitada pelo português popular brasileiro, como está registrado em:

(I72) – **VENDE-SE** CARNE GALETO QUEIJO OVÔS

**F178 – Rua Arrojado Lisboa – Centro**

(I73) – **AMOLA-SE** ALICATES E TEZOURAS

**F180 – Rua Monsenhor Sales – Centro**

Estas e muitas outras construções, envolvendo o verbo transitivo direto, confirmam o “se” como índice de indeterminação do sujeito e, como tal, a concordância deixa de ser uma exigência.

Ainda assim, segundo BECHARA (1999:178), em construções do tipo **ALUGAM-SE** APARTAMENTOS, ou

## (I74) – ALUGA-SE APARTAMENTOS

### F174 – Rua Barão do Abiaí – Centro

ambas as sintaxes são corretas, até porque a primeira não é absolutamente modificação da segunda. São dois momentos diferentes do processo evolutivo: o “*se*” apassivador e o “*se*” indeterminador.

No caso dos porta-textos, a preferência é pelo “*se*” indeterminador do sujeito, uma vez que tratando-se de anúncios de vendas de produtos e/ou prestação de serviços o *foco* deve ser dado na ação (o verbo e seu complemento), ficando o sujeito da ação em posição de figurante, compondo uma situação, camuflado no clítico “*se*”. Daí a indiferença sintática para o fato deste sujeito ser simples ou composto. Afinal, qualquer que seja, ele deverá fixar-se na obscuridade (a terceira pessoa do singular, marca da indeterminação).

São estas variações possíveis, admitidas pela variante padrão, que oficializam os vários desvios já consagrados do pronome “*se*”.

### 6.2.7 – O K e o Y: delatores do processo de americanização

O sistema gráfico brasileiro é, atualmente composto de vinte e três grafemas acrescidos de vários dígrafos, diacríticos e valores duplos: cinquenta símbolos aproximadamente (v. LUFT, 1986:20-3). Todos, imbuídos de realizar fonética e visualmente as correspondências múltiplas entre grafemas e fones e entre fones e grafemas, revesam-se em busca de um só objetivo: um sistema ortográfico simplificado.

Desde que começou a fixar-se o padrão gráfico brasileiro, logo depois de 1500, o sistema ortográfico português tem procurado adaptar-se a vários Acordos e reformas, todos buscando a simplificação da ortografia portuguesa, segundo os responsáveis pelas transformações acontecidas.

Destes Acordos, neste momento, um nos interessa particularmente: aquele que foi firmado em 29 de dezembro de 1943 pelo Sr. João Neves de Fontoura, Embaixador brasileiro, e pelo Sr. Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros de Portugal. Em seguida, aos 18 de janeiro de 1944, o Governo brasileiro adotou a Convenção pelo Decreto nº 14.533, de que resultou a denominação “Ortografia de 1943”, até hoje vigente, embora tenha sofrido uma pequena alteração. O Acordo de 1943 fixou a acentuação gráfica em 16 regras e 17 observações. Contudo, a Lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971, veio simplificar esse conjunto, com a extinção de duas regras (a do acento diferencial e a do acento grave e circunflexo nas sílabas subtônicas) e duas observações.

O nosso particular interesse pela “Ortografia de 1943” (como já frisamos) diz respeito aos grafemas **k**, **w**<sup>32</sup> e **y**, abolidos naquele Acordo, hoje, objeto de análise neste item.

O último Acordo entre Brasil e Portugal, assinado em 16 de dezembro de 1990, porém, ainda em debate, pretende incorporar aqueles grafemas ao nosso alfabeto. Tal idéia motiva a polêmica. Para alguns, como RAMOS (1991:10), a aprovação dessa proposta selaria um dos “retrocessos ortográficos”. Isto porque para ele, a inclusão daqueles grafemas trará “dificuldades incontornáveis”, como, por exemplo, a inviabilidade de aportuguesar-se vocábulos que possam surgir com um (ou mais) deles. Para outros, como NEGALHA (1994a:04), a aprovação acabaria “com muitas aberrações”, tais como “a revoltante cassação do “*k*”, do “*w*” e do “*y*” (o nome Gowon passou a Gouon, com alteração fonética, porque o “*u*” depois de “*o*” forma um ditongo).

Entretanto, nesses quase dez anos, enquanto esta (e outras) polêmica fica cada vez mais acirrada, o povo ingênuo e inconscientemente vai construindo a etimologia popular. Assim como em:

---

<sup>32</sup> Este, sem registro em nosso *corpus*.

(I75) – **SKINA DO PASTEL**

**F166 – Av. Floriano Peixoto – Centro**

(I76) – **ANÁLISES**

**F168 – Rua Nilo Peçanha - Prata**

Consideramos que o povo não está consciente de que é o principal agente de transformações lexicais, porém, nesta ocasião, o desvio provocado (o uso dos grafemas “*k*” e “*y*”) não é espontâneo, como defendemos que assim sejam as demais ocorrências. Neste contexto a seleção do “*k*” e do “*y*” não só acontece conscientemente, como é provocada pela cumplicidade existente entre o autor (o cliente) na primeira versão do texto (o rascunho) e o co-autor (o pintor-letrista) na versão final (o porta-texto)<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Vê item 5.3, p. 30.

Justificar esse procedimento de cumplicidade é de todos os casos o que se nos apresenta mais óbvio. A tão celebrada globalização intensifica as influências e motiva o uso de estrangeirismo ou marcas deste (no caso os grafemas “*k*”, “*w*” e “*y*”).

Sabemos que o estrangeirismo ou “empréstimo” está relacionado, quase sempre, ao prestígio de que goza uma língua ou o povo que a fala. O inglês (variante americana) constitui o caso típico no Brasil, como espirituosa e inteligentemente mostrou Fernanda SCALZO no texto intitulado **Yes, nos falamos English** (Anexo VI). Querer negar anglicismos e modismos da língua e da cultura americanas, em meio às outras línguas e culturas, principalmente hoje, na era da informática, é querer impedir que o sol nasça a cada novo dia.

Em 1978 (p. 54) BIDERMAN já afirmava que a influência da língua inglesa americana seria “tão avassaladora” que esta estaria cotada à “condição de língua franca universal”. Não queremos cair em posição extrema alguma. Valorizar a língua portuguesa brasileira faz-se necessário, entretanto, que tal bandeira seja erguida racionalmente, de maneira coerente. Sem fanatismo, sem purismo utópico, sem preconceito.

De nada adianta manter um discurso retórico do tipo: “O sujeito que usa um termo em inglês no lugar do equivalente em português é um idiota”, de acordo com CIPRO NETO (1997:09). O anglicismo e as marcas deste (“*k*”, “*w*” e “*y*”) estão presentes em todo o Brasil nos mais diversos textos (oral ou escrito), dos mais variados autores (proficientes ou não). Até mesmo no discurso paradoxal do professor acima citado, que faz uso do termo *dumping*, que significa *vender abaixo do preço de custo*. É, também, através das inovações lingüísticas – **neologismos** – que o anglicismo marca presença. **DISK**, a inovação predominante no momento, foi definida pelo prof<sup>o</sup> CIPRO NETO (op. cit.) como “uma bobagem de origem **indecifrável**”.

**(I77) – DISK VIDROS****F130 – Rua Nereu Pereira dos Santos – Monte Santo**

Na tentativa de encontrar uma justificativa para o surgimento deste neologismo, consultamos FLORENZANO (S/D, p. 52) e constatamos o vocábulo *disco* como tradução de *disk*. Por sua vez ROCHA (1996:213) define o verbo *discar* como a ação de “fazer girar o *disco* (grifo nosso) do telefone para estabelecer ligação”. Nada mais lógico... nada mais **decifrável**. O vocábulo *disk* está presente nos mais variados anúncios e nos mais diversos porta-textos. Não apenas em placas e letreiros, como também em jornais, revistas, impressos volantes<sup>34</sup>, *outdoors*, televisões etc., etc. Na situação de prestação de serviço já está gravado na memória visual do usuário brasileiro. Sua presença é irreversível. Oficializá-lo é só uma questão de tempo.

**6.2.8 – A instabilidade dos grafemas**

A exemplo do que foi feito no primeiro momento, quando nos detivemos na análise dos diacríticos, nesta segunda fase nos fixamos na (orto)grafia, vista como a escolha adequada (segundo as normas do sistema vigente) dos grafemas, determinando, conseqüentemente, o vocábulo ideal de um contexto específico. Assim, esta etapa se propôs analisar os metaplasmos

---

<sup>34</sup> V. anexo VII.

(cinquenta e oito casos), discordância nominal (oito casos), o SE como marca de indeterminação do sujeito (quatorze casos) e as marcas de estrangeirismos sinalizadas na língua portuguesa brasileira (dezenove casos).

Destas ocorrências, os estrangeirismos são os únicos casos provocados conscientemente. Os demais ocorrem de maneira espontânea de acordo com as limitações de cada usuário (neste contexto, o pintor-letrista). São estas ocorrências inconscientes, particularmente os casos de metaplasmos, que marcam as interferências da oralidade no processo da escrita dos porta-textos. É a oralidade a marca popular do desvio.

A primeira característica da fala observada nas mensagens da maioria dos porta-textos é evidenciada pela falta de planejamento. A primeira versão quase sempre é a última. Outro momento característico da interferência da oralidade diz respeito à segmentação gráfica: metaplasmos de assimilação (*apartir*) e dissimilação (*a cima*). Estes e outros metaplasmos (de permuta, adição e subtração) constituem a maior evidência deste segundo momento da análise, como é possível de ser observada na Figura V apresentada a seguir:

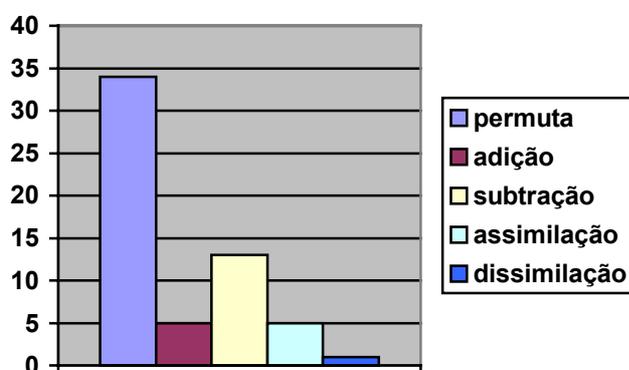
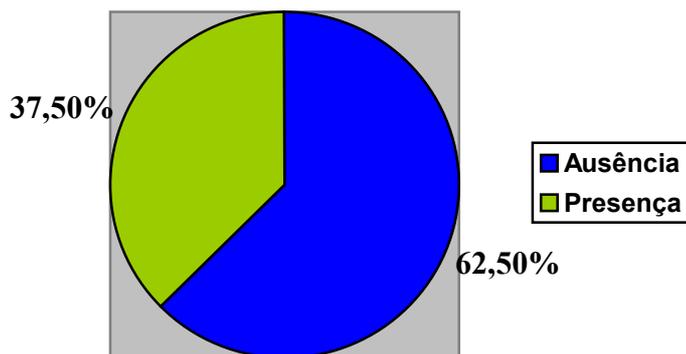


Figura V – Os metaplasmos

Sabemos que estruturas do tipo “*cinco pão*” ou “*cinco real*”, tão comuns na oralidade, marcam a presença da discordância nominal. Ocorrências semelhantes como “*carros novos e usado*”, “*galeto e galinha abatido*”, “*copias colorida*” são alguns dos casos registrados de ausência de concordância nominal. Entretanto, casos há da presença inoportuna da concordância nominal, assim como em: “*produtos de limpezas*”, “*bola de cristais*”, “*de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> séries*”. São

casos típicos de **hipercorreção**, provavelmente provocada pela lembrança da regra, submergida no subconsciente.

Porém, podemos observar na Figura VI, que tal regra (concordância nominal) ou é desconhecida ou está apagada da memória de grande parte da população.



**Figura VI – Relações sintagmáticas: discordância nominal**

Quanto ao registro da partícula SE, está é mais uma ocorrência freqüente nos porta-textos, vistos que estes têm como objetivo, entre outros, oferecer prestação imediata de serviços à população. Assim, o argumento que procura convencer o cliente a buscar a prestação de serviço é externo ao texto. Está na necessidade do cliente em *alugar uma casa* ou *apartamento*, *consertar um eletrodoméstico*, *amolar um instrumento cortante* etc. etc. É esta prioridade da ação que justifica a indeterminação do sujeito. Isto ocorre numa visão lingüística. Todavia, o pintor-letrista não tem esta consciência. Na verdade, acreditamos que mais uma vez o desvio ocorra sob a influência da oralidade. Neste caso, observamos o apagamento do SE em apenas três casos. Contudo, o uso deste como indeterminador do sujeito ocorreu em onze casos. Estes podem ser observados na Figura VII a seguir:

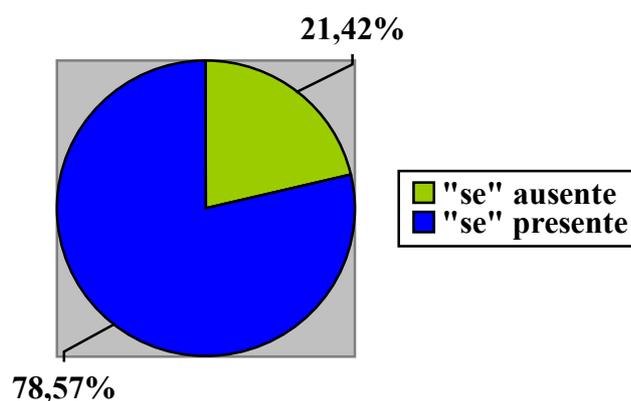


Figura VII – O “SE” indeterminador do sujeito

Por fim, registramos alguns casos de estrangeirismos (*buffet, personal trainer, bangalô* etc.) ficando explicitada a “invasão” da língua inglesa, como mostra a Figura VIII.

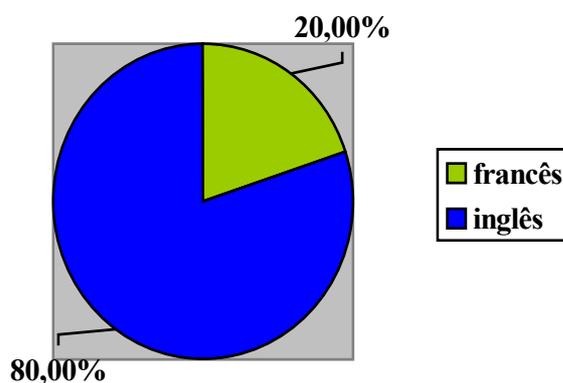
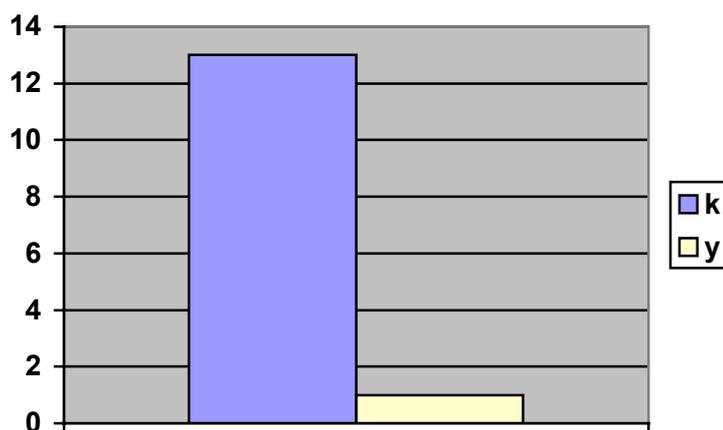


Figura VIII – Os estrangeirismos

Ou, em outros casos, a marca dessa língua através dos grafemas **k** e **y**, conforme formas inovadoras tais como *kilâmpadas, akimáquinas, dakasa, kitanda, análises* etc., dimensionadas na Figura IX a seguir:



**Figura IX – K e Y sinalizadores do americanismo**

Assim, os resultados obtidos no primeiro (os diacríticos) e segundo (a (orto)grafia) momentos desta análise, e revelados pelo gráficos apresentados, permitem delinear que mudanças estão ocorrendo na língua portuguesa, através da escrita popular brasileira. Fatores extralingüísticos, certamente, são responsáveis por estas transformações (ou desvios), as quais não ocorrem por acaso. Elas são um reflexo da realidade social brasileira.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível negar que o sistema ortográfico português é bastante complexo, o que provoca muitas indecisões. Se estas atingem a todos, por que as evidências se fazem mais presentes nos textos de muitos e quase ausentes nos textos de alguns? A resposta é óbvia. Estes poucos estão mais expostos à escrita: lendo e escrevendo, escrevendo e lendo. E se a dúvida surge, consulta-se a gramática e/ou o dicionário na busca da melhor estrutura, e da “real” forma, da exposição mais coesa e coerente. Por conseguinte, concluímos que, o principal fator para o surgimento do desvio é o pouco contato com a escrita denominada de formal.

O povo brasileiro que em sua maioria é semi-alfabetizado mantém, conseqüentemente, um limitado contato com os processos da leitura/escrita. Todavia, como em todas as línguas, em todos os tempos, é este povo o principal agente impulsionador das transformações (ou desvios) lingüísticas. Talvez, justamente por surgir do povo é que o desvio é tão espontâneo e, por conseguinte, tão autêntico. Estamos falando da **etimologia popular**.

Afinal, o que é a língua portuguesa falada no Brasil, senão um desvio da língua portuguesa falada em Portugal que, por sua vez, em sua origem, é um desvio do latim. Este, o vulgar (ou popular) era um desvio do clássico, que havia deixado impregnar-se pelo grego. Inegavelmente, o sistema ortográfico vigente é o resultado das evoluções ocorridas ao longo dos séculos. Por conseguinte, o sistema ortográfico de amanhã será o resultado das evoluções ocorridas hoje.

Assim, esta pesquisa procurou na escrita espontânea dos porta-textos, ou seja, aquela produzida sem o controle da monitoria, detectar, através da hesitação gráfica do pintor-letrista, as prováveis mudanças que estão a ocorrer.

Analisamos os porta-textos sob dois aspectos – os **diacríticos** e a **(orto)grafia** –, procurando, quando possível, verificar os agentes determinadores das formas desprestigiadas (o *desvio* ou variante não-padrão) em detrimento das formas prestigiadas (a *variante padrão*).

Sabemos que os **diacríticos** cobrem uma necessidade da escrita representar a fala. Entretanto, este fato parece não ser percebido pelo pintor-letrista, que deixando de fazer uso deste artifício (em grande parte dos casos) está a provocar uma mudança radical no sistema de acentuação gráfica da língua portuguesa brasileira.

Aliás, situação já prevista desde o Acordo de 1986, ocasião em que se cogitou a possibilidade da supressão total dos acentos nos vocábulos proparoxítonos e paroxítonos<sup>35</sup>. Este item não foi aprovado, porque não foi aceito pela opinião *pública* de Portugal. Comprova-se a etimologia popular de Portugal (o país colonizador) em oposição à etimologia popular do Brasil (o país colonizado).

Todavia, a população brasileira continuou no seu silencioso e permanente processo de transformação e, hoje, o que confirmamos é que os vocábulos proparoxítonos (reais ou eventuais) e os paroxítonos, principalmente aqueles terminados em ditongos (como, *moveis, medio, radio, tabuas, video, copia(s), agua, audio* e tantos outros)<sup>36</sup>, praticamente, já não são mais acentuados. Estes (os paroxítonos), quando portadores de três ou mais sílabas, são aqueles classificados pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) de proparoxítonos eventuais. Assim, a variante padrão que oficialmente não admite desvio, dele faz uso ao conviver com as duas possibilidades. Uma é a *norma* (os encontros *-ia, -ie, -io, -ua, -eu, -uo* quando são átonos finais são considerados *ditongos*, logo os paroxítonos); a outra, o *desvio* (estes mesmo encontros também podem ser considerados *hiatos*; aqueles proparoxítonos eventuais).

Considerar uma ou outra dependerá da pronúncia: ditongo, se em pronúncia corrente; hiato, se em pronúncia silabada. Logo, é uma decisão do falante. Um caso, portanto, de oralidade. Como o desvio (mudança de direção) busca atingir o objetivo de maneira mais coerente, o usuário, simplesmente, deixa de acentuar (quase) todos os proparoxítonos: reais ou eventuais.

Podemos concluir que acentuar “todos” os proparoxítonos, como dita a regra, não é tarefa tão simples, como parece a princípio. Logo, se a idéia é a unificação ortográfica da língua portuguesa, o primeiro passo é abolir o acento. Se de imediato não é possível em todos os vocábulos, que seja extinto em todos os proparoxítonos (reais ou eventuais) e nos paroxítonos terminados em ditongo.

Quanto aos oxítonos, esta pesquisa prenuncia a queda do acento naqueles terminados em *-ém(éns)* e *-óis* ou *-éis*. Todavia, reconhecemos que transformações lingüísticas não ocorrem a curto prazo. Portanto, a médio prazo poder-se-á oficializar a queda do acento em oxítonos terminados em *-ém(éns)*. Até porque não se justifica um acento agudo, indicador de som aberto, numa sílaba nasal.

---

<sup>35</sup> D. O. Leitura, 1991:08-13.

<sup>36</sup> Vocábulos transcritos *ipsis litteris* do corpus da pesquisa.

Já a respeito dos monossílabos temos, por exemplo, *ás, dê, dó, sé*, todos classificados como *tônicos*, portanto, acentuados. E temos *as, de, do, se*, desta feita classificados como *átonos*, logo, não acentuados. Vistos como vocábulos isolados, isto é, fora do contexto, não saberíamos afirmar quais os *tônicos* (se não acentuados), quais os *átonos*. Em alguns casos a pronúncia auxiliaria, como em *dê/de* ou *dó/do*. Mas, nem sempre a pronúncia é a solução, a exemplo de: *a* (art. def.), *há* (verbo), *ás* (s.m.), *às* (contr. da prep. “*a*” com o art. “*as*”), *az* (s.m.). Por ocasião da escrita, só o contexto é a solução, visto que são vocábulos homófonos. Ora, se o contexto define significado, classe de palavras, tonicidade do vocábulo e a decisão de ser *tônico* (acentuado) ou *átono* (não acentuado), por que não seguir a sugestão popular (*gas, so, tras*)<sup>37</sup> e, simplesmente, não mais acentuar os monossílabos?

Se a função precípua dos diacríticos é distinguir a modulação das vogais, procurando evitar que o usuário confunda-as, não se justifica o acento grave, indicando a crase. Aliás, o único caso remanescente deste diacrítico. Se a fusão preposição + artigo acontece, ela não é manifestada na fala. Se não acontece, como em algumas locuções adverbiais (*à força, à noite, à mingua, à faca* etc.), dispensa-se qualquer outro comentário. Na verdade, o grafema “*a*” já detém tantas classificações (s.m., art., prep., conj.) e funções (prefixo, desinência do feminino, símbolo em Física), que poderia perfeitamente dispensar aquela referente à crase. Até porque nem mesmo os usuários proficientes (uma grande parte) sentem-se seguros quanto ao uso ou não uso deste fenômeno. O que dizer então do homem comum, usuário pouco proficiente da língua, a exemplo do pintor-letrista? O resultado da pesquisa é geral: a queda do acento grave.

Em se tratando dos diacríticos, enquanto todos os demais, muito ou pouco, apresentam-se com tendência a desaparecer; o til, no seu papel nasalizador, mantém-se firme. O desvio não está em sua descensão, porém em sua localização, quase sempre sobre a semivogal ou entre esta e a vogal (anteposta). A falta de preocupação com a localização do acento revela uma escrita puramente mecânica, inconsciente. Esta escrita mecânica, automática justifica este caso e muitos outros.

É preciso reconhecer que nada há mais arbitrário em termos de língua(gem) do que a questão da *acentuação* da língua portuguesa, que independe de uma situação lingüística necessária do falante e só resulta da vontade de grupos (os governos de Portugal e do Brasil), que objetivam encurtar a distância das discórdias ou divergências

---

<sup>37</sup> Transcritos do *corpus*.

ortográficas, esquecendo (ou ignorando) de um fato lingüístico denominado *etimologia popular*. E neste contexto são duas: a lusitana e a brasileira.

O desvio também é objeto de estudo da Gramática Histórica através dos **metaplasmos**. Estes são os desvios camuflados da variante padrão que, quase sempre, fazem o mesmo percurso: forma alterada; vocábulo em transição, passando por uma adaptação progressiva; neologismo e forma oficializada. Os desvios vão surgindo e com estes as transformações vão ocorrendo sorrateira e lentamente, ao lado de uma atualização de opiniões.

Dizer que a fala precede a escrita é dizer o óbvio. Mas, às vezes, o óbvio precisa ser dito... para que muitos tomem consciência da realidade. Se falamos antes de escrever, como a escrita poderia servir de modelo para a fala? Assim, os metaplasmos que acrescentam, subtraem, permutam e assimilam fonemas foram os desvios detectados nesta pesquisa, sugerindo as transformações que estão ocorrendo na escrita brasileira.

A não distinção gráfica, por exemplo, entre os grafemas “s” e “z” registrados no interior (*alizamento, limpezas, artesanato, Brazil*)<sup>38</sup> ou final (*trás > traz* – ambos na condição de advérbio) dos vocábulos, representando sibilantes sonoras, é a principal alteração gráfica que ocorre no momento, através do metaplasmo por permuta. Arriscamos afirmar que o “s”, entre duas vogais, substituído pelo “z” já está praticamente firmado na memória ortográfica do homem comum. Outro caso marcante, embora em menor intensidade do que o anterior, diz respeito a permuta do *e > i*, a exemplo dos vocábulos *coquitel, petróleo, dezimpenos*, registrados no *corpus*.

Sabemos que nenhuma dessas constatações é novidade. Ainda assim, muitos estudiosos, mesmo admitindo as variadas condições etimológicas e histórico-fonéticas provocadoras desses e outros metaplasmos, são contrários aos desvios, sugerindo ao usuário a consulta ao dicionário. Ora, consulta o dicionário aquele que tem dúvida (o escritor proficiente), quem não as tem (o escritor não proficiente), não faz consultas, porque a “sua” verdade é a “sua” certeza. E a verdade da população brasileira está na amostra seguinte, toda transcrita (em itálico) do *corpus* desta pesquisa. Assim, coletamos metaplasmos por permuta: *consertos > concertos*, *medium > medio*, *imperdíveis > inperdíveis*, *estribos > estribus*; metaplasmos por adição: *justiça > justicia*, *eletroterapia > eletroteurapia*, *varejo > vareijo*; metaplasmo por subtração:

---

<sup>38</sup> Exemplos transcritos do *corpus*.

cabeleireiro > *cabelereiro*, mudou-se > *mudo-se*, sorvete > *sovete*; metaplasmos por assimilação: a partir > *apartir*, à vista > *avista*, à direita > *adireita*.

Variedades de pronúncias regionais e sociais provocam alterações fonológicas, registradas na escrita com o passar do tempo. É preciso reconhecer-nos que a escrita com base na variante padrão é o modelo, não a perfeição. Ela não é imutável, nem eterna. Assim, o contato constante com os desvios acarreta mudanças na língua. Tudo é uma questão de tempo.

O SE, por exemplo, usado como partícula apassivadora – *Consertam-se bicicletas*. – é um caso raro nos porta-textos. A regra destes é usá-lo como índice de indeterminação do sujeito – *Conserta-se bicicletas*. –, indiferente ao fato do verbo ser (ou não) transitivo direto. O texto, em questão, é uma mensagem que anuncia uma carência do destinatário e respectiva solução – a prestação do serviço – oferecida pelo destinador. Justifica-se, assim, a indeterminação do sujeito. Este (o solucionador do problema) fica em segundo plano, porque o principal é a solução, o fato de *Conserta-se bicicleta(s)*. É, por conseguinte, a prestação do serviço é o núcleo da mensagem.

Outro caso que se sobressai, entre os demais pela sua consolidação na escrita dos porta-textos, diz respeito ao anglicismo e suas marcas, através dos grafemas *k* e *y*. Consideramos este o único desvio ocorrido conscientemente, porque existe a intenção com vista a um fim: o *americanismo*. Este serve para dar, segundo a concepção de grande parte dos brasileiros, um “ar” sofisticado aos produtos e estabelecimentos<sup>39</sup>. Constata-se, portanto a hiper-valorização dada ao inglês americano em detrimento do português. Este comportamento dos brasileiros, em sua maioria, é resultado do prestígio econômico americano no Brasil.

Fica então demonstrado, mais uma vez, que as transformações quanto mais freqüentes, mais espaço vão conquistando. E, neste duelo, inúmeras vezes a forma inovadora é a vencedora. O desvio passa de vilão, segundo a variante padrão, a herói, exaltado pelo povo. Justifica-se porque ele surge de uma necessidade popular e não de uma imposição, muitas vezes, pouco analisada, sem razão de ser. Isto ocorre porque as mudanças de uma língua não ficam sob a responsabilidade de acadêmicos, imortais, governantes ou intelectuais. Como qualquer mudança verdadeira, aquela relacionada à língua(gem) deve ser espontânea e com objetivos muito práticos.

---

<sup>39</sup> Ver Anexo VI.

Convém, ainda, lembrar que dentre as propostas de mudanças sugeridas por esta pesquisa, algumas já fazem parte do *Projeto da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa*, assinado em Lisboa em 12 de outubro de 1990 e ainda não colocado em prática, por falta de um total entendimento entre os países lusofônicos (ou seria lusofônico?). As propostas que coincidem são: a queda no uso do trema, a queda parcial do hífen, o retorno dos grafemas “k”, “w” e “y” ao alfabeto brasileiro, a queda do acento diferencial para as palavras homófonas e a queda do acento nos paroxítonos (ou proparoxítonos eventuais) que têm “a” na sílaba tônica: *assembléia* > *assembleia*, *idéia* > *ideia*.

Vale acrescentar que de 1931, quando foi aprovado o primeiro Acordo ortográfico entre Brasil e Portugal, a 1990, quando se deu a aprovação do Projeto (ainda não homologado), pouco a pouco alterações têm sido acordadas, muitas delas favoráveis à língua portuguesa brasileira. Entretanto, acreditamos que se a questão não envolvesse decisões políticas, tudo seria mais rápido e esclarecedor, conseqüentemente, favorável ao povo. Aquele que transforma por representar a maioria, porém, nunca é consultado.

Confirmando alguns dados já comentados, ratificamos que nenhum dos desvios coletados em nossa pesquisa transgrediu o sistema lingüístico, porque nenhum dos cento e noventa porta-textos fotografados deixou de passar a mensagem a que se propunha, cumprindo, assim, o seu papel fundamental: **comunicar**. Por isso, defendemos que o desvio não é erro, é uma forma diferente de grafar, porém, não menos gramatical.

A justificativa desta afirmação podemos encontrar na tese que alguns estudiosos defendem, a exemplo de Chomsky (1980) e Pinker (1989)<sup>40</sup>. A competência gramatical seria inata ao homem, isto é, um processo interno, logo de dentro para fora. Um comportamento espontâneo, natural. O oposto ocorre com o sistema ortográfico. Este é o fruto de um processo externo ao homem. Um processo imposto, que o homem precisa conhecer, assimilar, aceitar, memorizar e usar conscientemente, sem transgredir nenhuma das regras, quase sempre arbitrárias.

Face ao exposto até aqui, afirmamos que o estudo do desvio não fica esgotado com este trabalho. Vistas as nossas limitações, dada a exigência do cumprimento de um prazo limitado, reconhecemos que cada um dos casos identificados pode ser estudado com um maior aprofundamento e por ângulos diversos. Sabemos que os desvios, até

---

<sup>40</sup> Chomsky e Pinker (apud OLSON, 1997:139).

mesmo aqueles surgidos inconscientemente, não ocorrem de maneira aleatória. Numa análise minuciosa possivelmente se possa esclarecer as regras e a lógica dos mesmos.

O que tentamos fazer, nesta ocasião, a partir do fenômeno comprovado – o desvio, como instrumento da etimologia popular –, foi confirmar que muitas transformações, mesmo marginalizadas, já estão tão fixas na memória visual dos usuários da língua portuguesa brasileira (como *taxi, distancia, disk, alugueis, video, domicilio, Paraiba, ginkana, bem vindo, tele sena, parabrise, tranquilo, apartir, skina, cartoes* etc. etc. etc.), que ignorá-las seria uma demonstração de fanatismo, o que é uma atitude inútil.

Por fim, não é possível negarmos o aspecto social que envolve o surgimento deste fenômeno. É notório que no Brasil o saber é distribuído de acordo com a condição financeira de cada brasileiro. Assim, o acesso à variante padrão é privilégio de poucos. Logo, o *erro* está na distribuição (injusta) de renda e não no desvio. Defendemos que “todos” os brasileiros precisam ter acesso à variante padrão, assim como “todos” devem estar conscientizados que a variante padrão (oral ou escrita) não é a única modalidade possível de comunicação.

Junho de 1999.

# BIBLIOGRAFIA

*Dê-me um cigarro  
Diz a gramática  
Do professor e do aluno  
E do mulato sabido  
Mas o bom negro e bom branco  
Da Nação Brasileira  
Dizem todos os dias  
Deixa disso camarada  
Me dá um cigarro*

**Oswald de Andrade**  
“Pronominais”, do livro Pau-Brasil (1925)

# ANEXOS

*No meio do caminho  
tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no  
meio do caminho*

**Carlos Drummond de Andrade**  
“No meio do caminho”, do livro *Alguma Poesia* (1930)

# APÊNDICE

*No outro dia pediu pra Sofará que levasse ele passear e ficaram no mato até a boca-da-noite.*

**Mário de Andrade**  
Macunaíma (1928)

## Apêndice: EVIDÊNCIAS

Os desvios coletados, registrados através desta transcrição, compõem um material possível de ser aproveitado em sala de aula, em produções de artigos, em outras pesquisas. Assim, de acordo com a conveniência, necessidade, interesse e criatividade de cada um, várias poderão ser as oportunidades. O que esperamos é que estas evidências do dinamismo da língua portuguesa popular brasileira tenham utilidade acadêmica hoje, ou no futuro.

F001 – **ONIBUS E CAMINHÃO**

149.00 **A VISTA**

F002 – **MASSAS RAPIDAS**

F003 – **ESQUADRIAS DE ALUMINIO E FERRO**

F004 – **FERRAGENS PARA MOVEIS**

F005 – **ESQUADRIA EM ALUMINIO**

F006 – **MATL. HIDRAULICO**

F007 – **COLCHÕES E ESPUMAS DA PARAIBA**

F008 – **ELETRICOS**

F009 – **VEICULOS NOVOS E USADOS**

**PEDRINHO VEICULOS**

F010 – **É EXPRESSAMENTE PROIBIDO O USO DE FOGO OU  
QUAISQUER INSTRUMENTOS QUE  
PRODUZAM FAISCAS**

F011 – **PROÍBIDO ESTACIONAR**

F012 – **ASSISTENCIA TECNICA ESPECIALIZADA  
CONCERTOS EM EQUIPAMENTOS  
ELETRONICO DE TODAS AS MARCAS**

F013 – **CABELEREIRA UNISSEX  
ALIZAMENTO, CORTE, PENTEADO**

F014 – **CONCERTOS DE MOVEIS  
ESTUFA-SE**

F015 – **SOLDA CAUSTICA  
SULFATO DE ALUMINIO**

F016 – **QUIMICA  
PRODUTOS DE LIMPEZAS EM GERAL**

F017 – **ENTREGA A DOMICILIO**

F018 – **O MADRUGÃO**

F019 – **SEG. A SEX: 08:00 AS 12:00 – 14:00 AS 18:00  
SABADO 08:00 AS 12:00**

F020 – **MARMITAS A, DOMICILIO**

F021 – **NALDO ENGIGE (ENSIZE)<sup>37</sup>  
JUSTICIA JÁ**

---

<sup>37</sup> Um caso de monitoração, seguida de “correção”, sem sucesso.

- F022 – DE 1<sup>A</sup> Á 4<sup>A</sup> **SÉRIES DO 1<sup>O</sup> GRAU**  
**MATRICULAS ABERTAS**
- F023 – **CARTOES DE VISÍTA**  
**NUMÉRA-SE MAT. ESPORTIVO**
- F024 – TUDO EM MADEIRA **MACICA**
- F025 – **DELICIAS DE SABORES**
- F026 – AUTO **ELETRICA**  
**SERVIÇOS ELETRICOS E MECANICOS**
- F027 – **ELETRONICA ARAUJO**  
CONSERTO DE TV  
PRETO E BRANCO E A CORES
- F028 – CONSULTA **ESPIRITUAIS, CARTA**  
**BUZIOS E BOLA DE CRISTAIS**  
VENHA RESOLVER SEUS **POBREMAS**
- F029 – CASA **ESPIRITA DA BAHIA**  
**MEDIO ESPIRITA PAI XANGÔ**
- F030 – CENTRAIS **TELEFONICAS**  
**INSTALAÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES**
- F031 – **ENTRAGA A DOMCILIO**
- F032 – ENTREGA A **DOMICILIO**
- F033 – ENTREGA A **DOMICILIO**<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Fotos 32/33 e 47/48, textos iguais em diferentes contextos.

F034 – **DISK** – PIZZA

F035 – A **RADIO** QUE TOCA NOTÍCIA

F036 – ASS. **TECNICA** EM BOMBAS

F037 – **PLASTICOS**

**EMBALAGENS PLASTICAS**

F038 – **INDUSTRIA** E COMÉRCIO DE **MAQUINAS** LTDA.

F039 – MATERIAIS **ELETRICOS**

F040 – **ARMAZEM** 219

F041 – ENTRADA DE **VEICULOS**

F042 – MATERIAIS **ELETRICOS** LTDA.

F043 – MÓVEIS E **ELETRODOMESTICOS**

F044 – **COLCHÕES**<sup>39</sup> E TECIDOS

F045 – ARTIGOS **DOMESTICOS**

F046 – DURMA **TRANQUILO**

F047 – **ARMAZEM PARAIBA**

F048 – **ARMAZEM PARAIBA**<sup>38</sup>

---

<sup>39</sup> A troca do til pelo acento agudo não se trata de falha de digitação, porém o registro *ipsis litteris*.

- F049 – **KILÂMPADAS**  
**MATERIAL ELETRICO**
- F050 – **ART LUZ**  
**MATERIAL ELETRICO**
- F051 – **LUSTRES LAMPADAS LUMINARIAS**
- F052 – **ESTOFADOS COLCHOES**
- F053 – **CONSERTOS EM ELETRODOMESTICO**
- F054 – **TAXI**
- F055 – **PARAISO**
- F056 – **ENTRADA DE VEICULOS**
- F057 – **PANTANAL VEICULOS**  
**CARROS NOVOS E USADO**
- F058 – **MAQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.**
- F059 – **MECANICA EM GERAL**
- F060 – **FEIJOADA AOS SABADOS**
- F061 – **COLCHÕES ORTOPEDICO**  
**FABRICA DE ESPUMA**
- F062 – **CAIBROS RIPAS TABUAS**

F063 – **MANTENHA DISTANCIA**

F064 – **CLINICA RADIOLOGICA**

F065 – **SERVIÇOS DE MAQUINAS DE ALGODÃO**

F066 – **OFICINA AUTO AGRICOLA**

**TÉCNICO RESPONSÁVEL**

**MARCONE E FABIANO**

**ESPECIALIZADO.**

F067 – **INDÚSTRIA E COMERCIO**

F068 – **MOVEIS E ESQUADRIAS**

F069 – **SEJA BEM VINDO**

F070 – **ALIZAMENTO COQUITEL**

F071 – **ESCOVA APARTIR 5,00**

F072 – **COQUITEL**

F073 – **ANIVERSARIOS**

F074 – **ESSENCIAS AROMAS ISOPÔR**

**COBERTURAS DESCARTÁVES**

F075 – **ÓTICA SOLAR**

**FRENTE A FEIRINHA DE FRUTAS**

F076 – **GRAVACOES EM CD'S**

F077 – **PROMOCÃO DE CORTE 2,00R\$**

F078 – **BANHO DE PETRÓLIO  
ALIZAMENTO**

F079 – **SUPORTE P/ VIDEO E TV**

F080 – **BABILONIA CALÇADOS  
FEIRÃO MAGICO**

F081 – **ASSIST. TÉCNICA EM AUDIO, VIDEO  
E EQUIP. AUTOMOTIVOS**

F082 - **ELETROTEURAPIA**

F083 – **QUIMÍCA ANALITICA APLICADA I**

F084 – **QUIMÍCA ANALITICA APLICADA II**

F085 – **ASSISTENCIA TECNICA**

F086 – **ASSISTENCIA TECNICA EM AUTOS  
INJEÇÃO ELETRONICA**

F087 – **MOTO RÁPIDO TAXI**

F088 – **MIUDO E OVOS  
GALÊTO E GALINHA ABATIDO**

F089 – **SUPER SENA**      **PAPATUDO**  
**MEGA SENA**      **TELE SENA**  
**LOTÉRIA ESPORTIVA**

F090 – **LAVAGEM RÁPIDA GRATÍ**<sup>40</sup>

F091 – **PREÇO DE AVISTA**

F092 – **ALCOOL COMUM**  
**ALCOOL ADITIVADO**

F093 – **VENDAS A VISTA OU A PRAZO**  
**ORG. FAMILIA**

F094 – **CARBURAÇÃO E INJEÇÃO ELETRÔNICA**

F095 – **COPIADORA UNIVERSITARIA**<sup>41</sup>  
**COPIAS COLORIDA TRANSPARENCIA**

F096 – **COPIA COLORIDA R\$ 1,50**  
**A CIMA**<sup>42</sup> **DE 100 COPIAS**  
**COPIA A VISTA R\$ 0,40**

F097 – **CLINICA**

F098 – **OS MELHORES MARMORES DO MUNDO**

F099 – **SAIDA**

---

<sup>40</sup> As várias tentativas de localização do acento revelam o processo de monitoração (mesmo que muito inseguro).

<sup>41</sup> Os desvios são repetidos na parte lateral da placa.

<sup>42</sup> Separação inadequada, passando a falsa idéia de duas palavras.

F100 – **PRODUZIMOS E AMPLIAMOS A CÔRES**

F101 – **PECAS PARA LIQUIDIFICADOR E  
CADACOS DE TODOS OS TIPOS**

F102 – **OCULOS**

F103 – **GAS, AGUA MINERAL**

F104 – **LABORATORIO DE ANÁLISES MÉDICAS  
UNIDADE MOVEL COLETA A DOMICILIO**

F105 – **POR TRAZ DO TEATRO MUNICIPAL**

F106 – **ALUGUEIS DECORAÇÕES  
CERIMONIAL BUFFET<sup>43</sup>**

F107 – **GASOLMA COMUM: R\$ 0,799**

F108 – **GASOLIMA COMUM: R\$ 0,799<sup>44</sup>**

F109 – **IMPERIO DOS COLCHÕES  
REABERTURA COM PROMOÇÕES  
INPERDIVEIS**

F110 – **CAFÉ PELA MANHA**

F111 – **NADA MIN FALTARA**

---

<sup>43</sup> Buffet (fr.) > bufete[ê] – galicismo. Forma registrada no Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (PVOLP).

<sup>44</sup> O estabelecimento comercial – posto de gasolina – fica localizado numa esquina. O porta-texto F107 estava na Rua Siqueira Campos e o F108 foi colocado na Av. Getúlio Vargas. Lateral e frete do posto, respectivamente.

F112 – UNIDADE **MOVEL ODONTOMEDICA**

F113 – **CERAMICA ARTÍSTICA**

F114 – **BORRACHARIA SÓ CONCERTOS**

F115 – **ESTRIBUS AÉROFOLIO CAIAK<sup>45</sup>**  
**PARA-CHOQUES PARA-LAMAS**  
**SPOILER**

F116 – **ASSISTENCIA TECNICA EM BOMBA**

F117 – **A PREÇO DE FABRICA**

F118 – **FRANDILEIRO E SERRALHEIRO**

F119 – **DEZIMPENOS DE RODAS**

F120 – **TEMPLO EVANGELICO CONGREGACIONAL**

F121 – **ELETRICA DE AUTO**

F122 – **SEDE PROPRIA**

F123 – **PRODUTOS MEDICOS**

F124 – **BARRACA PA CÍCERO**  
**CAFÉ – ALMOÇO – JAN-**  
**TAR – CARDAPIO**  
**MOCOTO – FEIJÃO-VERDE**  
**GALINHA – CARNE DE VACA**

---

<sup>45</sup> Caiak (ingl.) > caíque – anglicismo. Forma registrada em ROCHA (1995:109).

F125 – COLIGAÇÃO **PARAIBA UNIDA**

F126 – **TIRA GOSTO**

F127 – **DISK CESTAS**

F128 – CENTRO DE **ARTEZANATO**

F129 – **CÔCO** 0,50

F130 – **DISK MODAS**

F131 – **INDUSTRIA E COMERCIO**

F132 – IND DE **MARMORES E GRANITO**

F133 – SERVIÇO DE SOLDA **ELETRICA**  
SOLDA **ELETRICA** EM GERAL

F134 – SÓ **MECANICA SÃO JOÃO**  
**SUSPENSSÃO** CARBORADORES

F135 – **ALCOOL**

F136 – POR FAVOR NÃO **JOQUE LIXO AGUI**

F137 – PINTURA E **AUTO ELETRICA**

F138 – **MAQUINAS FORNOS PRODUTOS**

F139 – **ALCOOL E GASOLINA**

- F140 – **VENDES – PICOLE – SOVETE**
- F141 – **ABERTO ATE AS 22:30**  
**RECE. AGUA. LUZ. TELEFONE**
- F142 – **CÔCO GELAD**
- F143 – **DISK 322.5614**  
**ENTREGA A DOMICILIO**
- F144 – **ACIDO MURIATICO**  
**SUFATO DE ALUMINIO**
- F145 – **PRODUTOS QUIMICOS EM GERAL**  
**GROSSO E VAREIJO**
- F146 – **IMPRESSOS BRINDES CALENDARIOS**  
**R. CERAMICA – 73**
- F147 – **AGUA MINERAL**  
**CARTÃO TELEFONICO**
- F148 – **COLEGIO GERAÇÃO 2000**
- F149 – **DISK VIDROS**
- F150 – **TEMOS TIRAGOSTO**
- F151 – **MUDO.SE PARA RUA ABEL COSTA**  
**POR TRAS DA GARAGEM DA CABRAL**

F152 – **MUDO-SE** PARA RUA ABEL COSTA  
 POR **TRAZ** DA GARAGEM DA CABRAL<sup>46</sup>

F153 – 2<sup>a</sup> **SUPERINTENDENCIA** REGIONAL DA POLÍCIA

F154 – **MOVEIS TUBOLARES**

F155 – EM **ALUMINIO BOX**<sup>47</sup> PARA BANHEIRO  
**PORTOES** JANELAS DIVISÓRIAS

F156 – **BORBOREMA RÁDIO TAXI**

F157 – **VENDE**<sup>48</sup> ESTE **PREDIO**

F158 – **SO DEUS E MAIS NINGUEM**  
**CAFÉZINHO**

F159 – **TÉCNICA FRANCEZA**

F160 – **FUNERARIA**

F161 – **AVALIAÇÃO FÍSICA**  
**KARATÊ**<sup>49</sup> **PERSONAL TRAINER**<sup>50</sup>  
**GINÁSTICA AEROBICA**  
**GINÁSTICA P/Á 3<sup>a</sup> IDADE**

F162 – **KORPO FIRME ACADEMIA**  
**CENTRO DE ATIVIDADES FÍSICAS**

---

<sup>46</sup> Porta-textos afixados no mesmo local F151 – visão frontal; F152 – visão lateral.

<sup>47</sup> Box (ingl.) > boxe [cs] – anglicismo. Forma registrada em ROCHA (1995:98).

<sup>48</sup> Ausência do SE indeterminador do sujeito.

<sup>49</sup> Caratê – Forma registrada em ROCHA (1995:120).

<sup>50</sup> Expressão inglesa traduzida como treinador pessoal (ou particular).

F163 – **AKIMAQUINAS**  
CONSERTOS E REFORMAS DE **MAQUINAS**

F164 – **DAKASA**

F165 – **MOTOKAR**

F166 – **SKINA DO PASTEL**

F167 – **AKIMOVEIS – MOVEIS**

F168 – **ANÁLISES**

F169 – **BRAZIL PNEUS**

F170 – **CONSE-RTO, DE MOVE-IS**<sup>51</sup>

F171 – **CONSERTA-SE PORTAS DE AUTOMOVEIS**  
**CAPUS E COLOCA-SE PARABRISE**

F172 – **VENDE-SE PEÇAS USADAS**

F173 – **CONSERTA-SE ELETRODOMÉSTICOS**

F174 – **ALUGA-SE APARTAMENTOS**

F175 – **VENDE-SE SORVETE E PICOLÉ**

F176 – **CONSERTA-SE PUNHOS DE RÊDE**  
**VENDE-SE RÊDES**

---

<sup>51</sup> Separação de sílabas inadequada.

F177 – **VENDE-SE** PLANTAS E CAQUEIRAS

F178 – **VENDE-SE** CARNE E GALETO QUEIJO **OVÔS**

F179 – **VENDE-SE** SORVETES E PICOLÉS

F180 – **AMOLA-SE** ALICATES E **TEZOURAS**  
**CONSERTA-SE RELOGIO**

F181 – **COMPRA-SE** OU **TROCA**<sup>52</sup>  
**TELESENA** USADA DE QUALQUER  
**EPOCA**

F182 – **COMPRA-SE** OU **TROCA**<sup>53</sup>  
**TELESENA** USADA DE QUALQUER **EPOCÁ**<sup>54</sup>

F183 – **FLÔRES** E FRUTOS PARA LYNALDO

F184 – SALÃO DUAS **IRMAN**

F185 – FÃ-CLUBE **NETIMANIACOS**

F186 – PLANOS DE ASSISTÊNCIA **APARTIR** 15,00  
**ODONTOLÓGICA**

---

<sup>52</sup> Ausência do SE inderterminador do sujeito, conseqüentemente, não foi efetuado o paralelismo sintático.

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Atentar para a ausência (F181) e presença (em desvio) do diacrítico (F182). Grafia executada pelo mesmo pintor-letrista, segundo informação obtida.

F187 – **BANGALÔ**<sup>55</sup> **MOVEIS RUSTICOS**  
TODA LINHA DE **MOVEIS**  
**PRONTA ENTREGA E. ENCOMENDAS**  
DIRETO DA **FABRICA A VISTA E PRAZO**  
ESPECIALISTAS EM **GUARDA ROUPAS**

F188 – JAZIGO DA **FAMILIA SODRÊ**<sup>56</sup>

F189 – **2<sup>a</sup>**<sup>57</sup> rua **ADIREITA**

F190 – CAPAS PARA BANCOS **SERVIÇOS**<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> Bangalô – anglicismo. Do concani *bangló*, através do inglês *bungalow*, conforme FERREIRA (1975:182). Bengel > Bangal > Bangalô. Nome de uma região da Índia onde está situada a cidade de Calcutá, segundo a Profa. Dra. Sudha Swarnakar.

<sup>56</sup> Ainda que não tenhamos como objetivo analisar desvios em nome(s) próprio(s) de pessoa(s), alertamos para a troca de acentos: agudo por grave.

<sup>57</sup> Um único caso de discordância nominal, envolvendo o aspecto de gênero.

<sup>58</sup> Um registro único de incoerência textual. O vocábulo *serviços* não dá continuidade de sentido, ficando deslocado dentro do contexto.

**BIBLIOGRAFIA**

01. ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1964.
02. BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico**. São Paulo: Loyola, 1999.
03. BARBOSA DA SILVA, Myriam. **Leitura, ortografia e fonologia**. São Paulo: Ática, 1981.
04. \_\_\_\_\_. A escola, a gramática e a norma. **Atas do 1º Congresso Internacional da ABRALIN**. Salvador, p. 136-141, 1996.
05. BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática brasileira**. Rio de Janeiro: Lucena, 1999.
06. BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A língua e a teoria da informação. In: \_\_\_\_\_. **Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, p. 36-62, 1978.
07. BLINKSTEIN, Izidoro. **Técnicas da comunicação escrita**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.
08. BRAGA, M<sup>a</sup> Lúcia Santaella. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1980.
09. BUESCU, M<sup>a</sup> Leonor Carvalhão. **A gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1975.
10. \_\_\_\_\_. **Gramáticos portugueses do século XVI**. Portugal: Livraria Bertrand, 1978.
11. CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Lingüística**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1991.
12. \_\_\_\_\_. Algumas reflexões sobre o início da ortografia da língua portuguesa. **Caderno de Estudos Lingüísticos**. Campinas, n. 27, p. 103-11, 1994.
13. CALLOU, Dinah. A chamada norma culta. **Atas do 1º Congresso Internacional da ABRALIN**. Salvador, p. 164-7, 1996.
14. CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1985a.
15. \_\_\_\_\_. **Estrutura da língua portuguesa**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985b.

16. CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
17. CARRAHER, Terezinha N. Explorações sobre o desenvolvimento da ortografia em português. **Isto se aprende com o ciclo básico**. São Paulo: CENP, p. 114-122, 1986.
18. CARVALHO, Karen Currie de. **Erros ortográficos e suas implicações perceptuais**. 1987, (inédito).
19. CASTILHO, Ataliba T. de. A gramática do português falado. **Atas do 1º Congresso Internacional da ABRALIN**. Salvador, p. 417-9, 1996.
20. CATACH, Nina. Le problème des variantes graphiques: variantes du passé, du présent et de l'avenir. **Langue Française**. Paris, n. 108, p. 25-31, 1995a.
21. \_\_\_\_\_. Apresentação. **Langue Française**. Paris, n. 108, p. 03-09, 1995b.
22. \_\_\_\_\_. **Para um teoria da língua escrita**. São Paulo: Ática, 1996, p. 05-20.
23. CHALHUB, Samira. **Funções da linguagem**. São Paulo: Ática, 1989.
24. CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997.
25. CIPRO NETO, Pasquale. Língua enrolada. **Veja**, São Paulo: Abril, 10 de setembro de 1997, p. 09-12.
26. COURI, Norma. Novo acordo para a ortografia já não assusta Portugal. **Jornal do Brasil**, 02.04.89.
27. COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
28. COUTO, Hildo Honório. **O que é português brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
29. CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981a.
30. \_\_\_\_\_. **Língua, nação, alienação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981b.
31. DESBORDES, Françoise. A pretensa confusão entre o escrito e o oral nas teorias da Antiguidade. In: CATACH, Nina (org.). **Para uma teoria da língua escrita**. São Paulo: Ática, 1996, p. 23-29.

32. FARACO, Carlos Alberto. **Escrita e alfabetização: características do sistema gráfico do português**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
33. FÁVERO, Leonor Lopes. As idéias lingüísticas no Brasil e em Portugal – um percurso histórico. **Atas do 1º Congresso Internacional da ABRALIN**. Salvador, p. 427-437, 1996.
34. \_\_\_\_\_. História das idéias lingüísticas: gramáticos e ortógrafos portugueses dos séculos XVI e XVII. **Filologia e lingüística portuguesa**. São Paulo, n. 1, p. 95-105, 1997.
35. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1975.
36. FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
37. FIAD, Raquel Salek. Um estudo de variantes textuais e sua contribuição ao ensino de língua materna. **Caderno de Estudos Lingüísticos**. Campinas, n. 24, p. 35-39, 1993.
38. FLORENZANO, Éverton. **Dicionário Escolar Inglês-Português/Português-Inglês**. 39. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, S/D.
39. FREIRE DA SILVA, Marinalva. **A ortografia lusofônica: breve histórico**. In: **Graphos**. João Pessoa, n. 1, p. 111-116, junho de 1995.
40. FREITAS, Judith. Reforma ortográfica: questão lingüística ou política? **Boletim ABRALIN**, Recife, n. 1, p. 25-31, 1981.
41. GARCIA, Othon. **Comunicação em prosa moderna**. 13. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
42. GOMES, Christina A. & MOLLICA, Maria Cecília. Prestígio, mudança e escola. **Atas do 1º Congresso Internacional da ABRALIN**. Salvador, p. 175-180, 1996.
43. GRUAZ, Claude. Les variations graphiques du Français: système et arbitraire dans la synchronie contemporaine. **Langue Française**. Paris, n. 108, p. 18-23, 1995.
44. GUMPERZ, John J. A sociolingüística interacional no estudo da escolarização. In: \_\_\_\_\_ (org.) **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Gráficas, 1991, p. 58-82.
45. HAUY, Amini Boainain. **Acentuação gráfica em vigor**. São Paulo: Ática, 1989.

46. HAUY, Amini Boainain. **História da Língua Portuguesa – I. Séculos XII, XIII e XIV**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
47. HAVELOCK, Eric. A equação oralidade – cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON & TORRANCE (orgs.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995, p. 17-33.
48. HEYE, Jürgen. Sociolingüística. In: PAES, Cidmar (org.). **Manual de Lingüística**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 203-237.
49. HONVAULT, Renée. Statut linguistique et gestion de la variation graphique. **Langue Française**. Paris, n. 108, p. 10-17, 1995.
50. HOUAISS, Antonio. **A crise de nossa língua de cultura**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
51. JOTA, Zélio dos Santos. **Dicionário de lingüística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1981.
52. KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
53. KEHDI, Valter. **Formação de palavras em português**. São Paulo: Ática, 1992.
54. \_\_\_\_\_. **Morfemas do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
55. KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.
56. LEMLE, Miriam. Reforma Ortográfica: uma questão lingüística ou política? **Boletim ABRALIN**, Recife, n. 1, p. 18-24, 1981.
57. \_\_\_\_\_. **Guia teórico do alfabetizador**. 11. ed. São Paulo: Ática, 1995.
58. LOBO, Tânia. O sistema ortográfico do português brasileiro e as repercussões do acordo firmado pelos sete países lusófonos. **Estudos lingüísticos e literários**. Lisboa, n. 18, p. 27-38, dez/1995.
59. LUFT, Celso Pedro. Ortografia – questão de política cultural e educacional. **Boletim ABRALIN**, Recife, n.1, p. 4-17, 1981.
60. \_\_\_\_\_. **Novo guia ortográfico**. 18. ed. Porto Alegre: Globo, 1986.
61. MAGALHÃES, M<sup>a</sup> Izabel S. Língua oral, língua escrita: uma questão de valores sociais. **DELTA**. São Paulo, v. 8. n. 2, p. 243-261, 1992.

62. MARCUSCHI, Luiz Antonio. Déficit, diferença, variação ou contextualização? **Boletim ABRALIN**. Curitiba, n. 8, p. 97-106, 1986.
63. MARQUES, Maria Helena Duarte. Fala e Escrita: relações e especificidades. **Anais do III Encontro Nacional da ANPOLL**. Recife, p. 347-353, 1988.
64. MARTINS, Nilce Sant'Anna. **História da Língua Portuguesa – V. Século XIX**. São Paulo: Ática, 1988.
65. MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **Acento e ritmo**. São Paulo: Contexto, 1992.
66. \_\_\_\_\_. Armadilhas da escrita (antiga e moderna). **Teoria e prática**. Campinas, n. 28, p. 35-54, dez/1996.
67. MASSON, Michel. À propos des variations orthographiques des mots d'origine exotique. **Langue Française**. Paris, n. 108, p. 66-75, 1995.
68. MATEUS, M<sup>a</sup> Helena Mira (org.). **Gramática da Língua Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1989.
69. MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: fonologia**. São Paulo/Salvador: Contexto/Universidade Federal da Bahia, 1991.
70. \_\_\_\_\_. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
71. \_\_\_\_\_. **Contradições no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1995.
72. \_\_\_\_\_. **O português arcaico (fonologia)**. São Paulo: Contexto, 1996.
73. MEURER, José Luiz. Aspectos do processo de produção de textos escritos. **Trabalhos em lingüística aplicada**. Campinas, n. 21, p. 37-48, 1993.
74. MONTEIRO, José Lemos. Em defesa da unidade ortográfica. **Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa**. Fortaleza, n. 1, p. 33-40, 1980.
75. \_\_\_\_\_. Erro gramatical ou preconceito lingüístico. <http://www.geocities.com/Paris/Cathedral/1036/>. **Lingüística – Preconceito**, 1998.
76. MORAES, Euzi Rodrigues. O erro de linguagem e a escrita: uma interpretação lingüístico-educacional. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 15-46, dez/1992.
77. MOREL PINTO, Rolando. **História da Língua Portuguesa – IV. Século XVIII**. São Paulo: Ática, 1988.

78. NUNES, Jairo M. SE apassivador e SE indeterminador.: o percurso diacrônico no português brasileiro. **Caderno de Estudos Lingüísticos**. Campinas, n. 20, p. 33-57, 1991.
79. NEGALHA, Jonas. Como unificar a língua portuguesa? **Linguagem Viva**. São Paulo, n. 59, p. 4, julho de 1994a.
80. \_\_\_\_\_. O prestígio da língua portuguesa. **Linguagem Viva**. São Paulo, n. 61, p. 2, setembro de 1994b.
81. \_\_\_\_\_. Mais uma baderna ortográfica. **Linguagem Viva**. São Paulo, n. 71, p. 2, julho de 1995.
82. OLIVEIRA, José Aparecido de. Em defesa da Língua Portuguesa. **OESP**, 30.05.89.
83. OLSON, David R. A escrita como atividade metalingüística. **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995, p. 267-286.
84. \_\_\_\_\_. **O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita**. São Paulo: Ática, 1997.
85. ORLANDI, Eni Pulcinelli. A sociolingüística, a teoria da enunciação e a análise do discurso. **Série de Estudos**. Uberaba, n. 6, p. 88-103, 1981.
86. PAIVA, Dulce de Faria. **História da Língua Portuguesa – II. Século XV e meado do século XVI**. São Paulo: Ática, 1988.
87. PERES, João Andrade. Convenções e desvios na língua portuguesa. **Revista Internacional de LP**. Lisboa, n. 16, p. 09-16, 1996.
88. PIMENTEL PINTO, Edith. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos**. São Paulo: LTC – EDUSP, 1978.
89. \_\_\_\_\_. **A língua escrita no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.
90. \_\_\_\_\_. **História da Língua Portuguesa – VI. Século XX**. São Paulo: Ática, 1988.
91. \_\_\_\_\_. A linguagem das ruas. In: **O português popular escrito**. São Paulo: Contexto, 1990, p. 14-56.
92. RAMOS, Dorival Soares. Crase, casca de banana. **D. O. Leitura**. São Paulo, n. 104, p. 07, janeiro de 1991.
93. \_\_\_\_\_. Crase, casca de banana. **D. O. Leitura**. São Paulo, n. 106, p. 13, março de 1991.

94. RAMOS, Dorival Soares. O arco-íris da ortografia. **D. O. Leitura**. São Paulo, n. 109, p. 9, junho de 1991.
95. \_\_\_\_\_. O arco-íris da ortografia. **D. O. Leitura**. São Paulo, n. 110, p. 7, julho de 1991.
96. \_\_\_\_\_. Hífen, o vocábulo casamenteiro. **D. O. Leitura**. São Paulo, n. 124, p. 07, setembro de 1992
97. REGO, Lúcia Lins Browne. Compreendendo a ortografia. **Coleção Qualidade do Ensino**. Recife, n. 1, p. 03-20, 1996.
98. ROBINS, R. H. **Pequena história da lingüística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
99. ROCHA, Ruth H. da Silva Peres. **Minidicionário Enciclopédico Escolar**. São Paulo: Scipione, 1996.
100. SCALZO, Fernanda. Yes, nós falamos english. **Veja**, São Paulo: Abril, 09 de abril de 1997, p. 124-128.
101. SERAFINI, Maria Teresa. Classificação dos textos. In: \_\_\_\_\_. **Como escrever textos**. São Paulo: Globo, 1994, p. 160-171.
102. SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo de língua portuguesa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
103. SILVA, Josenia Vieira da. O oral e o escrito: a dupla face da interação verbal. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996, p. 163-169.
104. SOUZA, Álvaro José de. **Geografia Lingüística: dominação e liberdade**. São Paulo: Contexto, 1990.
105. SPINA, Segismundo. **História da Língua Portuguesa – III. Segunda metade do século XVI e século XVII**. São Paulo: Ática, 1987.
106. STAUB, Augostines. Perguntas e afirmações que devem ser analisadas. In: KIRST, Marta & CLEMENTE, Ivo (orgs.). **Lingüística aplicada ao ensino de português**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 18-30.
107. TARALLO, Fernando. **Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.
108. \_\_\_\_\_. A pesquisa sociolingüística. São Paulo: Ática, 1997.

109. TERRA, Ernani. **Minigramática**. São Paulo: Scipione, 1995.
110. \_\_\_\_\_ e NICOLA NETO, José de. **1001 dúvidas de português**. São Paulo: Saraiva, 1997.
111. VANOYE, Francis. **Usos da linguagem**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.